

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)

Bruna Neves Alves

Porto Alegre, junho de 2004.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)

Bruna Neves Alves

Dissertação apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, sob orientação do Professor Doutor Helder Gordim da Silveira.

Porto Alegre, junho de 2004.

## **Agradecimentos**

Este trabalho, para além da escolha individual da temática a ser analisada, foi uma criação coletiva, portanto considero necessário agradecer a todos que me auxiliaram em sua construção.

Ao meu orientador, **Helder Silveira**, pela permanente tranqüilidade e atenção nos momentos de orientação, pelo encorajamento constante e trabalho competente que me fizeram crescer intelectualmente.

Aos **professores do curso de pós-graduação em História da PUCRS**, por abrirem os caminhos e desatarem os nós da pesquisa.

Aos **funcionários do Arquivo** de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, do Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pela atenção e material disponibilizado.

À professora **Berenice Corsetti**, pela ajuda no “pontapé inicial” e por todo o carinho com que me recebeu em nossos encontros.

À professora **Véra Barroso**, por todo auxílio, pela atenção e pelas palavras amigas com que sempre me recebeu.

A **Márcio Biavaschi**, pelas críticas, pelo material emprestado, pela orientação extra-oficial, por toda a atenção e carinho. Foi muito bom poder contar com a tua

companhia em todos os momentos<sup>1</sup>! Agradeço ainda tua presença ao meu lado, compartilhando meus momentos de crise e ajudando a solucioná-los.

Aos amigos **Caren**, por toda a ajuda nas diferentes etapas do curso e pelo interesse em ajudar-me sempre; **Marnner**, pelo auxílio técnico, dicas fundamentais e por compartilhar comigo a preocupação com a operacionalização deste trabalho; **Marcelo**, pelo ombro amigo nos momentos de crise e pelo intercâmbio de idéias; José **Ramiro**, pelo empurrão inicial e pela parceria nas pesquisas; **Fábio**, pelas dicas bibliográficas e fontes; **Jairo**, pela atenção; **Simone**, pelas dicas e consolo nos momentos difíceis.

Aos **colegas** do curso de pós-graduação em História da PUCRS, pela troca de materiais, idéias e palavras de encorajamento.

Aos meus **familiares**, por todo o apoio.

Para minha avó **Lucena**, pelo incentivo constante.

Para **mãe e pai**, por toda a ajuda que garantiu minha tranquilidade para dedicar-me a este projeto.

Por fim, ainda que não tenha citado todas individualmente, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram-me na realização deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Mesmo sem as dedicatórias por escrito, sempre senti todo o teu carinho nas tuas ações!

## Resumo

Nesse trabalho, partimos de uma reflexão teórica na qual apontamos a importância da imprensa enquanto espaço fundamental de visibilidade do movimento estudantil universitário. Buscamos analisar as representações presentes nos jornais informativos modernos *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora* no período de instalação do regime Militar (1964-1968) para compreender as diferentes construções simbólicas do movimento estudantil universitário de Porto Alegre na imprensa. Analisamos as estratégias de visibilidade e de invisibilidade presentes nas matérias, diferenciando os diferentes espaços de visibilidade dos grupos em conflito neste contexto (universitários opositores, situacionistas e autoridades do Regime Militar). Através das representações da imprensa a problemática dos universitários tornava-se conhecida dos leitores do jornal e a representação simbólica do movimento estudantil universitário de Porto Alegre era construída. No entanto, é necessário salientar as diferentes formas de visibilidade, conquistadas pelos diferentes grupos envolvidos com o movimento estudantil universitário, nas empresas jornalísticas.

**Palavras-chave:** imprensa, Porto Alegre, movimento social, representação simbólica, Regime Militar, estudantes.

## **Abstract**

In this work, we started from a teoric reflection to identify the fundamental space of visibility of the student activity in the press. We analise the representations from the news of *Correio do Povo*, *Folha da Tarde e Zero Hora* trying to understand diferents representation of college student activity in Porto Alegre city between 1964 and 1968. We analyzed these visibility and invisibility estrategy forms to difference spaces of rival grups in this context (opposicionist college students, situacionist college students and Militar Regime authorities). Through press representation, newspaper readers could know the college situation and the simbolic representation of student activity from Porto Alegre city. Meanwhile, it's important to show visibility and invisibility forms of diferents groups in newspaper business.

**Key-words:** press, social activity, simbolic representation, Militar Regim, students.

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	8
<b>2. Meios de Comunicação de Massa na Representação de um Movimento Social</b> .....	14
2.1 <i>As formas de visibilidade na imprensa</i> .....	14
2.2 <i>Jornais informativos modernos</i> .....	25
2.3 <i>Mídia x Movimento Estudantil</i> .....	30
2.4 <i>Estratégias de visibilidade</i> .....	35
<b>3. Movimento Estudantil Universitário x Regime Militar na Imprensa de Porto Alegre</b> .....	40
3.1 <i>A crise do populismo e o modelo de desenvolvimento associado</i> .....	41
3.2 <i>A "ameaça comunista" e a resistência estudantil</i> .....	47
3.3 <i>"Metropolização" de Porto Alegre x Regime Militar</i> .....	59
3.4 <i>Jornais Informativos Modernos x Regime Militar</i> .....	65
<b>4. Reestruturação do Ensino e Reação Estudantil na Imprensa de Porto Alegre</b> .....	73
4.1 <i>Acordos MEC-USAID</i> .....	74
4.2 <i>Comissões de Inquérito: Expurgos x Reação Estudantil</i> .....	81
4.3 <i>Reestruturação do Ensino Universitário Brasileiro</i> .....	88
4.4 <i>Reestruturação das Atividades Estudantis</i> .....	99
4.5 <i>Diálogo com Estudantes</i> .....	109
4.6 <i>Mobilizações e Repressão das Manifestações dos Estudantes Universitários</i> .....	110
<b>5. Rivalidades no Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre: Política Estudantil na imprensa</b> .....	119
5.1 <i>Reestruturação da Política Estudantil</i> .....	119
5.2 <i>Gratuidade do Ensino Público: a questão das verbas</i> .....	134
5.3 <i>Passeata dos Bixos: expressão pública dos universitários</i> .....	146
5.4 <i>Reação estudantil local a acontecimentos nacionais</i> .....	151
5.5 <i>A Questão da UNE</i> .....	166
<b>6 Conclusão</b> .....	174
<b>Referências</b> .....	179

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo a análise das representações da imprensa sobre o movimento estudantil universitário de Porto Alegre, uma cidade que está fora dos “*centros culturais*”<sup>2</sup> (na época, Rio de Janeiro e São Paulo), no período de implantação do Regime Militar no Brasil (1964 a 1968), para compreender o papel assumido por esse meio de comunicação de massas enquanto espaço de visibilidade e invisibilidade deste movimento social. Buscaremos examinar ainda as formas de visibilidade diferenciadas utilizadas na construção das matérias sobre o movimento estudantil universitário de Porto Alegre.

Partiremos de 1964, ano em que, com o início do Regime Militar, a União Nacional dos Estudantes – UNE – foi dissolvida, portanto as organizações estudantis ligadas a ela, assim como outras organizações que, como os sindicatos, foram consideradas perigosas pelo novo Regime, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, foram colocadas na clandestinidade. Como marco final, 1968, ano em que o XXX Congresso da UNE foi violentamente interrompido. Neste mesmo ano, foi editado o AI-5 (Ato Institucional número 5) que tornava o Regime ainda mais violento. A partir daí, alguns autores trabalham com a lógica de militarização dos estudantes, principalmente das lideranças. Conforme Enrique Serra Padrós, “nesse

---

<sup>2</sup> conceito utilizado por POERNER, Artur José, na obra: **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

*quadro, e diante da brutal repressão, não foram poucos os que derivaram para a luta armada, esperando repetir o sucesso vietnamita e cubano”<sup>3</sup>.*

Ou seja, estes autores trabalham com a idéia de que, fechado o caminho de participação política, os estudantes engajados envolvem-se com organizações de luta armada. Portanto, a lógica destes estudantes era combater um regime militarizado com uso de táticas militares.

A relevância do tema em questão explica-se em dois níveis. O primeiro é a necessidade pessoal de compreensão do esvaziamento do movimento estudantil na atualidade, que remete ao contexto inverso de mobilização dos estudantes no Regime Militar, seja como um dos diversos mecanismos de resistência desenvolvidos no contexto analisado, seja em apoio ao Regime.

A análise das representações da imprensa sobre o movimento estudantil universitário de Porto Alegre no contexto de implantação do Regime Militar no Brasil permite a compreensão da necessidade de esvaziamento desta forma de resistência neste período e ajuda a compreender a desmobilização dos estudantes pela qual passamos atualmente.

O segundo nível é a necessidade de uma abordagem regional sobre as representações da imprensa acerca desse movimento social, já explorado em nível nacional e internacional, principalmente nas manifestações de universitários nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e em países como a França e os Estados Unidos. Porto Alegre apresentou-se como uma cidade na qual estudantes universitários dividiam-se em tendências, nomeadas na imprensa como oposicionistas e situacionistas, de acordo com o posicionamento destes com relação

---

<sup>3</sup> HOLZMANNL, Lorena & PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 11. Sobre esse assunto, ver também trabalhos de: ALVES (1993), CASO (1976), DIRCEU & PALMEIRA (1998), GABEIRA (1981), MARTINS FILHO (1996), SYRKIS (1981) e VALLE (1999).

ao Regime Militar, que disputavam as entidades estudantis universitárias (Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Diretório Estadual de Estudantes) utilizando-se do espaço da imprensa para debater e obter visibilidade para suas ações (manifestações de rua, assembléias) e propostas.

As empresas jornalísticas buscavam apresentar-se como espaço de debate, conferindo visibilidade aos diferentes grupos relacionados ao movimento estudantil universitário, bem como a outros assuntos a este relacionados (como a Reforma Universitária, a questão das verbas para a educação). Identificamos na análise das representações o debate entre as tendências do movimento estudantil universitário e entre os universitários e outros atores sociais (como representantes do Regime Militar, professores universitários, leitores do jornal, representantes da Igreja), demonstrando uma disputa pelo espaço representado pelos órgãos de imprensa analisados. Contudo, a presente abordagem não pretende esgotar o assunto, visto que, pela quantidade de tempo disponível, de fontes analisadas e a abordagem regional pretendida, a temática permanece aberta a outros entendimentos.

Como hipóteses iniciais de trabalho, partimos do pressuposto de que a imprensa destacou-se como um espaço fundamental de visibilidade do movimento estudantil. Suas representações favoreciam a construção de imagem simbólica acerca deste movimento social por parte das pessoas que não se encontravam diretamente envolvidas com este.

Percebemos ainda a importância de buscar relacionar todos os aspectos envolvidos a fim de compreender o contexto delimitado. Pensar as representações da imprensa sobre o movimento estudantil universitário de Porto Alegre implicou, portanto, no entendimento do contexto mundial, dos conflitos de interesses

envolvidos e nas formas de visibilidade do movimento social apresentadas na imprensa.

A análise das representações da imprensa acerca do movimento estudantil universitário de Porto Alegre buscou determinar o espaço e as formas de visibilidade conferidas pelas empresas jornalísticas a este movimento social enquanto resistência ou aceitação à implantação de um Regime Militar no Brasil a partir de 1964. Da resistência, trabalhamos com a forma como a luta contra este Regime ganhava visibilidade na imprensa local bem como o desenvolvimento de mecanismos de dominação por parte deste (dos quais se destacaram as instituições de representação estudantil criadas a partir da instalação do Regime). Enquanto representação da aceitação destacamos a crítica feita no interior do movimento estudantil aos estudantes que se opunham ao Regime Militar e a luta política nas instituições de representação estudantil criadas por este Regime, presente nas matérias publicadas.

Percebemos também que o movimento estudantil universitário destacou-se em Porto Alegre na década de 60, caracterizando-se pelo protesto contra o regime militar e sua política para a educação, como nos grandes centros do Brasil. Porém, apresentou-se diferente em alguns aspectos. As manifestações públicas (passeatas, comícios) foram menos freqüentes na capital gaúcha, no período analisado, do que no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília. Por este motivo, a repressão policial apresentou-se menos violenta, se comparada a estas regiões do Brasil. Se, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte, as manifestações de grande porte, seguidas de repressão violenta, apareceram por volta de 1964, em Porto Alegre o mesmo fenômeno aconteceu apenas por volta de 1967. De semelhante,

apesar da época diferente, identificamos, em geral, o apoio da população às manifestações dos estudantes.

Apesar da mobilização apresentada pelos universitários, em Porto Alegre, percebemos grande número de estudantes situacionistas, mais especificamente no que diz respeito aos órgãos oficiais de representação de estudantes criados pelo governo militar (Diretório Estadual dos Estudantes e Centros Acadêmicos). Como exceção, podemos citar a participação de alunos universitários gaúchos na UNE (União Nacional dos Estudantes) que, embora na clandestinidade, permaneceu como força mobilizadora dos estudantes gaúchos (ao contrário do Diretório Nacional dos Estudantes, órgão oficial criado pelos componentes do governo militar para representar os estudantes). Em Porto Alegre as negociações dos estudantes universitários com as autoridades no que diz respeito a passeatas e manifestações de rua, em geral, foram respeitadas pela polícia, no período de 1964 a 1966. A partir de 1967, contudo, a repressão tornou-se mais violenta e os canais de negociação foram sendo fechados.

Contudo, apesar do movimento de oposição realizado pelos estudantes universitários em Porto Alegre apresentar-se diferenciado daquele organizado nos grandes centros urbanos brasileiros, o processo de resistência à implantação do Regime Militar no Brasil (no período de 1964 a 1968) foi igualmente dinâmico e organizado recebendo como resposta a ação repressiva dos mecanismos institucionais estabelecidos. Portanto, o período analisado foi caracterizado por avanços e recuos tanto por parte dos estudantes, quanto das autoridades governamentais.

As análises realizadas expressaram uma série de conceitos cujo entendimento remete à opção teórico-metodológica que desenvolveremos no

capítulo a seguir. A construção do presente trabalho se deu através da análise do conteúdo presente nas reportagens que foram destacadas dos jornais informativos modernos porto-alegrenses, de grande circulação. A partir da pesquisa realizada, desenvolvemos a hipótese de que a imprensa local funcionava como espaço de visibilidade do movimento estudantil universitário que passa a desenvolver suas ações tendo em vista esta possibilidade de demonstrar suas ações para a sociedade, a partir dos leitores dos jornais. No entanto, trabalhamos com a perspectiva de que esta visibilidade não era única, uma vez que identificamos estratégias de visibilidade diferenciada ao longo da análise das representações da imprensa, que favoreciam determinados grupos, em detrimento de outros.

Para explicitarmos as opções teórico-metodológicas com relação à análise da imprensa, do movimento social em análise (movimento estudantil) e a relação entre estes, desenvolvemos no capítulo a seguir uma discussão relacionando perspectivas teóricas ao objeto de pesquisa. Neste capítulo ainda, explicitaremos de forma mais sistemática e rigorosa a análise que se seguirá das representações da imprensa.

Partindo do pressuposto de que a compreensão da relação movimento estudantil com o Regime Militar, seja de resistência (identificada pelo governo como luta contra-revolucionária, uma vez que ia contra os princípios da Revolução de 1964) ou de defesa deste, não pode ser entendida descolada do contexto mais amplo da sociedade brasileira, no segundo capítulo faremos uma contextualização acerca da realidade mundial e nacional para, em um terceiro e quarto capítulos, abordar as representações da imprensa local acerca do movimento estudantil universitário de Porto Alegre na realidade regional, através da análise das matérias presentes nos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora*.

## 2. Meios de Comunicação de Massa na Representação de um Movimento Social

Para analisar as representações da imprensa acerca do movimento estudantil universitário de Porto Alegre, no período de implantação do Regime Militar brasileiro (aqui entendido como período de 1964 a 1968), trabalharemos na perspectiva de alguns pressupostos da tradição do materialismo histórico. Trabalharemos com as representações que jornais informativos modernos<sup>4</sup> da imprensa de Porto Alegre realizavam deste movimento social que é o movimento estudantil.

Relacionando mídia e movimento social, destacaremos a importância da primeira enquanto espaço de visibilidade ou invisibilidade do movimento estudantil universitário. É importante considerarmos que a forma de visibilidade do movimento social na imprensa contribui para a imagem simbólica deste por parte dos leitores dos jornais. Nesse sentido, é importante salientar as estratégias de visibilidade diferenciadas que buscaremos explicitar e analisar adiante.

### *2.1 As formas de visibilidade na imprensa*

Entendemos a imprensa como um dos meios de comunicação que fazem parte da sociedade moderna, a partir da leitura de John Thompson. No contexto

---

<sup>4</sup> Conceito trabalhado por Rüdiger para diferenciar o jornalismo informativo moderno do que ele caracteriza como jornalismo político-partidário em: RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1993. Essa discussão, fundamental em nossa análise, será retomada adiante.

analisado, os jornais informativos modernos apresentaram fundamental importância com relação ao movimento estudantil universitário. Portanto, buscamos compreender a relevância desta forma de mídia escrita com relação à sociedade na qual estava inserida. Thompson afirma que:

...as formas simbólicas assim produzidas são capazes de circular numa escala sem precedentes, alcançando milhões de pessoas que compartilham pouco em comum além da capacidade de receber mensagens mediadas pelos meios<sup>5</sup>.

Para este autor, o desenvolvimento dos meios de comunicação implica no desenvolvimento de novas formas de ação e interação e de novas relações de poder. Este autor questiona ainda o conceito de meios de comunicação de massa, afirmando que pode haver pequeno número de pessoas com acesso a determinado produto da mídia<sup>6</sup>. Nesse sentido, partindo desta análise, não se pode entender massa como quantidade de pessoas que recebem e sim enquanto quantidade de pessoas para quem está disponível o meio de comunicação.

No que se refere aos meios de comunicação de massa, Thompson<sup>7</sup> aponta que estes apresentam centralidade na vida social e política moderna em função do que chama de "*mediação da cultura moderna*", pois cada vez mais a mídia apresenta-se como elemento importante na difusão da ideologia e construção dos mecanismos ideológicos e culturais nas sociedades modernas. Assim:

Os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum em que as atividades políticas acontecem nas sociedades modernas, o fórum dentro do qual e até certo ponto, com respeito ao qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício do poder de outros<sup>8</sup>.

Portanto, justificamos a opção deste trabalho pelos jornais informativos modernos, uma vez que estes buscavam apresentar-se enquanto espaço de

---

<sup>5</sup> THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 24.

<sup>6</sup> Por esse motivo, utiliza o conceito de *mídia* e não de *meios de comunicação de massa*.

<sup>7</sup> THOMPSON, Op. Cit.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 128.

discussão política no contexto analisado, com a disputa de grupos divergentes pela visibilidade<sup>9</sup>. Através da mídia, conforme interpretação de Thompson, este movimento passa a existir como representação simbólica na consciência dos leitores dos jornais, através do espaço de visibilidade disponível e o modo como se tornava visível, ou do que não deixava aparecer e tornava invisível, portanto, dentro da perspectiva de análise, inexistente.

Sobre a lógica de informação como produto, Bourdieu afirma:

Mas, assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência<sup>10</sup>.

Trabalhando com a lógica de poder conferido à mídia em função da visibilidade que esta confere a este campo, Berger analisa esta idéia de Bourdieu, afirmando:

Esta última observação vem ao encontro da idéia do poder atual da mídia, que é o poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los. Mas, também, um poder (que provém da visibilidade) de interferir em uma determinada ação<sup>11</sup>.

No período analisado (1964 a 1968), com a implantação do Regime Militar, ocorreu o fechamento dos canais tradicionais de discussão política (partidos e sindicatos). Nesse sentido, os jornais se transformam em uma das arenas possíveis de discussão política, ocorrendo o que Bourdieu caracteriza como um “... *novo princípio da legitimidade que é a consagração pelo número e pela ‘visibilidade na mídia’, capazes de conferir a certos produtos (culturais ou mesmo políticos) ou a certos ‘produtores’ o substituto aparentemente democrático das sanções específicas*”

<sup>9</sup> Roberto Amaral (na obra: **Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação popular no mundo globalizado)**). In: *Revista Comunicação & Política*: Rio de Janeiro: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos), vol. VII, nº 3, set.-dez. 2000, p. 128-158.) trabalhando a questão da visibilidade, aponta para a análise dos meios de comunicação enquanto mercadoria, afirmando: “*Se os meios de comunicação de massas não têm o monopólio da formulação ideológica, têm o monopólio de sua difusão*” (p. 130).

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 106.

<sup>11</sup> BERGER, Op. cit., p. 44.

*impostas pelos campos especializados*<sup>12</sup>. Assim, na busca pelo mercado consumidor, os jornais informativos modernos basear-se-ão na credibilidade.

Conforme interpretação de Berger:

A matéria-prima do campo do jornalismo encontra-se privilegiadamente no campo político. [...]. Os agentes deste campo concorrem produzindo produtos políticos tais como: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus “consumidores” que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Ou seja, também o campo político está para um mercado – o mercado da opinião pública – e, por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração<sup>13</sup>.

Ou seja, a autora reafirma a importância da credibilidade para as empresas jornalísticas conquistarem o público leitor. E nesta mesma linha de relação do campo político com o campo do jornalismo, a autora segue, afirmando:

O reconhecimento dos agentes políticos passa, no entanto, pela legitimação dos jornalistas. [...] A homologia entre o campo político e o campo do jornalismo se faz através da correspondência entre os acontecimentos produzidos por um subgrupo do campo político – os movimentos sociais, por exemplo – para, pela “espetacularização”, constarem da pauta do jornal e, assim, dialogar com os agentes do seu próprio campo, no caso o subgrupo governo. O poder simbólico dos políticos é fazer crer, pois o seu capital é também a credibilidade. Mas esta credibilidade necessita do aval da imprensa, pois, informando, ela está reconhecendo uns em detrimento de outros e, assim, consagrando-os<sup>14</sup>.

No contexto analisado, percebemos a relação entre o campo político e o campo jornalístico, na luta que o movimento estudantil universitário fez na busca de visibilidade na imprensa. Ao mesmo tempo, identificamos a disputa de grupos diferentes por este espaço de visibilidade, portanto, as representações da imprensa serão fundamentais neste contexto histórico, uma vez que, através das estratégias de visibilidade diferenciada, favorecerão a construção de uma imagem simbólica do movimento estudantil universitário.

Definindo campo jornalístico, Bourdieu afirma: "*O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global*

<sup>12</sup> BOURDIEU, Op. cit., 1997, p. 109.

<sup>13</sup> BERGER, Op. cit., pp. 27-28.

<sup>14</sup> Id., *ibid.*, p. 28.

*e pelas atrações e repulsões que sofre por parte dos outros microcosmos*"<sup>15</sup>. Ou seja, este campo não pode ser compreendido apenas se levando em conta suas características internas ou apenas as características externas, mas relacionando-as.

Na mesma lógica, Thompson<sup>16</sup> afirma a necessidade de analisar as representações simbólicas, levando em consideração o contexto estruturado em que estas foram construídas. Portanto, analisaremos a importância das representações que aparecem nos jornais, bem como das ausências, buscando analisá-las tendo em vista o contexto delimitado.

Ou seja, neste trabalho, não buscamos analisar as representações da imprensa em si, mas em relação com o contexto sócio-histórico estruturado no qual essa representação foi construída. Conforme Eni Orlandi<sup>17</sup>, a materialidade influencia a leitura que se faz das palavras. Nesse sentido, destaca:

A "legibilidade" do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significante do silêncio e a da linguagem diferem e que isto conta nos distintos efeitos de sentido que produzem<sup>18</sup>.

Portanto, para a autora, este "*silêncio do sentido*"<sup>19</sup> estaria presente no que é dito no lugar do não dito, ou seja, na escolha ou definição dos conceitos utilizados para a construção da representação. Identificamos esse silêncio do sentido nas estratégias de visibilidade diferenciada adotadas pelas empresas jornalísticas analisadas. Por vezes, como apontaremos, privilegiavam-se determinados depoimentos, enquanto outros apareciam apenas de forma indireta.

Relacionando linguagem à realidade, Orlandi trabalha:

---

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 55.

<sup>16</sup> THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>17</sup> ORLANDI, Eni Puccineli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.

<sup>18</sup> ORLANDI, Op. cit., p. 69.

<sup>19</sup> Conceito utilizado pela autora, trabalhando uma das formas de silêncio.

... pensando então a lógica como um sistema, não de formas abstratas mas material, ou seja, espaço de manifestação das relações de força e de sentidos que refletem os confrontos de natureza ideológica<sup>20</sup>.

Esta lógica utilizada pela autora se aplica nas representações da imprensa sobre o movimento estudantil universitário uma vez que o silenciamento e a invisibilidade acerca deste movimento social não se encontram somente na ausência das representações discursivas acerca dele, mas também na escolha dos conceitos para a construção das representações, ou seja, a forma como determinada ação era representada através da escolha dos termos utilizados pode silenciar o sentido desta ou conferir-lhe sentido diferenciado do que era buscado pelo movimento social.

O poder da mídia ao trabalhar a relação de visibilidade e invisibilidade explica-se, segundo Maria Lourdes Motter porque: "*Os conflitos censurados tornam-se ausência de conflitos*"<sup>21</sup>. Na mesma lógica de relação da visibilidade e da invisibilidade com a construção simbólica na consciência do público leitor, Amaral destaca: "*E real não é o que ocorre: é o que é narrado pelos meios de comunicação de massa, e como é narrado. A revelação é que torna o fato real*"<sup>22</sup>. Ou seja, ao destacar a forma de narração, o autor aponta para o que denominamos de estratégias de visibilidade diferenciada, que buscaremos explicar adiante.

Trabalhando com o poder simbólico do jornalismo e a relação da credibilidade com o poder, Christa Berger afirma:

... o campo do jornalismo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer [...].A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> ORLANDI, Op. cit., p. 182.

<sup>21</sup> MOTTER, Maria Lourdes. **História e Imprensa**, p. 61. In: *Comunicação e Artes* - n. 24: set./dez. São Paulo: 1990, pp. 55-61.

<sup>22</sup> AMARAL, Op. cit., p. 135: grifo nosso.

<sup>23</sup> BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998, pp. 21-22.

Novamente, destacamos que o movimento social torna-se existente para as pessoas que não estão envolvidas diretamente com este, mas que constroem a representação simbólica deste através da leitura dos jornais, no momento em que este conquista visibilidade na imprensa<sup>24</sup>. É importante considerarmos, nesse sentido, a análise da forma da visibilidade conquistada, que permite a construção de um discurso legitimador de determinada imagem simbólica.

Baseando-se na análise de Bourdieu, Berger afirma ainda:

Enfim, com maior ou menor perplexidade, nos defrontamos com as mutações da imprensa atual: ela não é só porta-voz do social; ela faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real. Assim, não só o acontecimento cria a notícia, como a notícia cria o acontecimento. Assistimos, por isso, à produção de eventos com o objetivo específico de se tornar notícia<sup>25</sup>.

Portanto, nesta lógica, apresentamos a perspectiva de pesquisa segundo a qual os estudantes universitários produziam eventos para os jornais, mas a imprensa, ao representar estas ações, construía essa existência no plano simbólico de formas diferenciadas.

Na mesma lógica de construção da representação simbólica a partir da visibilidade, Pierre Bourdieu destaca o poder do campo jornalístico, afirmando:

Os jornalistas - seria preciso dizer o campo jornalístico - devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de "espaço público", isto é, à grande difusão<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Leandro Colling também enfatiza a importância da mídia na atualidade ao tratar da relação das representações com a formação da opinião pública, afirmando: "*Os mais recentes estudos sobre o agendamento têm concluído que a mídia não tem apenas o poder de nos oferecer o leque de assuntos pelos quais iremos nos preocupar e conversar. Além de estabelecer esta agenda interpessoal, os meios de comunicação também teriam o poder de nos dizer como devemos pensar os temas existentes na agenda da mídia. Os pesquisadores têm explicado isso através do conceito do framing, ou enquadramento. O estudo do enquadramento feito pela mídia também pode revelar como os meios de comunicação rotulam determinados movimentos sociais ou eventos*". (pp. 97-98)". COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**, p. 94. In: *Revista FAMECOS* - n. 14: abr. Porto Alegre: 2001, pp. 88-100.

<sup>25</sup> BERGER, Op. cit., p. 43.

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 65.

Ou seja, as pessoas que não se encontravam diretamente envolvidas com o movimento estudantil universitário construía sua representação acerca deste movimento social a partir do que a imprensa tornava visível e da forma de visibilidade em seu espaço: as representações. Sobre o campo do jornalismo, Bourdieu ainda afirma:

... estando em condições de ter acesso permanente à visibilidade pública, à expressão em grande escala, inteiramente impensável, pelo menos até o surgimento da televisão, para um produtor cultural, mesmo muito célebre, eles podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista<sup>27</sup>.

Importa destacar aqui novamente a questão do monopólio da informação na lógica de visibilidade e invisibilidade proporcionada pelos jornais ao movimento social, no estudo proposto<sup>28</sup>.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil universitário era representado na mídia, buscava construir sua identidade pública através da visibilidade. Ou seja, conforme Bourdieu:

De fato, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da benção ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc.<sup>29</sup>.

Portanto, o uso da imprensa por este movimento social, através da produção simbólica, era uma forma de tornar público o movimento, demonstrando a luta dos grupos divergentes no contexto de implantação do Regime Militar no Brasil. Ou seja, de acordo com o mesmo autor:

Não há discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve, etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável

<sup>27</sup> BOURDIEU, Op. cit., 1997, p. 66.

<sup>28</sup> Embora não deixemos de considerar válida a perspectiva de John Thompson, enfatizamos a interpretação de Bourdieu na pesquisa, embora saibamos que essa interpretação apresenta riscos.

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 142.

censura que os jornalistas exercem, sem querer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar<sup>30</sup>.

Nessa lógica, Bourdieu destaca a importância da visibilidade para a construção da existência social de um grupo. No caso em análise, tornava-se importante para o movimento estudantil universitário enquanto movimento social, obter espaço nos jornais informativos modernos para divulgação de suas ações e propostas, tornando-as visíveis, mesmo que de forma indireta, uma vez que as representações eram construídas a partir da ação destes, de documentos enviados para os jornais ou de depoimentos de lideranças ou de participantes do movimento estudantil universitário.

É necessário levarmos em consideração que nem todo material enviado pelos estudantes universitários aos jornais foi publicado, bem como nem todas as ações e manifestações realizadas tenham ganhado visibilidade nos jornais. Através dessa visibilidade diferenciada, este era um espaço fundamental de construção da existência deste grupo e de suas ações.

Sobre a relação da mídia com os movimentos sociais, que definiremos de forma mais rigorosa adiante, nas sociedades modernas, Thompson destaca:

O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e o movimento dos direitos civis, fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através da luta pela visibilidade na mídia. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial<sup>31</sup>.

Nesta mesma linha Bourdieu afirma: "*... as manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que*

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 67.

<sup>31</sup> THOMPSON, Op. cit., 1998, p. 215.

*atraem maior interesse entre os jornalistas*"<sup>32</sup>. Ou seja, no contexto analisado, a imprensa buscava apresentar-se como espaço de discussão, na lógica da busca de credibilidade pelas empresas jornalísticas modernas, na luta dos grupos sociais pelo poder. Contudo, através das estratégias de visibilidade diferenciada, percebemos a ênfase em determinados grupos.

Portanto, a construção das representações sobre o movimento estudantil universitário não necessariamente partia de fatos e ações considerados importantes pelos componentes deste movimento social, mas de acordo com os interesses dos jornalistas. Sobre aprovação dos jornalistas para que o movimento social tenha visibilidade, Berger destaca:

A perspectiva dialética ensina ainda que nesta dinâmica, no entanto, existem contradições: ela é também a única possibilidade de um movimento social fazer ouvir suas queixas e a conquista da democracia passa pela sua aprovação<sup>33</sup>.

Dessa maneira, buscaremos demonstrar como os espaços dos jornais informativos modernos de Porto Alegre constituíram-se enquanto espaço de construção de representações acerca do movimento estudantil universitário e de suas ações, garantindo visibilidade a este, levando em consideração que, ainda que este movimento social esteja presente nos órgãos de imprensa analisados, esta não era um espaço do movimento social, mas uma empresa capitalista que buscava vender seu produto, portanto, ao mesmo tempo em que este movimento ganhava visibilidade, também sofria o silenciamento e tornava-se invisível com relação a suas propostas e ações.

---

<sup>32</sup> Citado por: HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos** : o breve século XX : 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 314.

<sup>33</sup> BERGER, Op. cit., p. 42.

Relacionando movimento social e mídia, Valle<sup>34</sup> demonstra que a imprensa apresenta papel importante na divulgação das manifestações e das idéias dos estudantes para a população ausente das passeatas. Este tipo de fonte utilizada destaca-se ainda pela aproximação de distâncias (divulgando aqui fatos ocorridos em outras partes do Brasil e do mundo), possibilitando a divulgação e reação aos eventos ocorridos em outros pontos do planeta (como no Vietnã, na França).

Ainda sobre a importância da grande imprensa para os movimentos populares, Décio Saes afirma que: "A circulação de informações sobre tais movimentos permite que mesmo ações reivindicatórias localizadas ou setoriais ganhem uma repercussão **nacional**"<sup>35</sup>.

Neste sentido, a imprensa tornava-se instrumento essencial de visibilidade para o movimento estudantil universitário. Sobre o uso da imprensa pelos atores sociais, Berger afirma:

Eles travam, através da imprensa, a luta própria do seu campo que é fazer crer a todos acerca da sua verdade. E a imprensa, ao buscar a sua credibilidade, constrói a credibilidade "na verdade" de uns ou outros<sup>36</sup>.

Nessa lógica, o público leitor que não está diretamente envolvido com as atividades do movimento estudantil universitário constrói sua representação simbólica sobre este movimento social a partir das representações dos jornais. Por isso, Motter afirma:

A importância da escolha, freqüentemente aleatória, do ponto de vista do leitor (não do ponto de vista do jornal), está na atribuição de status ao acontecimento pela sua divulgação e inscrição como registro impresso num documento histórico que é o jornal<sup>37</sup>.

Ou seja, esta autora destaca a íntima relação da visibilidade com o poder.

Dessa maneira, os jornais informativos modernos tornam-se um espaço fundamental

---

<sup>34</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência, Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil**. Campinas: Editora da unicamp, 1999.

<sup>35</sup> SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. T. A. Queiroz Editor: São Paulo, 1979, p. 221: grifo do autor.

<sup>36</sup> BERGER, Op. cit., p. 28.

<sup>37</sup> MOTTER, Op. cit., p. 56.

de visibilidade para o movimento social. E o movimento estudantil universitário, enquanto movimento social, busca direcionar suas ações para a imprensa a fim de obter o maior espaço possível de divulgação de suas manifestações para que suas idéias atinjam as pessoas que não estão diretamente envolvidas com este.

Por todos os elementos destacados, afirmamos que a análise entende a imprensa como espaço privilegiado de visibilidade do movimento estudantil universitário, que, na sua relação com o contexto social apresenta formas específicas de representação deste movimento social<sup>38</sup>. Contudo, as empresas jornalísticas adotavam formas de visibilidade diferenciada, conferindo destaque a determinados grupos através de representações diferenciadas, conforme analisaremos adiante, possibilitando a construção de determinada imagem simbólica acerca do movimento estudantil universitário.

## *2.2 Jornais informativos modernos*

É importante destacarmos que, apesar de representarem interesses de classe, os jornais informativos modernos, além de empresas jornalísticas que buscam o lucro através da venda de seu produto que é a informação presente nos jornais, são também um meio de tornar público o movimento estudantil, conforme perspectiva anteriormente explicitada. A partir desta idéia, destacamos dos jornais analisados sua natureza de empresa capitalista, mas, ao mesmo tempo, um órgão que está no centro da cultura moderna. Comentando a perspectiva de Habermas,

---

<sup>38</sup> Vide discussão de Alexandre Stephanou sobre censura (STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.). Segundo este autor, não havia censura sistemática aos jornais comerciais neste período, porque estes, em sua maioria, posicionaram-se em apoio ao Regime Militar. Portanto, estes contaram com relativa liberdade neste período. Sobre este aspecto, ver também: VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. **A guerrilha do riso: Humor x Canhão na Ditadura Militar Brasileira**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil: PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2000.

Adelmo Genro Filho identifica, no desenvolvimento do jornalismo, uma terceira fase, comercial, no século XIX:

A terceira fase seria como um retorno ao espírito comercial da primeira, só que agora em novas bases de capital e tecnologia, não mais artesanal, mas empresa capitalista típica de uma etapa histórica mais desenvolvida<sup>39</sup>.

Criticando essa classificação em fases de Habermas<sup>40</sup>, Genro Filho identifica nas diferentes partes do jornal informativo moderno a articulação de elementos que compunham fases anteriores do jornalismo:

A separação feita pelos veículos de comunicação de massa entre a parte referente ao jornalismo, a parte referente à opinião (editorial ou não) e aquela referente à publicidade, por si só, simboliza as três fases históricas do jornalismo e sua articulação na nova totalidade que caracteriza o jornalismo informativo<sup>41</sup>.

Na mesma lógica de identificação de discursos diferentes no interior do jornal, Berger afirma que:

... a imprensa não produz apenas um tipo de discurso mas que convivem nela diferentes tendências e que as contradições sociais e institucionais no interior de onde ele [o discurso] é produzido contribuem na definição do contorno ou ênfase em um tipo<sup>42</sup>.

Nessa perspectiva, no presente trabalho, buscamos analisar a parte referente ao jornalismo das empresas jornalísticas, parte em que mais claramente é expressa a lógica de neutralidade. Sobre o caráter comercial dos jornais informativos modernos, que buscam atender aos interesses dos consumidores para vender sua mercadoria, Genro Filho afirma:

A mercadoria-notícia, ou seja, a informação jornalística comercializada, continua tendo um valor de uso cujo conteúdo, por definição, jamais pode ser dissolvido ou abolido, pois ele é condição para a realização do produto como valor de troca<sup>43</sup>.

<sup>39</sup> GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987, capítulo V, versão on-line disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index2.htm>>, último acesso em 6 out 2003. Sobre o desenvolvimento dessa fase do jornalismo no Rio Grande do Sul, ver RÚDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1993.

<sup>40</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública/investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>41</sup> GENRO FILHO, Op. cit., capítulo VI, versão on-line disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index2.htm>>, último acesso em 6 out 2003.

<sup>42</sup> BERGER, Op. cit., p. 24.

<sup>43</sup> GENRO FILHO, Op. cit., Capítulo V, versão on-line disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index2.htm>>, último acesso em 6 out 2003.

Nessa direção, considerando o jornal como empresa preocupada em atrair o público leitor, Capelato destaca:

A imprensa tem outra particularidade. Atuando como instituição pública ou na esfera privada, necessita atrair os leitores. [...] A imprensa que usa o sensacionalismo [...] dirige-se, em geral, às camadas populares. Mas, os recursos da sedução do público são também utilizados de forma mais discreta, pela boa imprensa. [...] Novas técnicas são constantemente introduzidas para melhorar a apresentação do produto ao consumidor. Grande ênfase se dá à diagramação, à apresentação do jornal.<sup>44</sup>

Analisando o jornal enquanto empresa que atua na lógica de divulgação de informação para a venda, a mesma autora continua:

Enquanto instituição pública [o jornal] atua no âmbito político (ligado ao princípio da publicidade) e tem como tarefa primordial garantir o direito à informação. Aqui se coloca o dilema: a informação e publicidade são direitos públicos, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no âmbito privado. Os empresários jornalistas atuam na esfera privada orientada pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões, atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, essa empresa que visa o lucro, põe à venda no mercado uma mercadoria muito particular: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio é que se entrelaçam o público e o privado<sup>45</sup>.

Neste sentido, entendemos nesta análise os jornais *Correio do Povo*, *Zero Hora* e *Folha da Tarde* como jornais informativos modernos, pois se preocupam com a construção de sua imagem como informadores imparciais sobre as questões da atualidade. Em suma, estes jornais, que apresentavam um discurso de neutralidade e objetividade, eram responsáveis pela construção da representação sobre a realidade do contexto analisado tornando visíveis notícias que supunham úteis e adequadas para promover a venda dos jornais.

Além do discurso de imparcialidade utilizado pelos jornais, é importante também, para a análise das representações da imprensa, considerarmos a

---

<sup>44</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa, uma mercadoria política**. In: *História & Perspectiva* - n. 4: jan./jun. Uberlândia: 1991, pp. 131-139, p. 136.

<sup>45</sup> CAPELATO, Op. cit., p. 136.

concorrência existente entre os jornais<sup>46</sup>. Sobre a concorrência das empresas jornalísticas, Bourdieu destaca:

É assim que, nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou televisão com vasta audiência<sup>47</sup>.

Ou seja, em função da construção das representações da imprensa levar em consideração a concorrência entre as empresas jornalísticas, as representações presentes em jornais pertencentes a empresas jornalísticas diferentes apresentam características muito semelhantes. Ações ou grupos que ganhava visibilidade em um jornal logo apareciam em seus concorrentes, portanto, nos jornais informativos modernos analisados, identificamos a repetição de assuntos e da forma de representá-los na construção das representações.

Partindo da proposta de Zicman<sup>48</sup> e buscando compreender o papel dos jornais analisados, procuramos examinar o contexto e os objetivos das empresas jornalísticas selecionadas, em seu momento de fundação para compreender de que forma os objetivos empresariais se relacionavam com a realidade destes jornais no período analisado. Os jornais utilizados para análise são pertencentes ao que Rüdiger<sup>49</sup> classifica como empresas jornalísticas, produtora de jornais informativos modernos, interessada em vender informação, contrapondo-se à imprensa político-partidária que se preocupava em divulgar a doutrina política do partido ao qual o jornal ligava-se.

Segundo este autor, as empresas jornalísticas modernas surgiam em um momento de consolidação do capitalismo, no qual a informação tornava-se mais um

---

<sup>46</sup> Discutiremos a questão da concorrência existente entre os jornais analisados no capítulo seguinte.

<sup>47</sup> BOURDIEU, Op. cit., 1997, p. 108.

<sup>48</sup> ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa - algumas considerações metodológicas. In: Projeto História, São Paulo, n. 4, 1985.

<sup>49</sup> RÜDIGER, Op. cit.

produto à venda. Esses novos jornais, portanto, exploravam o discurso de neutralidade frente a questões políticas-partidárias para ganhar o mercado de leitores consumidores da informação escrita, produzindo uma interpretação da realidade que era colocada como a verdade, neutra e absoluta.

Debatendo sobre a neutralidade no jornalismo, Genro Filho afirma:

A ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo corresponde não ao fato ou possibilidade real da existência desse tipo de informação, mas, ao contrário, ao fato de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe. É a carência objetiva da sociedade como um todo que fornece as bases para o mito ideológico de que o jornalismo pode vincular-se direta e abstratamente a essas necessidades gerais, segundo um interesse político global da sociedade, que se revela como mesquinho interesse da manutenção da ordem burguesa. Ora, sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares<sup>50</sup>.

Assim, a análise das estratégias de visibilidade utilizadas pelos jornais informativos modernos permite a identificação do posicionamento destes e os interesses envolvidos no contexto analisado. O fato de tornar o movimento estudantil universitário visível não significa que os jornais informativos modernos eram neutros e objetivos com relação à realidade na qual se inseriam, pois a forma de abordá-lo pode demonstrar os interesses envolvidos na construção da representação pela empresa jornalística.

As representações simbólicas acerca do movimento estudantil universitário demonstram uma disputa de espaço de visibilidade entre os representantes deste movimento social e os representantes do Regime Militar. Contudo, não trabalhamos a imprensa como um espaço neutro, uma vez que as empresas jornalísticas analisadas são empresas capitalistas, interessadas no lucro. Uma das formas de obtê-lo era mantendo a credibilidade frente aos leitores, portanto, no discurso referente ao campo político, os jornais trabalhavam na lógica da neutralidade anteriormente discutida e é por este motivo que abriam espaço, nas representações

---

<sup>50</sup> GENRO FILHO, Op. cit., capítulo VI, versão on-line disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index2.htm>>, último acesso em 6 out 2003.

discursivas, para o movimento estudantil universitário, no entanto, a forma de representação dos diferentes grupos permite a identificação do posicionamento da empresa jornalística com relação a cada um.

### *2.3 Mídia x Movimento Estudantil*

Neste trabalho, entendemos o movimento estudantil universitário como um movimento social. Portanto, a seguir, procuraremos explicar a definição de movimento social utilizada e a relação deste com a mídia, enquanto arena de disputa política dos diferentes grupos sociais componentes do contexto analisado. Neste sentido, destacamos a afirmação de Henry Théry sobre a ação dos grupos sociais:

Qualquer ação de grupos tem de futuro conseqüências políticas (mesmo que o ignorem os iniciadores da ação) e de certo modo é influenciada pela política geral do Estado (mesmo que os animadores do grupo disso não tenham clara consciência)<sup>51</sup>.

Ou seja, no caso analisado, ao mesmo tempo em que os estudantes buscavam organizar-se a fim de interferir no contexto em que estavam inseridos, sofriam influência da conjuntura política no período delimitado. Assim, a própria organização das ações do movimento estudantil era influenciada por esta conjuntura em que este movimento social buscava influenciar, mantendo-a ou modificando-a.

Compreendendo os movimentos sociais enquanto atores coletivos, Alain Touraine afirma que estes são:

... ações coletivas que visam modificar o modo de utilização social de recursos importantes em nome de orientações culturais aceitas na sociedade considerada (...) um movimento social deve ter um programa político porque faz apelo a princípios gerais ao mesmo tempo que a interesses particulares<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> THÉRY, Henry. **Os grupos sociais: forças vivas?** São Paulo: Livraria SAMPEDRO Editora, s./d..

<sup>52</sup> TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996, p. 84.

Ou seja, no caso dos estudantes universitários, as reivindicações especificamente ligadas à educação eram associadas à luta contra o Regime Militar por grupo significativo de estudantes. Nessa lógica, segundo o autor: “... *um movimento social se apóia sempre na libertação de um ator social e não na criação de uma sociedade ideal, de alguma forma natural, ou a entrada no fim da história ou da pré-história da humanidade*”<sup>53</sup>.

Relacionando movimento social e classe, o autor afirma:

A noção de movimento social não é separável da de classe. Mas o que opõe o movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma ação, a ação de um sujeito, isto é, do ator que põe em causa a formação social da historicidade<sup>54</sup>.

Portanto, no contexto analisado, é a ação dos estudantes universitários que possibilita a identificação deste enquanto movimento social. Partindo para a análise específica do movimento estudantil, José Augusto Guilhon Albuquerque afirma que os estudantes possuem autonomia de organização das bases, formação de quadros e escolha dos dirigentes, bem como autonomia interna para organizar as reivindicações. Nesse sentido:

O meio estudantil não constituiu uma base para um movimento social, mas o movimento estudantil pode ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza, de acordo com os temas que propõe e as alianças que é levado a travar com organizações políticas ou sindicais<sup>55</sup>.

Este autor destaca, na América Latina, o caráter oficial das organizações estudantis<sup>56</sup>. Por essa razão, segundo o mesmo autor, as alianças fora do meio estudantil inclinavam-se para o tipo ideológico, aquele no qual há a busca de convencer o outro de suas idéias, e, através dessas alianças, o movimento

<sup>53</sup> Idem, ibidem, p. 85.

<sup>54</sup> TOURAINE, Alain. **O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia**. Lisboa: Inst. Piaget, 1984, p. 103.

<sup>55</sup> ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 69.

<sup>56</sup> No caso brasileiro, a UNE é organizada em 1937, pelo Estado Novo, no modelo sindical, e as demais organizações surgem a partir dela.

estudantil começa a ser “*atraído pelos projetos de outros grupos de pressão com os quais foram chamados a colaborar*”<sup>57</sup>.

Ou seja, ocorre vinculação da luta por reivindicações específicas com a luta política mais ampla em uma relação do movimento estudantil com os problemas políticos atuais da sociedade em determinadas conjunturas. Para este autor:

O movimento estudantil define um projeto coletivo de tipo societal, ou seja, enquanto ator coletivo, organiza suas orientações em função da problemática societal própria das sociedades dependentes, o desenvolvimento econômico e seu controle<sup>58</sup>.

E segue o autor, afirmando: “... *O meio estudantil constitui um grupo privilegiado no seio das massas urbanas. Sua capacidade de mobilização torna-o um grupo de pressão poderoso*”<sup>59</sup>. Portanto, trabalhando com a idéia de movimento social a partir da noção de interesse coletivo, afirmamos que o movimento estudantil universitário defendia não apenas os interesses dos estudantes, mas, na idéia de defesa das liberdades e do direito à participação política durante o Regime Militar, mas os interesses comuns a outros segmentos reprimidos da sociedade.

Touraine destaca ainda que: “*Os movimentos sociais nunca estão isolados dos outros tipos de conflitos*”<sup>60</sup>. É o caso dos estudantes universitários que associavam as reivindicações específicas da classe e o questionamento do Regime Militar. Nesta lógica, o autor relaciona os movimentos sociais com a democracia e define as ações coletivas:

Trata-se de demandas que não encontram resposta no sistema político porque este é limitado, se encontra paralisado ou, até mesmo, esmagado por um Estado autoritário, ou então porque as próprias reivindicações não são negociáveis e pretendem ser um meio de mobilizar forças que visam a derrubar a ordem institucional [...] as mobilizações coletivas aparecem como um resíduo que não pode ser tratado pelas instituições<sup>61</sup>.

<sup>57</sup> ALBUQUERQUE, Op. cit., p. 72.

<sup>58</sup> Idem, ibidem, p. 77.

<sup>59</sup> Id., ibid., p. 78.

<sup>60</sup> Idem, ibidem, p. 104.

<sup>61</sup> TOURAINE, Op. cit., 1996, p. 83.

No caso do Regime Militar, as demandas do movimento estudantil representavam uma possibilidade de voz política da época, uma vez que os outros canais de participação política como os partidos políticos e sindicatos, sofriam dura repressão ou encontravam-se impedidos de participar dos canais políticos por estarem na ilegalidade ou fechados.

Na mesma lógica, segundo Marcelo Ridenti, a compreensão dos problemas do movimento estudantil não pode ser buscada apenas no comportamento político de sua classe de origem, mas na especificidade da situação de estudante, “... *transitória entre as classes de origem dos universitários e as classes que ajudarão a constituir depois de formados*”<sup>62</sup>. Conforme o mesmo autor:

... as lutas estudantis em seus caminhos e descaminhos são abordadas no movimento da sociedade de classes, em sua expressão diversificada e contraditória que extrapola o movimento estudantil e também o corta por todos os lados, fazendo dele, em determinadas conjunturas, um indicador dos problemas da sociedade enquanto um todo, com as contradições que encerra<sup>63</sup>.

O autor aponta que é limitado caracterizar o movimento estudantil como um grupo cuja ação estava ligada à sua condição de classe (universitária) ou ambição de ascensão social (no caso dos secundaristas), porque era um movimento coletivo de busca de mudanças, ainda que estas resultassem de reformas na lógica capitalista. Assim, as lutas pelas melhorias na educação, como a ampliação do direito à Universidade, com o aumento de vagas, por exemplo, faziam parte do processo de constituição da classe trabalhadora no sentido de organização na defesa dos direitos coletivos. Portanto, a mobilização dos estudantes ligava-se à frustração do projeto de ascensão social uma vez que a realidade apresentava o desemprego dos diplomados.

---

<sup>62</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 141.

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, p. 141.

Assim, a atuação política do estudante universitário era marcada também pelo lugar que este ator social ocuparia na sociedade (heterogeneidade) uma vez que a situação de estudante era transitória. A diversidade da atuação dos estudantes se dava também em função do trabalho (ou não trabalho no caso daqueles que eram sustentados por bolsas de estudo ou pela família).

Mas, Ridenti aponta que a situação de estudante é diferente da situação de operário, mesmo no caso daqueles estudantes que trabalhavam, porque os estudantes não viam o trabalho como um fim, mas como um meio de conseguir seu objetivo de graduar-se, ou seja, viam como transitório o trabalho assalariado subalterno e apresentavam ideologia de ascensão social – projeto de carreira<sup>64</sup>.

Ou seja, este autor, afirma que mesmo os estudantes pobres que dificilmente chegavam às universidades, estavam envolvidos na mesma dinâmica de ascensão social, buscando na Universidade uma oportunidade para melhorar sua vida. Conforme o mesmo autor, com o início do Regime Militar em 1964 e a repressão sobre os trabalhadores, organizados politicamente, os meios intelectualizados e camadas médias encontravam espaço para reorganizar-se (entre as camadas médias, o autor destaca o movimento estudantil).

Nessa lógica Antonio Mendes de Almeida Junior afirma:

Ocorre, entretanto, que em muitos momentos da vida nacional os estudantes se converteram em verdadeiros “pontas de lanças” de uma sociedade, reprimida e oprimida, atuando no sentido de desencadear movimento de caráter mais amplo e que desembocam em sérias transformações políticas no País. [...] Eles enquanto componentes de um movimento, assumiram o papel de fenômeno político de primeiro plano<sup>65</sup>.

Ou seja, o movimento estudantil expressava uma possibilidade de voz política no início do Regime Militar uma vez que outros setores sofriam repressão. É importante destacar ainda que, apesar da bibliografia pesquisada não analisar a

---

<sup>64</sup> RIDENTI, Op. cit.

<sup>65</sup> ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8.

divisão dos grupos de estudantes, consideramos importante examinar esse elemento, uma vez que a pesquisa apontou para essa necessidade.

Portanto, é importante destacar que os estudantes universitários não se apresentavam como um bloco fechado, uma vez que identificamos neste grande grupo, grupos de apoio, denominados nas representações da imprensa como “democratas” e grupos de oposição ao Regime Militar, denominados “oposicionistas” ou “esquerdistas”, atuando na realidade analisada. Esses diferentes grupos conquistarão formas de visibilidade diferenciadas, como veremos a seguir.

## *2.4 Estratégias de visibilidade*

Para analisar as representações dos jornais de Porto Alegre acerca do movimento estudantil universitário, trabalhamos no sentido de levantar e analisar as falas presentes nesta fonte, realizando análise de conteúdo, portanto, qualitativa. A importância da análise de falas diversas presentes nas representações reside na identificação da forma diferenciada de visibilidade dos diversos atores sociais envolvidos no processo examinado. Nesse sentido, buscamos, através da análise das estratégias de visibilidade apresentadas pelas empresas jornalísticas, perceber como estas deixavam transparecer o posicionamento das empresas jornalísticas neste período.

Foram utilizados os jornais de Porto Alegre: *Zero Hora*, *Correio do Povo*<sup>66</sup> e *Folha da Tarde*<sup>67</sup>, por serem jornais informativos modernos de grande circulação, de acordo com a discussão conceitual anteriormente posta. Apesar de reconhecermos, na linha de autores como John Thompson, que buscam analisar a recepção das

---

<sup>66</sup> Analisados desde maio de 1964, coincidindo com a fundação do primeiro, até outubro de 1968.

<sup>67</sup> Analisada a partir de novembro de 1967, em função da ausência de exemplares dos anos anteriores nos arquivos pesquisados.

representações, neste trabalho, interessa-nos analisar como o grupo de pressão política, o público politizado, recebeu essas representações. Essa recepção permanece como perspectiva de hipótese, uma vez que a ênfase do trabalho é analisar as formas de representação e produção do discurso dos jornais informativos modernos. Por isso, é importante analisar as formas de representação da fala dos diferentes grupos em disputa no contexto analisado, nos jornais informativos modernos, as estratégias de visibilidade.

Na questão da relevância da utilização deste tipo de fonte, para além do que destacamos do trabalho de Thompson, sob uma perspectiva metodológica, destacamos ainda a proposta de René Zicman<sup>68</sup>. Esta autora afirma que a importância da análise da imprensa apresenta-se na periodicidade dos registros que por ser diária, permite o acompanhamento do desenrolar dos fatos apresentados. O limite do uso das fontes apresentou-se na impossibilidade de acompanhar a continuidade de alguns acontecimentos por falta de alguns exemplares nos Arquivos utilizados<sup>69</sup>.

No entanto, para melhor compreensão destes enquanto fonte para a pesquisa histórica faz-se necessária uma análise de aspectos que influenciam as reportagens analisadas, buscando analisar o que é dito e por que é dito. Não se busca fazer uma análise comparativa das fontes de imprensa, mas compreender as características das representações que cada jornal utilizava ao apresentar o papel do movimento

---

<sup>68</sup> ZICMAN, Op., cit.

<sup>69</sup> Referentes ao ano de 1964, não foram utilizados os jornais Correio do Povo de mês de agosto e do período de outubro a dezembro, bem como o mês de junho de 1965, devido à ausência nos Arquivos (que formam seus acervos a partir de doações) ou por estarem em restauração no período em que se realizou a pesquisa. O mesmo ocorrendo com o jornal Zero Hora dos meses de maio de 1965 e agosto e novembro de 1967. O jornal Folha da Tarde, pelos motivos expostos foi utilizado a partir de novembro de 1967, apresentando poucos exemplares nos meses de novembro (4 exemplares), e dezembro (5) deste ano, bem como em janeiro (1), fevereiro (2), março (1), abril (1), maio (1) e junho (4) de 1968.

estudantil universitário de Porto Alegre frente ao Regime Militar, relacionando-as às características de cada jornal.

É necessário também levar em consideração que estão presentes nas representações analisadas as falas das autoridades envolvidas com a questão da educação e da segurança e dos diferentes grupos de estudantes universitários. Neste sentido, a análise das fontes de imprensa permitiu a identificação de ações desenvolvidas pelas autoridades e pelo movimento estudantil universitário de Porto Alegre, no período em estudo (aquelas manifestações que ganhavam visibilidade na imprensa), bem como das posições ideológicas assumidas pelas organizações estudantis oposicionistas e situacionistas, que se autodenominavam democratas, em relação ao Regime Militar.

Algumas matérias apresentadas permitiram também a identificação das divergências entre estudantes oposicionistas e situacionistas, bem como a relação das manifestações de universitários em Porto Alegre com manifestações de outras regiões do Brasil (no sentido de buscar influências e repercussões), no recorte temporal previsto. Merece destaque também a constatação de que a palavra escrita tem o poder de levar o leitor a tomar partido uma vez que trabalha com as emoções, de acordo com os sentidos conferidos às palavras.

No entanto, é necessário salientar, conforme trabalhamos anteriormente que este espaço não era neutro, em função das formas de visibilidade utilizadas pelas empresas jornalísticas. Ao analisarmos as representações da imprensa, identificamos três estratégias de visibilidade diferenciada do movimento estudantil universitário utilizadas na construção das matérias por parte dos componentes das empresas jornalísticas: visibilidade **direta** ou **indireta**, visibilidade de **depoimentos privilegiados** e **incorporação da linguagem** dos componentes do Regime Militar

pelos componentes das empresas jornalísticas nas matérias apresentadas como neutras.

Como estratégia de visibilidade direta ou indireta, entendemos a utilização diferenciada, na construção das matérias, de depoimentos e materiais enviados pelos estudantes universitários. Percebemos, ao longo da análise das reportagens que a maior parte delas tornava visíveis diretamente materiais e depoimentos dos universitários situacionistas, e indiretamente, no caso dos universitários opositoristas. Estes últimos conquistavam visibilidade, na maior parte das vezes, apenas quando outros grupos a eles se referiam.

A utilização privilegiada de determinados depoimentos foi outra estratégia utilizada pelos componentes dos jornais informativos modernos. Esta se apresentou como utilização preferencial das falas dos universitários situacionistas e das autoridades educacionais ou de segurança do Regime Militar na construção dos artigos. Dessa maneira, artigos e depoimentos dos universitários opositoristas eram publicados com comentários dos jornalistas ou apenas relatados, sem que a publicação na íntegra ocorresse.

Nessa mesma lógica, depoimentos e materiais enviados por universitários situacionistas ganhavam visibilidade diretamente. Os universitários situacionistas e as autoridades do novo Regime eram procurados pelos componentes das empresas jornalísticas para que seu depoimento fosse utilizado na construção das representações, enquanto os universitários opositoristas ganhavam visibilidade apenas quando procuravam a imprensa ou enviavam materiais para publicação.

Outra estratégia identificada na análise das reportagens foi a incorporação da linguagem do Regime Militar ao texto jornalístico, em matérias que se apresentavam como neutras, uma vez que não eram construídas a partir de depoimentos dos

componentes deste Regime, mas a partir de informações sobre o contexto analisado. Nesse sentido, reportagens escritas pelos componentes dos jornais informativos modernos, que apresentavam um discurso de neutralidade frente à realidade, reproduziam a lógica do novo Regime com expressões como “nosso Brasil”, “Pátria”, além de apresentarem expressões que remetiam à lógica da necessidade de ordem para conquistar o “desenvolvimento nacional” ou à lógica da Doutrina de Segurança Nacional.

Ou seja, mantendo um discurso de neutralidade, expresso na visibilidade conferida aos diferentes grupos em conflito neste contexto, com relação ao movimento estudantil universitário, os componentes das empresas jornalísticas, através das estratégias de visibilidade diferenciada, posicionavam-se em apoio ao Regime Militar no contexto analisado, desqualificando as manifestações de oposição dos estudantes universitários opositores a este Regime.

A neutralidade e a defesa do Regime Militar não são aspectos contraditórios, uma vez que se referem à lógica das empresas jornalísticas enquanto empresas capitalistas que buscavam o lucro com a venda de seu produto, a informação. Assim, o discurso de neutralidade era elemento importante para a manutenção da credibilidade dos jornais informativos modernos frente aos leitores consumidores. Por outro lado, o posicionamento a favor do novo Regime, fundamental para a permanência das empresas jornalísticas nessa conjuntura é percebido somente analisando-se as formas de visibilidade diferenciada de cada grupo social.

### **3. Movimento Estudantil Universitário x Regime Militar na Imprensa de Porto Alegre**

Antes de iniciar a abordagem da temática proposta, é importante que esta problemática seja situada em seu contexto. Portanto, para a compreensão das representações da imprensa porto-alegrense sobre o movimento estudantil universitário da mesma cidade, é importante partirmos da análise da realidade dos estudantes universitários de Porto Alegre, que estão situados, influenciando e sendo influenciados, por um contexto regional, que por sua vez é influenciado por um contexto nacional e internacional.

Analisaremos essa realidade, buscando compreender a situação dos universitários a partir do golpe militar de 1964 até a invasão do XXX Congresso da UNE em Ibiúna pelas forças repressivas do Regime Militar. Neste capítulo, buscaremos caracterizar as transformações pelas quais o Brasil passava nesse período, relacionando-os ao contexto mundial, para, em seguida, caracterizarmos a realidade de Porto Alegre. Desenvolveremos também breve exposição, situando os jornais informativos modernos analisados no contexto em que foram gerados e como se posicionavam frente ao Regime Militar.

### *3.1 A crise do populismo e o modelo de desenvolvimento associado*

Conforme analisa José Luís Sanfelice<sup>70</sup>, no período que vai do pós-segunda guerra até 1964, houve, no Brasil, uma industrialização acelerada que provocou modificações de caráter econômico, social e político. Portanto a sociedade brasileira, predominantemente agrária, sofreu um processo de urbanização que provocou o aumento, em termos quantitativos, das camadas médias e classes operárias e sua afirmação enquanto agente político. O autor identifica ainda, em decorrência desse processo, o desenvolvimento da esquerda e a emergência da juventude enquanto força política ativa e organizada.

Neste contexto, conforme o mesmo autor, o posicionamento do governo brasileiro passou por dois momentos distintos, de acordo com a configuração do capitalismo em nível internacional. Se, em um primeiro momento, a chamada democracia populista estabeleceu-se, em um segundo momento, com a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no bloco capitalista e as exigências advindas desta nova reordenação política, ocorreu a transição para um modelo politicamente conservador. Economicamente, ocorreu a transição de um modelo de desenvolvimento nacionalista para uma associação entre o capital nacional e internacional.

No período das grandes guerras mundiais até aproximadamente 1956, a industrialização brasileira buscou beneficiar-se da disputa entre as grandes potências do capitalismo, em um modelo de desenvolvimento nacionalista. Porém de

---

<sup>70</sup> SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.

1956 até o Regime Militar, se deu a abertura do mercado brasileiro à exploração das transnacionais.

O autor aponta ainda que essa segunda etapa demonstrou a falência do modelo de Estado Populista<sup>71</sup> que buscava combinar os interesses das camadas médias e proletariado sob o controle da burguesia industrial. Este modelo, retomado no governo João Goulart, foi sendo contestado, uma vez que a burguesia via, neste contexto, a democracia populista como uma ameaça ao seu poder político. Houve, segundo este autor, desde o governo Juscelino Kubitschek, a substituição pelo modelo de desenvolvimento associado.

É nesta lógica que se deve buscar o entendimento do Golpe Militar apoiado pelos Estados Unidos<sup>72</sup> em aliança com setores da burguesia nacional contra o governo João Goulart, que buscava retomar o desenvolvimento nacionalista, contra os interesses internacionais. Ou seja, o golpe militar de 1964 configurou-se como uma tomada de posição de uma ampla coalizão de setores conservadores, dentro da qual a burguesia era um dos elementos comprometido com o modelo de desenvolvimento associado com o capital internacional, que buscava a hegemonia, junto com setores das classes médias, na defesa de seus interesses contra as

---

<sup>71</sup> Sobre a crise política do populismo, que resultou no golpe militar em 1964, ver também: BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed. UnB, 2001; BRESSER PEREIRA, L. C. **Pactos Políticos, do Populismo à Redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1990.; CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994.; DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 - 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.; FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001. FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia e reformas: a conciliação frustrada**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: UNICAMP, 1997.; FURTADO, Celso. **Análise do "Modelo" Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.; SANTOS, Theotonio dos. **Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1995. e WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>72</sup> Ver, sobre este aspecto, BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

reformas nacionalistas, promovendo-se uma modernização conservadora<sup>73</sup>. Portanto, conforme esse mesmo autor<sup>74</sup>: “*não era (...) só de fora do país que vinham recursos para a reação*”.

Para René Armand Dreifuss<sup>75</sup>, o golpe ocorreu apoiado em uma intensa campanha política, ideológica e militar a partir do complexo Ipês/IBAD<sup>76</sup>. O autor demonstra que, na economia brasileira, a partir da Segunda Guerra Mundial, as empresas multinacionais foram as principais responsáveis para o desenvolvimento da economia brasileira. Essas empresas seriam as principais responsáveis, junto de empresas nacionais, pelo financiamento da campanha, articulada nos meios de comunicação, com uso de panfletos, livros e filmes<sup>77</sup>, que derrubaria João Goulart. Com o objetivo de interferir e influenciar as organizações políticas no Brasil:

Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma inteligência política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro<sup>78</sup>.

Assim, através dos seus diretores (tecno-burocratas), as grandes empresas participaram diretamente da administração política, organizando reação contra as forças populares (que se organizavam na década de 60) através da disseminação dos valores intrínsecos ao desenvolvimento capitalista dependente em seminários “*na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais*”<sup>79</sup>.

<sup>73</sup> Sobre este processo de modernizar a economia com base no conservadorismo político, ver ainda VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 - 1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998.

<sup>74</sup> Conforme SANFELICE, Op. cit, p.53

<sup>75</sup> DREIFUSS, René Armand. **A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. Sobre as estratégias de propaganda contra o governo Goulart, ver também: ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: MAUAD, FAPERJ, 2001.

<sup>76</sup> Sobre este aspecto, ver também: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis : Vozes, 1984.

<sup>77</sup> Assis (2001) destaca a importância destes filmes pelo grande alcance entre a população brasileira, formada por um grande contingente de não-alfabetizados.

<sup>78</sup> DEIFUSS, Op. cit., p. 66.

<sup>79</sup> Idem, ibidem, p. 74.

Nesta lógica, para defender os interesses deste setor dominante da sociedade brasileira, era necessário um governo autoritário que controlasse as forças populares, portanto, nessa perspectiva se observa a base de apoio ao golpe de 1964. Dreifuss lembra que, desde a década de 50, é possível identificar a influência destes setores em grupos político-administrativos do governo JK.

Além dos empresários, o autor identifica um grupo de oficiais militares de característica modernizante-conservadora como articuladores da derrubada de João Goulart. Co-fundadores da ESG (Escola Superior de Guerra, aos moldes do *War College* dos Estados Unidos), juntamente dos norte-americanos, compartilhavam dos interesses multinacionais e associados e comprometeram-se com os Estados Unidos em 1952, através da Lei de Segurança Mútua contra o comunismo que servia como legitimação da idéia do poder moderador do Exército brasileiro, uma vez que este realizara intervenções na política em diferentes períodos da História do Brasil. A Escola Superior de Guerra encontrava-se influenciada pela idéia da Doutrina de Segurança Nacional<sup>80</sup>. Padre Joseph Comblin afirma que essa doutrina era influenciada por noções da geopolítica. Assim:

A geopolítica fornece à Doutrina de Segurança Nacional duas importantes contribuições: dá um fundamento científico (ou pseudocientificidade) a seu conceito de Nação e a seu conceito de bipolaridade<sup>81</sup>.

Comblin afirma que, em 1964, as Forças Armadas Brasileiras abandonaram seu papel tradicional de “Poder Moderador” e assumiram o governo na lógica de manter a Segurança Nacional<sup>82</sup>. Nesse sentido, baseando-se nos conceitos da

---

<sup>80</sup> Sobre a ideologia das Forças Armadas Brasileiras e a Doutrina de Segurança Nacional, ver também: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1968)**. Petrópolis: Vozes, 1976; do mesmo autor: **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papyrus, 1994.

<sup>81</sup> COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia a Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 23.

<sup>82</sup> Id. *ibid.*

geopolítica, a idéia de Nação brasileira era de um projeto único, uma única vontade.

O autor destaca que, nessa lógica:

A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo<sup>83</sup>.

A bipolaridade também era um dos elementos teóricos da idéia de Segurança Nacional Brasileira. Nesse sentido, distinguia-se o Ocidente cristão do Oriente comunista. Segundo Comblin:

O mundo permanece dividido em dois campos: o Ocidente e o comunismo, e o Brasil está engajado no campo do Ocidente. Isto por motivos morais, devido à superioridade moral do Ocidente: ele escolhe o melhor lado. Mas sobretudo por motivos de necessidade. O Brasil faz parte geograficamente do Ocidente. Aliás, os geopolíticos brasileiros fazem a síntese entre o fato de pertencer ao Ocidente e o destino manifesto da Nação brasileira<sup>84</sup>.

Ou seja, a lógica de adesão da Nação brasileira à luta anticomunista encontrava-se nos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional. Comblin afirma que a Doutrina de Segurança Nacional compreende o conceito de guerra total. Sobre esta, ele afirma:

Três conceitos intervêm na elaboração da idéia de guerra total que está na base da Doutrina de Segurança Nacional: a guerra generalizada, a guerra fria, a guerra revolucionária. Todos os conceitos são americanos, pelo menos quanto a sua origem imediata<sup>85</sup>.

Nesse sentido, a guerra generalizada seria o uso dos recursos totais dos beligerantes, pois a sobrevivência de uma das potências rivais representaria um perigo. A guerra fria era encarada como *"uma guerra permanente: tratava-se em todos os planos - militar, político, econômico e psicológico -, porém evita o confronto armado. A segurança nacional é exatamente uma resposta a esse tipo de guerra"*<sup>86</sup>.

Sobre a guerra revolucionária, Comblin afirma:

Em primeiro lugar, a guerra revolucionária é a nova estratégia do comunismo internacional: em qualquer lugar onde haja uma guerra revolucionária é

---

<sup>83</sup> Id. ibid., p. 28.

<sup>84</sup> Id. ibid., p. 30.

<sup>85</sup> Id. ibid., p. 33.

<sup>86</sup> Id. ibid., p. 39.

preciso ver, daí por diante, a presença do comunismo. Desse primeiro princípio decorre o segundo: já que o comunismo está por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, existe entre todos um parentesco evidente e o mesmo modelo deve servir para compreender todos.<sup>87</sup>.

Este autor afirma ainda que, após a implantação do Regime Militar, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, “... a ‘linha-dura’ destruiu no nascedouro todas as tentativas de reconstituição de um poder político popular”<sup>88</sup>, na lógica de manter o povo afastado de qualquer contato com a subversão<sup>89</sup>. Entre os grupos que buscavam um poder político popular e que deveriam ser combatidos, ele destaca as lideranças estudantis, importantes em nossa análise. Comblin afirma:

Com efeito, os conflitos sociais, as oposições políticas, as discussões de idéias, o não-conformismo ideológico ou cultural são manifestações visíveis de uma guerra revolucionária onipresente.<sup>90</sup>

Ou seja, a oposição era um elemento importante para justificar a Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que o projeto do Regime Militar buscava promover o desenvolvimento conjugado à idéia de segurança. Assim, todos os que se opunham ao Regime Militar eram caracterizados de comunistas ou influenciados por idéias estranhas ao país. Comblin destaca que “a *Segurança Nacional* é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”<sup>91</sup>.

A segurança (no sentido de estabilidade), portanto, era vista como necessária para que ocorresse o desenvolvimento do Brasil. Segundo Comblin:

O desenvolvimento é feito, portanto, dentro dos limites da segurança: ele tem por finalidade aumentar a segurança e não pode jamais significar um ameaça à segurança<sup>92</sup>.

Para entendermos como os interesses externos e internos realizaram aliança que iria resultar em um modelo de desenvolvimento associado com o capital

<sup>87</sup> Id. *ibid.*, p. 44.

<sup>88</sup> Id. *ibid.*, p. 161.

<sup>89</sup> Sobre a ação do Regime Militar com a oposição, ver também: FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>90</sup> Id. *ibid.*, p. 49.

<sup>91</sup> Id. *ibid.*, 54.

<sup>92</sup> Id., *ibid.*, p. 67.

internacional, é importante analisarmos brevemente o contexto mundial. O objetivo desta análise, portanto, é entendermos a lógica ou a necessidade de implantação de um Regime Militar no Brasil, favorecido por circunstâncias externas e internas, no contexto de Guerra Fria.

### 3.2 A “ameaça comunista” e a resistência estudantil

Durante a Guerra Fria, no período denominado como “Coexistência Pacífica”<sup>93</sup> (que se estabelece aproximadamente de 1956 a 1971), houve a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no bloco capitalista e o estabelecimento de esferas de influência pelos EUA e pela URSS, grandes potências mundiais do pós-segunda guerra, ao redor do globo. Vizontini afirma que, com exceção da Argentina que se encontrava na área da libra, comerciando principalmente com a Grã Bretanha e a Europa Ocidental, e concorrendo com a produção dos Estados Unidos, “durante a Segunda Guerra Mundial, Washington estreitou seu domínio sobre a América Latina”<sup>94</sup>. Conforme o mesmo autor:

Mais que em qualquer outra região do planeta, na América Latina ficou claro que a Guerra Fria, em suas origens, constituía um instrumento de controle estadunidense sobre os governos, povos e economias locais<sup>95</sup>.

Contudo, este autor destaca que, antes da Revolução Cubana, o discurso anti-soviético e anticomunista era modesto, uma vez que não havia possibilidade ou intenção de ataque soviético na região. Tal discurso buscava apenas “... *legitimar a luta contra qualquer atitude nacionalista restritiva à forma de inversão de capital ou de comércio dos EUA*”<sup>96</sup>.

---

<sup>93</sup> Ver: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Da guerra fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre : UFRGS, 1990.

<sup>94</sup> Id., *ibid.*, p. 51.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*

<sup>96</sup> Id., *ibid.*

Nestes casos, Vizentini afirma que os Estados Unidos não hesitavam em apoiar ditaduras ou conduzi-las ao poder<sup>97</sup>. Este autor destaca também que, nesse período, o ingresso de capitais norte-americanos: *“era inferior à saída, além das relações no plano comercial e tecnológico não deixarem à América Latina muitas chances de lograr um desenvolvimento industrial”*<sup>98</sup>.

Contudo, depois da Revolução Cubana, há uma modificação de posição dos Estados Unidos com relação à América Latina. Segundo Vizentini:

John Kennedy, ao assumir a presidência americana, implementou a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda às reformas sociais na América Latina, com vistas a deter a expansão dos movimentos antiamericano e a mobilização popular no continente<sup>99</sup>.

Ou seja, para que não ocorressem outras revoluções socialistas em função da miséria em que se encontravam os países latino-americanos, foi pensado um projeto de investimento de capitais dos Estados Unidos para estes países. Assim, segundo Vizentini, *“essa tese logrou impor-se temporariamente à da segurança nacional anticomunista, que enfatizava os aspectos político-repressivos em detrimento do desenvolvimento econômico”*<sup>100</sup>.

Portanto, segundo o mesmo autor:

A militarização iniciada por Kennedy visara a reforçar a posição americana, mas associadas às reformas sociais, políticas e econômicas na periferia para conter as tendências revolucionárias<sup>101</sup>.

Vizentini destaca ainda que setores prejudicados com a perda de Cuba e que apoiavam uma ação repressiva mais firme, prováveis responsáveis pela articulação do assassinato de Kennedy, vincularam-se ao seu sucessor, Lyndon Johnson. A partir dessa administração, a “Aliança para o Progresso” foi substituída pela lógica de intervenção militar.

---

<sup>97</sup> Id., *ibid.*

<sup>98</sup> Id., *ibid.*, p. 52.

<sup>99</sup> Id., *ibid.*, p. 53 (grifo do autor).

<sup>100</sup> Id., *ibid.*

<sup>101</sup> Id., *ibid.*, p. 55.

Segundo o mesmo autor:

Paralelamente, Washington aumentava a pressão sobre o governo Goulart, aliada aos setores conservadores brasileiros. O golpe de Estado de 31 de março de 1964, implantando um regime militar de segurança nacional no Brasil, contou com o apoio direto da CIA e da Embaixada dos EUA<sup>102</sup>.

Portanto, neste contexto, a América latina, consolidando o sistema anteriormente existente, ficou sob influência dos Estados Unidos<sup>103</sup>. Conforme Hobsbawm:

Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local<sup>104</sup>.

Essa hegemonia norte-americana na região, seguindo os objetivos estratégicos de Washington, tendia a reproduzir a manutenção da situação econômica dependente e subordinada da América Latina em relação aos Estados Unidos. Conforme Otávio Ianni:

Durante a guerra fria, a sociedade brasileira foi levada a abandonar a estratégia de desenvolvimento de um capitalismo nacional e a adotar a estratégia de *desenvolvimento associado* ou *dependente*. Esse é o significado do golpe de Estado de 1964<sup>105</sup>. (grifos do autor)

Na mesma lógica, Celso Furtado afirma:

Têm-se consciência de que a margem de autodeterminação na busca de meios para enfrentar os problemas do subdesenvolvimento tendeu a reduzir-se, na medida em que os imperativos da “segurança” dos Estados Unidos exigiram crescente alienação da soberania por parte dos governos nacionais<sup>106</sup>.

Neste sentido, esta região sofreu controle econômico de caráter imperialista e ideológico pelos Estados Unidos, através do apoio à implantação de Regimes Militares Ditatoriais (baseados na Doutrina de Segurança Nacional) que atuaram na

<sup>102</sup> Id., *ibid.*

<sup>103</sup> A exceção de Cuba que (desde 1959, com a revolução socialista) se destacará como um entrave à hegemonia norte-americana na região.

<sup>104</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 422.

<sup>105</sup> IANNI, Otávio. **As estratégias de desenvolvimento**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000): a Grande Transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 138.

<sup>106</sup> FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, p. 22.

defesa dos interesses norte-americanos sob a ideologia da proteção do país à ameaça comunista. Nesta lógica bipolar, conforme Sallum Jr.:

A pertinência a um dos lados do esquema bipolar de poder mundial do pós-guerra dará ao Brasil – como, aliás, a todos os países – o contexto político básico dentro do qual se moverá. Nesse quadro, os conflitos internos, inerentes a cada país, seriam entendidos como parte da luta entre as duas superpotências, o que justificava o caráter limitado da soberania política dos países pertencentes a cada uma das órbitas – “ocidental” e “socialista”.<sup>107</sup>

Assim, as reivindicações dos grupos de oposição, como os estudantes, eram entendidas pelos representantes do Regime Militar Brasileiro como influência dos países comunistas. Segundo Luís Roberto Lopes: “*O regime impusera uma política recessiva que, em última análise, ameaçava exatamente o futuro de uma juventude a caminho do mercado de trabalho*”<sup>108</sup>.

Essa afirmação auxilia no entendimento das manifestações estudantis que se seguirão, uma vez que, segundo análise de Artur José Poerner<sup>109</sup>, apesar do envolvimento político dos estudantes brasileiros ser identificado desde cedo no Brasil, remontando os tempos da colônia, as contestações relativas ao modelo econômico não apareceram de imediato, enquanto não se configurou uma sociedade com modelo urbanizado levando maior número de estudantes de classe média e trabalhadores à Universidade, porque, nesse primeiro momento, o ensino (principalmente universitário) era restrito à elite. Assim questionamento ao modelo econômico iniciou-se com o acesso das camadas médias (principalmente urbanas) cujos alunos eram também trabalhadores.

---

<sup>107</sup> SALLUM JR., Brasílio. **A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial**. In: MOTA, Op. cit., p. 413.

<sup>108</sup> LOPES, Luís Roberto. “**1968: caminhando e cantando e protestando e apanhando.**” In: PONGE, Roberto (Org.). *1968, o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre, UE/ Porto Alegre, 1998, p. 161.

<sup>109</sup> POERNER, Artur José. **O poder jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

Analisando essa questão de posicionamento político das classes médias brasileiras no Regime Militar, Maria Ribeiro do Valle<sup>110</sup> afirma que, a partir de outubro de 1965 (Ato Institucional nº 2), com a hipertrofia do poder Executivo, há modificação de postura da classe média brasileira:

Tais medidas acarretarão mudanças na atitude das classes que inicialmente apóiam a intervenção militar contra a “ameaça do comunismo” e a agitação popular, mas que pretendiam a retomada de um regime liberal-democrático, isento das características de “massa” da democracia populista. A situação política da classe média passa a configurar-se progressivamente pela sua exclusão política<sup>111</sup>.

Citando Martins Filho<sup>112</sup>, a mesma autora afirma que, nesse primeiro momento do Regime Militar, os estudantes encontravam-se divididos “*entre a tendência política da massa estudantil – que defende posições liberais-elitistas – e a da “vanguarda” estudantil – com posições à esquerda, formando um bloco antiimperialista e popular*”<sup>113</sup>.

Segue a autora:

No entanto, embora haja relatos de ex-líderes estudantis admitindo seu apoio ao golpe militar, não podemos dizer que há um “apoio ativo” do movimento estudantil ao mesmo [...] O governo, por sua vez, continuará visando a extirpar a área potencial de “subversão” identificada no meio estudantil por meio de medidas duradouras que impeçam as atividades políticas no ambiente universitário. É assim que deve ser entendida a extinção da UNE e das UEEs e sua substituição por organizações diretamente subordinadas ao Estado.<sup>114</sup>

É importante destacar que os estudantes não se apresentavam como um bloco único. Conforme Maria Eunice Maciel, neste contexto, existiam diferentes grupos de jovens, sobre os quais afirma:

<sup>110</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência, Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil**. Campinas: Editora da unicamp, 1999.

<sup>111</sup> VALLE, Op. cit, p. 36.

<sup>112</sup> MARTINS FILHO, J. R., **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964 – 1968**. Campinas: Papyrus, 1987. Do mesmo autor, ver também artigo In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: UNICAMP, 1997. Sobre as tendências do movimento estudantil, ver ainda: DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.; e FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempo de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

<sup>113</sup> VALLE, Op. cit, p. 36-37.

<sup>114</sup> Id., ibid. pp.36-37.

Se em 68 havia jovens que enfrentavam a ditadura, [...] havia também o mundo dos que “viam a passeata passar”, não se opondo, mas também não se envolvendo, como também havia aqueles jovens que se opunham aos movimentos e que constituíam uma base social para a ditadura. [...] É o retrato de uma Porto Alegre provinciana? Sim, mas ao mesmo tempo, havia moças e rapazes que procuravam romper com esse esquema de comportamento muitas vezes causando escândalo e sendo estigmatizados, assim como havia também um movimento estudantil atuante em consonância com o que ocorria no resto do mundo.<sup>115</sup>

Ou seja, a autora alerta para a impossibilidade de analisar-se em bloco os jovens. No caso analisado, com relação ao posicionamento do movimento estudantil desde abril de 1964, identificamos no seu interior tendências e formação de grupos de oposição ou apoio ao novo Regime. As formas de oposição e apoio também se diferenciavam, formando-se grupos no interior deste movimento social. Como linhas gerais, é possível identificar grupos de estudantes chamados situacionistas, que apoiavam o Regime Militar, apesar de protestarem contra algumas de suas medidas; e os oposicionistas, que se posicionavam contrários a este<sup>116</sup>.

Neste momento, portanto, junto das modificações econômicas implantadas no Brasil associadas aos interesses do capital internacional, principalmente norte-americano, apareceu a necessidade de desmobilização político-ideológica dos mecanismos populistas de organização, especialmente no caso das parcelas da população que se opunham às modificações realizadas pelo novo regime, como parte dos estudantes universitários. Como destaca Martins Filho (1996), há a passagem de um sistema populista, baseado na mobilização popular, para um sistema que busca desmobilizar a população.

Para esta estratégia desmobilizadora e em um processo de reordenamento nas escolas de todos os níveis, baseado em uma nova concepção de Segurança

---

<sup>115</sup> MACIEL, Maria Eunice. **Quando o mundo era jovem**. In: HOLZMANN, Lorena & PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.), Opus cit., p. 39.

<sup>116</sup> DIRCEU & PALMEIRA, Op. cit., 1998, MARTINS FILHO, Op. cit., 1996.

Nacional, nos valores de Ordem e Progresso<sup>117</sup>, é possível identificar modificações de caráter institucional na educação brasileira com a Lei número 4.464, editada em 9 de novembro de 1964, mais conhecida como “Lei Suplicy”, por ter sido criada pelo Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que buscava normatizar e dificultar a participação política dos estudantes brasileiros, vinculando as entidades estudantis ao Ministério da Educação<sup>118</sup>. Marcelo Ridenti estaca, a partir da Lei Suplicy a criação de Diretórios Acadêmicos (DAs) em cada faculdade, de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs) em cada estado e de um Diretório Nacional de Estudantes (DNE), vinculados às administrações universitárias e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sobre esta lei, Ridenti afirma:

A Lei Suplicy procurava manter o movimento estudantil, mas, comportado e dentro das escolas, apoiando os esforços do novo regime pelo “desenvolvimento nacional”, e livre das influências do ativismo de grupos supostamente minoritários e subversivos, que desvirtuariam o movimento. Esperava-se que a implantação do voto obrigatório implicasse a preponderância dos setores “responsáveis” e moderados na direção dos organismos estudantis<sup>119</sup>.

Ocorreu também um processo de desvalorização das ciências humanas e exclusão de disciplinas consideradas perigosas ou ameaçadoras à segurança nacional, como a Filosofia e a Sociologia, e a inclusão de disciplinas que fossem veículo dessa nova imagem de Brasil que buscava tornar-se dominante, como a Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EPB (Estudo dos Problemas Brasileiros), que, segundo é possível compreender a partir da análise do conteúdo do discurso de integrantes e apoiadores do Regime Militar,

---

<sup>117</sup> Com o início do Regime Militar, buscava-se implantar um projeto de sociedade baseado na democracia cristã, com uma nova visão de nacionalismo, desenvolvimentista.

<sup>118</sup> Sobre este aspecto do Regime Militar, ver GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985)**. São Paulo: Cortez, 2000.; e LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>119</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p.127.

atenderiam às necessidades do novo sistema vigente de implantação de um novo projeto para a sociedade brasileira<sup>120</sup>. Nize Maria Campos Pellanda afirma:

A educação foi entoa repensada de modo que não somente levasse o povo a aceitar o autoritarismo inerente à nova política, como também se ajustasse ao novo modelo econômico adotado: o associado-dependente<sup>121</sup>.

Assim, ocorreu a implantação de um projeto que buscava o esvaziamento do sentido crítico da cultura e a construção de uma nova concepção, conservadora, com controle dos espaços reflexivos e críticos, como a Escola, e a valorização do Ensino Técnico no sentido de preparação de mão-de-obra qualificada que atendia às necessidades de desenvolvimento industrial<sup>122</sup>, presentes naquele contexto.

Pellanda afirma:

Tão logo foi instalado o governo militar, Castelo Branco, seu primeiro presidente, tomou medidas precisas no que diz respeito à organização ideológica do sistema educacional. [...] O que importava para o novo governo era que os estudantes “estudassem”, para que não chamassem atenção para as distorções sociais da nova política [...] <sup>123</sup>.

Além disso, segundo Poerner:

Os direitos de livre manifestação do pensamento, de livre associação e de organização interna eram, também, vulnerados, com o estabelecimento de data e normas para as eleições, número de participantes dos Diretórios Acadêmicos e da convocação dos pleitos pelas autoridades universitárias através do edital.<sup>124</sup>

Além da Lei Suplicy, o Governo brasileiro estabeleceu os “Acordos MEC – USAID” que, segundo Poerner, “*representaram, assim, o ponto culminante da escalada cultural norte-americana em nosso país*”<sup>125</sup>.

<sup>120</sup> Em maio de 1964, a imprensa Porto Alegrense divulgava notícias de criação destas disciplinas nas redes municipal (Porto Alegre), estadual e privada (Rio Grande do Sul). A Secretaria da Educação e Cultura promovia também seminários sobre os valores democráticos para os professores responsáveis por estas disciplinas. O reitor da PUC, Irmão José Otão, coordenava Seminários de Educação Moral e Cívica, Revolução Brasileira e Ato Institucional, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, para as Escolas Públicas e Privadas de Ensino Fundamental e Médio (na época chamadas escolas primárias e secundárias). A justificativa era a necessidade de acabar com a transformação dos jovens gaúchos em comunistas.

<sup>121</sup> PELLANDA, Nize Maria Campos. **Ideologia e repressão no Brasil pós-64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, pp. 53-54.

<sup>122</sup> PADRÓS, Enrique Serra. “**Ditaduras Militares e Neoliberalismo: Relações Explícitas nos Descaminhos da América Latina**”. In: *Ciências e Letras*, Porto Alegre, FAPA, n. 16. 1996.

<sup>123</sup> PELLANDA, Op. cit., p. 54.

<sup>124</sup> POERNER, Op. cit., p. 231.

<sup>125</sup> Id., *ibid*, p. 246.

Para o autor:

Não há a menor dúvida de que isto obedecia a um plano de dominação cultural de toda a América Latina. [...] Tratava-se de facilitar a penetração dos Estados Unidos, cujo objetivo último, no setor do ensino, é controlar os pontos estratégicos do sistema educacional: a formação de professores, o material didático, as direções dos corpos docentes e as lideranças dos apoios discentes.<sup>126</sup>

Toda esta preocupação justificava-se, na lógica de construção de uma nova concepção de educação, Conforme Celso Cândia, porque, no novo Regime:

O saber é uma arma política não menos que um fuzil. Ora, uma vez que o saber vai muito além das camadas aristocráticas e mesmo das simples camadas ricas, é natural que uma resistência intelectual - moral apareça no campo social<sup>127</sup>.

Seguindo esse raciocínio, tornava-se necessário modificar a educação brasileira. Conforme analisa Padrós<sup>128</sup>, essa lógica de “*saneamento educacional*” sob orientação dos Estados Unidos resultou, na perseguição de professores e alunos considerados subversivos e reestruturação do Ensino em uma lógica que se afastava da base popular e reflexiva presente no projeto de ensino do governo João Goulart e buscava construir dois sistemas de ensino, um público e um privado, excluindo parcela da população do ensino superior e destinando-a ao ensino técnico.

Segundo Garcia:

As organizações estudantis, também, sofriam severa intervenção. A UNE (União Nacional dos Estudantes) foi extinta logo após o golpe. Os Centros Acadêmicos tornaram-se ilegais e a legislação previa apenas a possibilidade de se organizarem diretórios totalmente subordinados à direção das escolas. Além disso, atribuiu-se às autoridades educacionais o poder de suspender ou desligar estudantes envolvidos em atitudes consideradas subversivas e de demitir professores e funcionários pela mesma razão. (Respectivamente, . Decreto-lei 228, de 28-2-67 e Decreto-lei 477, de 26-2-1969)<sup>129</sup>.

<sup>126</sup> Id., *ibid.*

<sup>127</sup> CÂNDIDO, Celso. “68: A Revolução do desejo?” In: *1968, o ano das muitas primaveras*, Porto Alegre, 1998, p. 124.

<sup>128</sup> PADRÓS, Op. cit.

<sup>129</sup> GARCIA, Nelson Jahr. **Propaganda: Ideologia e Manipulação**, capítulo II (A ideologia), versão on-line disponível no site: <<http://jahr.org/nel/propideo/index.html>>, último acesso em 30 nov. 2000.

Nessa lógica, a educação deveria ser repensada para atender aos interesses do novo regime, fortalecendo os laços com os Estados Unidos e afastando-se da influência comunista, mantendo a Segurança Nacional. Segundo Pellanda:

A concepção teórico-política que está na base de toda esta reformulação é aquela que havia sido elaborada por um grupo de intelectuais ligados à Escola Superior de Guerra<sup>130</sup>.

Apesar dos entraves impostos pelo Regime Militar, sob orientação dos EUA, observou-se, neste período, significativa resistência ao controle e à repressão no âmbito educacional, com debate e mobilização por parte dos estudantes, que continuaram se organizando, na clandestinidade<sup>131</sup>. Ridenti demonstra que a presença dos estudantes nas organizações de esquerda cresceu a partir do Golpe Militar e ocorreu maior participação dos jovens nas novas esquerdas (dissidências do PCB) em função das circunstâncias sociais posteriores ao golpe que favoreceram a mobilização dos jovens<sup>132</sup>. Nesse contexto, há o desenvolvimento de uma cultura combativa, com ativa participação dos estudantes (seguindo a tradição de participação em movimentos culturais desenvolvida pelos estudantes no período anterior ao golpe com o Centro Popular de Cultura da UNE<sup>133</sup>, entre outras iniciativas) em função do clima político autoritário (preocupação em desmascarar a ditadura).

---

<sup>130</sup> PELLANDA, Op. cit., p. 54.

<sup>131</sup> Conforme afirma Jalusa Barcelos no Site da UNE: <http://www.une.org.br>. Ver também GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Editora CODECRI. Rio de Janeiro, 1981. 27ª edição.; GARCIA, José Carlos Bona. **Verás que um filho teu não foge à luta**. Ed. Posenato Arte & Cultura: Porto Alegre, 1989.; GURGEL, Antonio de Pádua. **A Rebelião dos Estudantes (Brasília, 1968)**, Brasília/DF, 2002.; e SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Global Editora, 1981.

<sup>132</sup> RIDENTI, Op. cit.

<sup>133</sup> Sobre esta iniciativa, Luiz Roberto Lopes (LOPEZ, Luiz Roberto. **1968: ou como a política invadiu a cultura**. In: HOLZMANN, Lorena & PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). Opus cit., p. 92.) afirma: "Na era Goulart (1961-64), o Centro Popular de Cultura (CPC/UNE) e mais o cinema e o teatro participavam ativamente do debate nacional sobre as "reformas de base", núcleo do programa governamental que pretendia transformações na estrutura, com vistas a uma maior justiça social, especificamente no campo da reforma agrária".

Ou seja, a maior atuação das tendências de esquerda no movimento estudantil levava este movimento social ao questionamento não só de questões relativas aos estudantes, mas da estrutura social. Portanto, os grupos políticos vão conquistando a hegemonia do movimento estudantil. Conforme Maria Eunice Maciel:

Embora a contestação ao que era ensinado e como era ensinado tenha sido importante no questionamento estudantil, este não ficou restrito aos aspectos relacionados ao ensino, mas representou uma revolta contra toda uma situação social<sup>134</sup>.

Baseados em modelos revolucionários de tomada do poder, muitas vezes contraditórios, refletindo as contradições da esquerda em nível nacional, os estudantes oposicionistas brasileiros buscavam nos exemplos das Revoluções Chinesa e Cubana e da resistência da guerrilha vietnamita frente à invasão dos Estados Unidos (resistência de pequenos grupos organizados contra o grande Estado poderoso serviu de modelo à resistência dos estudantes desarmados frente à repressão armada) para definir a linha de encaminhamento da resistência no Brasil. Zuenir Ventura aponta Herbert Marcuse como o “guru da geração de 68”<sup>135</sup> uma vez que este teórico conciliava Marx e Freud em sua análise, identificando nos estudantes um papel privilegiado de vanguarda da Revolução. O mesmo autor afirma que:

A conta nunca foi feita, mas é provável que os estudantes inscritos nas escolas e faculdades brasileiras de 66 a 68 tenham passado mais tempo na rua do que nas salas de aula. Somado o tempo gasto nas Assembléias com as horas despendidas nas passeatas, os estudantes daquela época devem ter tido pouca disponibilidade para estudar. A direita se deliciava: “Os estudantes de hoje só querem fazer política”. dizia-se. “Por que eles não se preocupam com os estudos”?<sup>136</sup>

Ou seja, apesar dos esforços do Regime Militar para esvaziar o espaço de debates do âmbito da Educação, nas escolas e universidades, muitos estudantes

<sup>134</sup> MACIEL, Maria Eunice. “1968 a revolução dos costumes: nada mudou tudo mudou”. In: *1968, o ano das muitas primaveras*, Porto Alegre, UE / Porto Alegre. 1998, p. 131.

<sup>135</sup> VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 60.

<sup>136</sup> Id., *ibid.*, p. 60.

buscavam novos canais de debate e discussão, utilizando, por exemplo, como afirma Poerner<sup>137</sup>, os intervalos das aulas o espaço dos Restaurantes Universitários, para conferências, sessões de cinema, cursos, assembléias. Assim, os estudantes construíam um conhecimento crítico acerca da realidade, organizando-se de maneira autônoma. É nessa linha de raciocínio que se pode entender a afirmação desse autor:

... as ruas ganham um novo estudante que passa a estudar, no asfalto das passeatas a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual. [...] A universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de líderes políticos. [...] A maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiosincrasias, estigmas e pontos de vista político nela adquiridos.<sup>138</sup>

Os estudantes criticavam ainda, como identifica Poerner<sup>139</sup>, a elitização da universidade o que se verificava pelo pouco acesso aos alunos trabalhadores, a pouca, ou nenhuma, participação dos estudantes no processo de decisões acerca de seu próprio ensino os professores desatualizados e que não buscavam discutir as questões sociais (nas palavras do autor, “burocratas da cultura”) e a hierarquia entre professores (superiores) e alunos (inferiores), identificando que “a crise da Universidade brasileira é decorrente da estrutura arcaica vigente no país<sup>140</sup>”.

Nessa lógica o autor afirma que:

Em todas as Universidades do País [...] compreendeu-se que a crise universitária não era exclusivamente uma exigência básica da situação brasileira, da mesma forma que não se tratava de uma crise imutável<sup>141</sup>.

Nessa perspectiva, além da maior democratização nas relações de ensino-aprendizagem (com a eliminação dos “*professores escriturários*” e substituição destes por “*professores sérios*”, nos termos do autor<sup>142</sup>), os estudantes

<sup>137</sup> POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da participação política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

<sup>138</sup> Idem, p.33.

<sup>139</sup> POERNER, Op. cit.

<sup>140</sup> Id., ibid, p.33.

<sup>141</sup> Id., ibid, p.207.

<sup>142</sup> Id., ibid.

oposicionistas buscavam o fim da Ditadura e de seus projetos de reforma elitizante e excludente do ensino no país<sup>143</sup>. Lembramos mais uma vez a importância de destacar, neste contexto, a existência de estudantes situacionistas que, apesar de posicionarem-se contra algumas de suas reformas, apoiavam o Regime Militar, aceitando fazer parte de entidades criadas por este para participação estudantil.

### 3.3 “Metropolização” de Porto Alegre x Regime Militar

Entre 1950 e 1970 apresentaram-se as mais elevadas taxas de crescimento da população urbana no Brasil, em função do êxodo rural decorrente da mecanização agrícola, concentração fundiária e pelas migrações regionais da população, com a perspectiva de melhoria das condições de vida nas cidades (busca de emprego nas atividades abertas com a industrialização). Ou seja, o processo de modernização da economia, com a industrialização e mecanização agrícola, provocou a urbanização acentuada do Brasil, no sentido de aumento da população urbana em detrimento dos contingentes populacionais do campo. O anteriormente mencionado processo de industrialização iniciado por Vargas consolidou-se nas décadas de 1950 e 1960, modernizando a economia brasileira conforme visto, e garantindo um papel central às cidades<sup>144</sup>. Geraldo Serra afirma que:

---

<sup>143</sup> Sobre as mobilizações dos estudantes oposicionistas, ver ainda: DIRCEU & PALMEIRA, Op. cit., 1998; MARTINS FILHO, Op. cit., 1996; VELASCO, Marco Aurélio. **Em busca de 1968**. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e Contestadores: 1968 – Brasil, França e Alemanha*. Editora Fundação Perseu Abramo: 1999.

<sup>144</sup> SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986. Sobre a urbanização acelerada e suas implicações, ver também DALLANI, Dalmo de Abreu. **Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XX**. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000): a Grande Transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.; SINGER, Paul. **O Significado do Conflito Distributivo no Golpe de 64**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: UNICAMP, 1997.; VIZENTINI, Op. cit., 1994.

Ao final dos anos 50, às vésperas do golpe de 64, o processo encontra-se em sua fase mais aguda, fazendo-se sentir na rede urbana brasileira todas as suas características críticas [...] A característica principal do centralismo autoritário em sua primeira fase é a proposta de racionalidade nas decisões administrativas<sup>145</sup>.

Coube ao Regime Militar resolver essa problemática de acelerado crescimento urbano, no momento em que as cidades apresentaram aumento do número de habitantes, em relação às zonas rurais. O projeto do Regime Militar para o país, na linha do que foi anteriormente discutido, baseava-se em uma ideologia desenvolvimentista, justificando-se pela racionalidade dos componentes do Regime em oposição à suposta falta de racionalidade identificada no país antes do golpe de 1964. Porém, uma vez que a racionalidade apresentava-se em um nível de abstração, sem levar em conta as características do espaço urbano, não eram levadas em conta as características locais de cada município. Conforme o mesmo autor:

A mais superficial análise da prática da administração pública nos vinte anos do centralismo autoritário mostra claramente o caráter ideológico do processo de decisão das obras públicas municipais<sup>146</sup>.

O autor afirma ainda:

O planejamento urbano e o regional são processos de decisão que, a curto ou médio prazo, envolvem a execução de obras urbanas ou interurbanas [...]. A fundamentação ideológica do plano repousa na racionalidade e a justificativa da tecno-estrutura é a posse de um saber específico<sup>147</sup>.

O autor cita a análise de Fernando Henrique Cardoso ao afirmar que o centralismo autoritário tinha como metas definidas a integração territorial e a ocupação do espaço econômico como fundamentos para a política de segurança nacional. Portanto, a partir do Regime Militar, há o rompimento com a política de massas e deixa de existir a preocupação com a participação popular, tornando o planejamento urbano um assunto estritamente técnico, ou seja, ele

---

<sup>145</sup> SERRA, Geraldo. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 146.

<sup>146</sup> SERRA, Op. cit., p. 75.

<sup>147</sup> Idem, p. 142.

afirma que ocorre a substituição de critérios democráticos de planejamento por critérios autocráticos e tecnocráticos. Serra busca demonstrar ainda a tendência do urbanismo autoritário presente no Regime Militar, ocorrendo a "*utilização do planejamento como instrumento ideológico de legitimação das razões políticas e administrativas do centralismo autoritário, assim como de ingerência na organização do espaço intra-urbano*"<sup>148</sup>.

O mesmo autor continua afirmando: "*A nível do planejamento urbano, a escamoteação das questões fundamentais apareceria na adoção da tese do 'bem-comum'*."<sup>149</sup> O discurso do governo federal afirmava que era preciso controlar a autonomia local dos municípios, pois as autoridades políticas municipais - prefeitos e vereadores - continuaram a ser eleita pelo voto direto na maior parte dos municípios. Portanto, o governo federal, que se considerava neutro e apolítico, agiria em nome do bem comum, todavia, essa lógica perversa escondia as contradições da sociedade. Assim: "*... planejamento, centralismo e autoritarismo estavam plenamente associados no pacto militar-tecnocrático*"<sup>150</sup>.

Ainda segundo Serra:

O processo de urbanização acelerada é um aspecto, portanto, de processos maiores e mais amplos, envolvendo um período de grande crescimento da economia nacional e caracterizado por grandes tensões políticas, as quais (...) vão desembocar na instalação do regime centralista e autoritário, em 1964<sup>151</sup>.

O discurso do Regime Militar acerca do desenvolvimento do espaço urbano afirmava a necessidade de produção ou complementação do espaço existente, além do planejamento do crescimento urbano<sup>152</sup>. Este autor destaca

---

<sup>148</sup> Idem, p. 144.

<sup>149</sup> Idem, p. 147.

<sup>150</sup> Idem, p. 148.

<sup>151</sup> Idem, p. 42.

<sup>152</sup> Das questões urbanas, a ênfase ocorria na questão da habitação, portanto, o Regime apresentava como solução os financiamentos (que atingiam as classes médias, não resolvendo o problema da moradia popular, Permanecendo e aumentando as habitações não planejadas, como as favelas). O BNH, criado em 1964, apresentava como preocupação central a habitação e agia através da

ainda a problemática da limitada arrecadação de impostos dos municípios, a partir da reforma tributária de 1967 que centralizou o processo de decisão e de receita, retirando a autonomia dos municípios e estados.

Contudo, paralelo aos problemas de falta de arrecadação municipal, ocorreu aumento dos encargos das cidades, uma vez que as demandas e as despesas aumentaram, em função do processo de urbanização acelerada. Conforme Serra:

As reivindicações dos municípios nunca estiveram em função da queda da receita, mas da percepção de que o crescimento econômico e a urbanização acelerada eram parte de um processo do qual o principal autor e beneficiário era o governo federal, enquanto aos municípios eram repassados os encargos e demandas decorrentes do crescimento acelerado de suas populações<sup>153</sup>.

Ou seja, o processo de urbanização acelerada da década de 1960 trouxe para as cidades indivíduos não contribuintes, colocando a questão da necessidade de desenvolver a infra-estrutura urbana na ordem do dia, bem como a necessidade de adaptação de novos espaços, ocorrendo: "*crescimento da demanda por investimentos em obras urbanas, sem implicar o crescimento proporcional da receita municipal*"<sup>154</sup>.

No entanto:

Ao mesmo tempo em que se promoveu uma política econômica que tem como consequência a aceleração do processo de urbanização, são retirados das autoridades municipais os recursos necessários para enfrentarem a situação, levando-os a recorrer aos financiamentos, os quais, estão condicionados ao enquadramento das diretrizes de desenvolvimento local e às do centralismo autoritário<sup>155</sup>.

Durante o Regime Militar, a lógica de urbanização enfocava a racionalidade do planejamento. Assim, os mecanismos de dominação eram

---

racionalização do sistema imposta com a visão de mundo dos tecnocratas e militares no poder, na lógica de expulsar a política da discussão sobre os problemas da cidade, que seriam resolvidos por técnicos especializados no planejamento urbano. A partir daí, ocorreu a imposição de linhas de atuação aos municípios, coerentes com as diretrizes do governo autoritário.

<sup>153</sup> Idem, p. 55.

<sup>154</sup> Idem, p. 56.

<sup>155</sup> Idem, p. 62.

cobertos pela ideologia do planejamento, pela suposta racionalidade (noção de pensar o planejamento urbano de forma técnico-financeira e não através da preocupação social com o debate público das questões importantes para a problemática urbana).

O autor insere a realidade de Porto Alegre, que aqui nos interessa, como área de "*expansão controlada*"<sup>156</sup>, de acordo com os termos utilizados pelos técnicos responsáveis em trabalhar as questões urbanas. Sobre essas áreas, diz o autor:

A idéia geral, como se pode ver, era a do aproveitamento do potencial representado pelas aglomerações de porte médio existentes no território nacional, para, por meio dos investimentos do programa e de outros por ele induzidos, criar um pólo de desenvolvimento que passasse a atrair para si atividades econômicas, empregos e população<sup>157</sup>.

Portanto, a intervenção no espaço urbano se dava a partir da identificação das demandas de infra-estrutura por estudos técnicos realizados por comissões técnicas. A partir do Regime Militar, enfim, ocorreu a concentração de poder nas mãos do Executivo, o que permitiu a realização de uma nova política urbana, marcada por grandes obras viárias e planejamento do crescimento urbano sem levar em consideração as necessidades da população pobre, isto é, segundo os termos de Serra, não houve planejamento democrático da gestão urbana.

Com o crescimento urbano verificado, ocorreu também o estabelecimento da população migrante na periferia dos municípios como Porto Alegre ou em municípios próximos, com a formação das chamadas "*idades-dormitório*"<sup>158</sup>. Portanto, houve um duplo movimento de crescimento da cidade: o crescimento em extensão (ocupação de novas áreas, na periferia) e a verticalização

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Idem, pp. 88-9.

<sup>158</sup> Como Alvorada, Cachoeirinha, municípios onde a população que se deslocava para trabalhar em Porto Alegre, voltava à noite.

(construção de prédios mais altos), em função do grande crescimento do número de habitantes. As migrações geraram modificações econômicas, com complexificação da estrutura social, gerando novas demandas por serviços públicos e equipamentos urbanos: transporte, habitação, energia, saneamento, educação, saúde, lazer.

Nesse processo de centralização administrativa, conforme Charles Monteiro<sup>159</sup>, em 1964, ocorreu a cassação do mandato de Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre, e de dois vereadores: Hamilton Chaves e Alberto Schoetter. A partir desta data, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo Regime Militar, com sobreposição do Poder Executivo ao Legislativo nos municípios. Este último ficaria restrito às questões orçamentárias. O perfil dos administradores buscado pelo Regime Militar era o tecnocrata, portanto o prefeito nomeado para Porto Alegre, Thompson Flores, que era engenheiro civil, adequava-se ao perfil político que o Regime Militar procurou imprimir à Administração pública.

Conforme analisa Ana Albani de Carvalho<sup>160</sup>, este processo de metropolização (acelerado crescimento) de cidades brasileiras fora do Eixo Rio – São Paulo, entre elas Porto Alegre, trouxe, junto dos efeitos do crescimento econômico e populacional. Importa aqui particularmente destacar que este processo implicava em crescimento cultural, demonstrado, entre outros aspectos, pelo maior acesso de jovens às Universidades.

Ao mesmo tempo, as modificações realizadas pelos militares prejudicavam parcela considerável de estudantes universitários que não dispunham de condições

---

<sup>159</sup> MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias (1940 e 1972)**. São Paulo, Tese de Doutorado em História: PUCSP, 2001.

<sup>160</sup> CARVALHO, Ana Albani de. “**Algumas proposições sobre a arte nos anos 60**”. In: PONGE, Roberto (Org.). *1968, o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre, UE / Porto Alegre, 1998.

financeiras para o pagamento de faculdades privadas ou manutenção da subsistência (moradia, alimentação) para realizar os estudos nas Universidades Públicas. Nesse sentido, semelhante aos grandes centros (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília,...), a capital gaúcha também foi palco de manifestações estudantis e da repressão desencadeada pelos órgãos de repressão governamentais, na instalação do Regime Militar no Brasil, conforme veremos nos capítulos a seguir.

### *3.4 Jornais Informativos Modernos: Correio do Povo, Zero Hora e Folha da Tarde no Regime Militar*

Segundo RÜDIGER, o jornal *Correio do Povo*, fundado em 1895, por Caldas Júnior, apresentava um discurso de neutralidade em meio a um contexto de acirrados debates políticos por parte da Imprensa gaúcha, uma vez que surgia no final da Revolta Federalista, momento em que a imprensa ligava-se a tendências políticas em disputa, constituindo-se essencialmente política. Segundo o autor:

[Caldas] foi revisor *d'A Reforma*. Posteriormente, tornou-se redator-chefe do *Jornal do Commercio*, [...] [ele] levantou pequeno capital entre o comércio porto-alegrense e montou seu próprio jornal, que se apresentou ao público como “órgão de nenhuma facção partidária que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna”.<sup>161</sup>

O autor diferencia este novo tipo de jornal do que caracteriza como jornal político-partidário, aquele no qual:

os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. [...] Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas. [...] Na verdade, o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornalistas é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil<sup>162</sup>.

<sup>161</sup> RÜDIGER, Op. cit., p. 58.

<sup>162</sup> Id., *ibid.*, pp. 24-26.

Assim, os jornais políticos-partidários não visavam o lucro e sim a divulgação de suas doutrinas políticas. Já nos jornais informativos modernos:

“O objetivo maior não era a divulgação das idéias políticas, mas a busca de lucro, através da apropriação do espaço público, o desenvolvimento do jornalismo ligava-se ao desenvolvimento do capitalismo. Na mesma lógica, esse caráter inviabilizou os jornais baseados em pequenos negócios, gerando a “concorrência monopolista entre poucos jornais” e fez com que os jornais da capital suprimissem os do interior. [...] A concepção jornalística presente nestas empresas era de que “os jornais eram apenas veículos imparciais de informações, responsáveis pelo registro nervoso dos dias em curso e a divulgação profissional e verídica dos acontecimentos”<sup>163</sup>.

Neste sentido, o sucesso do *Correio do Povo* é apresentado pelo autor como decorrente de duas variáveis: a "*postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio*"<sup>164</sup> e porque "*Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais*".<sup>165</sup>

Já no seu editorial de lançamento, publicado na capa, *Correio do Povo* afirmava:

Independente, nobre e forte - procurará sempre sê-lo o "*Correio do Povo*", que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna. O "*Correio do Povo*" aspira a honra de se fazer uma folha lida e apreciada por todos, e para fazer isso não poupará esforços nem medirá sacrifícios. Jornal aberto a todas as manifestações do pensamento, estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, com elevação de vistas, tratar de assuntos de interesse geral, discutindo idéias e opiniões sobre política ou literatura, indústria, comércio, ciências ou artes. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção<sup>166</sup>.

Ou seja, como os demais jornais informativos modernos, explorava a possibilidade de que poderiam ser apresentadas questões políticas de maneira indireta, não atacando diretamente uma administração com artigos críticos, mas apresentando reportagens sobre pontos negativos desta.

<sup>163</sup> Idem, ibidem, pp. 55-57.

<sup>164</sup> Id., ibid., p. 59.

<sup>165</sup> Id., ibid., p. 60.

<sup>166</sup> Reproduzido em: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º out. 1968, terça-feira, p. 1 (capa).

Sobre posicionamento do *Correio do Povo* em 1964, destacamos depoimento de Breno Caldas (proprietário do jornal na época) ao repórter Wianey Pinheiro:

Antes de tudo, é bom que eu esclareça a nossa posição, quer dizer, a posição do “*Correio do Povo*” diante dos acontecimentos de 64. Nós fomos francamente favoráveis ao movimento e de certo modo cooperamos para a sua eclosão. [...] Principalmente aqui no Rio Grande do Sul havia um foco muito dinâmico, que era patrocinado, gerenciado, inspirado e manobrado pelo governador Brizola. De sorte que nós estávamos em posição contrária a ela e àquela situação que ele representava. Desta maneira, a revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso<sup>167</sup>.

Ele afirmava ainda que o posicionamento do *Correio do Povo* não diferia de outros órgãos da imprensa:

Bem, de um modo geral o comportamento da imprensa foi mais ou menos padronizado, pelas imposições da censura e outras instituições do estado de exceção que se inaugurou na ocasião. De sorte que, tirando as manifestações de apoio que nós efetivamente demos na oportunidade, o nosso comportamento foi igual ao dos demais jornais<sup>168</sup>.

O depoimento dele destacava ainda a neutralidade do jornal neste contexto:

É preciso esclarecer bem a posição do jornal. O “*Correio do Povo*” tem por tradição não atuar politicamente, ou melhor, não assumir atitudes políticas no sentido de política partidária. [...] Nós nunca tomamos atitudes assim, a não ser em ocasiões especiais. O “*Correio do Povo*” sempre manteve uma linha de relativa neutralidade. Enquanto isso é possível em jornalismo. Sempre procuramos ficar atentos e interpretar o interesse público. Para o jornal essas injunções de fundo político-partidário estão em plano inferior ao interesse público<sup>169</sup>.

Portanto, no período analisado, *Correio do Povo*, ainda que houvesse conquistado seu espaço junto ao público gaúcho, ou em função disso, permanecia com o discurso de neutralidade que afirmava em seu editorial de lançamento. Contudo, através do depoimento de Breno Caldas, posicionando-se a favor do Regime Militar, percebemos que o discurso e a prática da neutralidade dos jornais informativos modernos não são contraditórios em função dos interesses das

<sup>167</sup> PINHEIRO, Wianey. **Depoimento de Breno Caldas**. In: *Almanaque da Folha de São Paulo* (versão on-line disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/foha/almanaque/memoria\\_9.htm](http://www1.folha.uol.com.br/foha/almanaque/memoria_9.htm)>, último acesso em 6 out. 2003), São Paulo, sábado, 13 de janeiro de 1979: “Jornalistas contam a História - 9, A REVOLUÇÃO DE 64 E OS “MITOS”.”.

<sup>168</sup> Idem, ibidem.

<sup>169</sup> Id. Ibid.

empresas jornalísticas de vender seu produto ao público leitor, mantendo a credibilidade perante este.

Com relação à representação do movimento estudantil, destacamos que esta não se resumia aos momentos de protesto, uma vez que o jornal trata do cotidiano dos estudantes e das questões relativas à educação no espaço reservado às “Casas de Ensino”. Este jornal abordava os eventos culturais relativos aos estudantes, exemplificados nas seguintes manchetes: “UEE vai fazer um filme: “Hoje é Quinta-Feira””<sup>170</sup>; “viagem cultural: Universitários gaúchos poderão visitar os EUA”<sup>171</sup>; “DCE-URGS promove curso de introdução à arte”<sup>172</sup>; “TEATRO PARA OS UNIVERSITÁRIOS”<sup>173</sup>; “V FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO DE ESTUDANTE”<sup>174</sup>. Estavam presentes também matérias relativas a informações práticas: “Hoje reunião dos excedentes da Fac. de Medicina”<sup>175</sup>; “FIXAÇÃO DE ANUIDADES ESCOLARES PARA 1967”<sup>176</sup>; “Vestibular de Medicina: inscrição termina hoje”<sup>177</sup>. Destacavam-se ainda matérias que se referiam ao movimento estudantil universitário: “Delegados respondem aos ex-dirigentes da UEE”<sup>178</sup>; “Nota oficial da comissão eleitoral da U.E.E.”<sup>179</sup>; “DEE vence campanha”<sup>180</sup>; “DCE-URGS TEM NOVO PRESIDENTE”<sup>181</sup>; “Não Teve Êxito a Passeata Estudantil de Ontem”<sup>182</sup>.

Portanto, estavam presentes no jornal notícias referentes às atividades para períodos de férias, eventos culturais, informações práticas juntamente daquelas referentes ao movimento estudantil. É importante destacar também que, como

<sup>170</sup> *Idem, ibidem*, 6 maio 1965, quinta-feira, p.9.

<sup>171</sup> *Id.*, *ibid.*, 13 ago. 1966, p.11.

<sup>172</sup> *Id.*, *ibid.*, 18 set. 1966, p.12.

<sup>173</sup> *Id.*, *ibid.*, 19 abr. 1967, p.9.

<sup>174</sup> *Id.*, *ibid.*, 27 mar. 1968, p.15.

<sup>175</sup> *Id.*, *ibid.*, 27 fev. 1965, p.6.

<sup>176</sup> *Id.*, *ibid.*, 13 jan. 1967, p. 9.

<sup>177</sup> *Id.*, *ibid.*, 20 dez. 1967, p. 11.

<sup>178</sup> *Id.*, *ibid.*, 17 set. 1964, p. 14.

<sup>179</sup> *Id.*, *ibid.*, 3 set. 1965, p. 14.

<sup>180</sup> *Id.*, *ibid.*, 19 nov. 1966, p. 15.

<sup>181</sup> *Id.*, *ibid.*, 21 nov. 1967, p. 17.

<sup>182</sup> *Id.*, *ibid.*, 18 out. 1968, p. 20 (contracapa).

apresentava um jornal dominical diferenciado dos demais dias da semana, com maior número de folhas em função do maior número de anúncios classificados, presença de atividades para as crianças e caderno cultural, possivelmente as representações acerca do movimento estudantil que ganhavam visibilidade no jornal de domingo apresentavam maior abrangência entre o público leitor, uma vez que muitas pessoas costumam comprar jornais apenas aos domingos. Há ainda, neste dia, maior tempo para leitura, mesmo entre os leitores freqüentes, uma vez que a maior parte das pessoas não trabalha neste dia.

*Zero Hora* é um: "*Jornal surgido em Porto Alegre em 1964, em substituição à edição gaúcha de **Última Hora**" visto que "a edição gaúcha, inaugurada em 1960, era dirigida por Ari de Carvalho que, segundo o depoimento do jornalista José Silveira, se solidarizou com a [SIC] novo regime" em contraponto a Wainer (proprietário da empresa jornalística responsável pelo jornal Última Hora) que se vinculava ao governo de João Goulart. "Ari de Carvalho teria pedido ao comandante do III Exército cobertura para encampar o jornal"<sup>183</sup>. Ele:*

... trocou seu nome para *Zero Hora*, passando a defender o regime militar instaurado no país. [...] Desde o início, a [SIC] jornal preocupou-se em cobrir setores em que os concorrentes não atuavam, aproveitando-se da modernização do parque gráfico da empresa e do uso de pesquisas junto aos leitores como método corriqueiro de aferição do produto. O resultado foi que *Zero Hora*, que tinha como concorrentes o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, começou a firmar-se não apenas na capital, mas também no interior do estado.<sup>184</sup>

Do período de lançamento do jornal *Zero Hora* destacamos propaganda presente no jornal *Correio do Povo*. O novo jornal apresentava como suas características ser um: "... *jornal independente, democrático! Eco autêntico para os anseios populares! (...) Dinamismo sem vínculos políticos!*"<sup>185</sup>

<sup>183</sup> ABREU, Op. cit., p. 6146.

<sup>184</sup> Idem, ibidem: grifos do autor.

<sup>185</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 maio 1964, domingo, p.19.

Já no primeiro número do jornal *Zero Hora*, a capa estampava um Editorial, intitulado “*SERVIR AO POVO É O NOSSO LEMA*”, demonstrando as pretensões e razões do surgimento deste jornal. Referia o editorial:

Nasce mais um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Independente. Democrático. Sem vínculos ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.<sup>186</sup>

Neste trecho aparece claramente a pretensa neutralidade adotada pelo jornal, principalmente ao afirmar-se “*Sem vínculos ou compromissos políticos*”. Da mesma maneira, no trecho a seguir:

A par da sua orientação popular, *ZERO HORA* se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos os que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas.<sup>187</sup>

Com esta afirmação, o jornal deixa transparecer seu apoio ao Regime Militar, uma vez que a justificativa para a tomada do poder pelas Forças Armadas do Brasil neste período era justamente a defesa da democracia que estaria em perigo pela ameaça comunista durante o governo João Goulart, conforme afirmavam os membros da coalisão civil militar que tomavam o poder.

Neste sentido, ao longo do mês de maio de 1964, *Zero Hora* publicou, destacado na página em que aparecia, comunicado não assinado denominado “*A AÇÃO DOS COMUNISTAS*” no qual alertava:

Brasileiros. Quando se perde a liberdade, perdem-se todos os direitos, inclusive o direito de se reclamar melhores condições de vida e melhores salários. Os povos submetidos à tirania comunista sabem disto muito bem. Eles perderam não apenas a sua liberdade, mas o seu direito ao bem-estar e o direito de progredir. Aí está o fracasso da ditadura comunista, que tem de recorrer aos povos livres par obter trigo e arroz para os seus povos semifamintos e definitivamente escravizados. Colabore você também na consolidação e salvação da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 maio 1964, segunda-feira, p.1.

<sup>187</sup> Id., ibid.

<sup>188</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 maio. 1964, sexta-feira, p. 5.

Neste jornal, a abordagem do movimento estudantil apresenta caráter sensacionalista, destacando essencialmente os confrontos dos estudantes com as autoridades universitárias em reportagens curtas. Como não tinha secção especializada sobre ensino, as matérias com assuntos referentes à educação aparecem em diferentes páginas do jornal, próximas às notícias policiais, políticas ou notícias sobre a cidade de Porto Alegre.

Já a *Folha da Tarde* foi lançada por Breno Caldas em 1936 para concorrer com o *Jornal da Noite*, vespertino pertencente ao irmão do governador Flores da Cunha. Segundo Francisco Rüdiger, nesta conjuntura, os jornais da Cia. Jornalística Rio-Grandense, da qual a *Folha da Noite* fazia parte:

... haviam perdido muito do seu caráter independente, passando a sustentar as pretensões do governador, irmão do proprietário, contra Getúlio Vargas. A Caldas Júnior, tendo tomado, como empresa, o partido do Varguismo, aproveitou para lançar um vespertino independente capaz de conquistar esse segmento de mercado.<sup>189</sup>

Este jornal apresentava a mesma abordagem do *Correio do Povo*, com notícias gerais de interesse dos universitários, no entanto reservava maior espaço, proporcionalmente ao tamanho do jornal e à quantidade de notícias, às notícias acerca do movimento estudantil. Por serem ambos jornais da Companhia Jornalística Caldas Júnior, *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* não se apresentavam como rivais, mas complementares, visto que *Correio do Povo* era matutino e a *Folha da Tarde*, vespertino. Em algumas reportagens, inclusive, um se referia ao outro.

É importante destacar que:

*Zero Hora* que, inicialmente era vespertino, passou a ser impresso cada vez mais cedo para chegar às bancas antes da *Folha da Tarde*, seu maior concorrente<sup>190</sup>.

Portanto, ao contrário dos dois outros jornais anteriormente citados, *Zero Hora* apresentava-se como rival, buscando seu lugar entre os leitores gaúchos.

<sup>189</sup> RÜDIGER, Opus cit., p. 62.

<sup>190</sup> ABREU, Idem, Ibidem.

Enfim, ao analisar o posicionamento das fontes de imprensa utilizadas, percebemos nestas, ao mesmo tempo, a reprodução do discurso proferido pela coalizão civil militar que tomou o poder político em 31 de março de 1964, bem como falas contrárias ao Regime Militar, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas. No entanto, é importante destacar, conforme discussão anterior, que os jornais informativos modernos utilizavam estratégias de visibilidade diferenciada ao abordar cada uma destas falas na construção das representações.

## **4. Reestruturação do Ensino e Reação Estudantil na Imprensa de Porto Alegre**

Conforme vimos no capítulo anterior, a partir da implantação do Regime Militar, em 1964, ocorreram modificações na área da educação na lógica de reestruturar o ensino brasileiro e adequá-lo às necessidades políticas e econômicas advindas do novo Regime. Interessa-nos aqui ver como essas transformações por que passava a educação, e principalmente a educação de nível superior (Universitária) que interessa à nossa análise, eram representadas nos jornais locais de Porto Alegre durante o período de implantação do Regime Militar, aqui entendido como o período que se estende de 1964 a 1968. Também é importante para nossa análise destacarmos o posicionamento dos estudantes universitários frente a este quadro de transformações, a representação das disputas dos diferentes grupos.

Nessa lógica, é preciso analisar ainda o espaço que cada grupo, seja os representantes do Regime Militar, tais como os ministros, governadores, secretários de segurança, seja os representantes do movimento social, dispunham para tornar visíveis suas idéias e manifestações. Sabemos que os jornais analisados apóiam o novo Regime, contudo pra legitimar o discurso de neutralidade, preocupavam-se em tornar visíveis não apenas as modificações feitas por este, mas a reação dos estudantes universitários, destacando a presença de grupos divergentes, Conforme discussão anterior.

Logo no início do Regime Militar, diversas medidas foram adotadas no sentido de modificar a educação nacional e adequá-la ao projeto do Regime para o país.

Assim, foram realizadas modificações estruturais em nível de legislação e de Ministério da Educação e Cultura e intervenção nos espaços educativos, como as Universidades, que aqui nos interessam em função da proposta de análise das representações de imprensa sobre o movimento estudantil universitário. Procuramos neste espaço destacar como a imprensa tornou visíveis estas modificações e a reação dos estudantes universitários a elas. Destacamos ainda as possíveis punições dos estudantes opositoristas.

#### 4.1 Acordos MEC-USAID

Das modificações sofridas na área da Educação em função do início do Regime Militar, destacamos inicialmente a questão dos acordos MEC-USAID. Segundo Artur José Poerner<sup>191</sup>, parte dos acordos MEC-USAID consistia na criação de comissões de planejamento do ensino superior, médio e primário. Segundo este autor: "*E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-USAID já demonstrava o perigo que eles representavam*"<sup>192</sup>. O autor afirmava ainda: "*O movimento estudantil brasileiro, ante a repressão policial e os acordos com a USAID, não tinha a mínima razão para acreditar na veracidade e na força dos chamados 'componentes nacionalistas e democráticos' do Governo*"<sup>193</sup>. Ou seja, estes acordos eram um dos elementos da disputa entre grupos distintos do Regime Militar.

Sobre essa problemática, destacava-se a notícia relatando a ida do professor Luiz Roberto Silva Martins de Geologia, Sedimentologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos Estados Unidos, justificada na matéria, pois esta afirmava

---

<sup>191</sup> POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. Sobre os Acordos MEC-USAID, ver ainda: RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Ed. UNESP, 1993 e RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

<sup>192</sup> Id., *ibid.*, p. 240.

<sup>193</sup> Id., *ibid.*, p. 253.

que a viagem ocorria: “[...] a fim de familiarizar-se com os atuais métodos de pesquisa na matéria de sua especialidade, cujas observações e estudos reverterão posteriormente em proveito do ensino no estabelecimento onde leciona”<sup>194</sup>.

Ou seja, a representação reproduzia a lógica de especializar-se fora do país e usar os conhecimentos na prática docente no Brasil. A matéria utilizava ainda juízo de valor ao afirmar o caráter positivo do intercâmbio, reproduzindo o discurso dos componentes do Regime Militar de destacar as vantagens da aproximação com os Estados Unidos. A reportagem seguia afirmando que a viagem ocorria: *“Mediante bolsa de estudo que lhe foi concedida de conformidade com a Campanha de Aperfeiçoamento de Geólogos (CAGE) – um dos programas em vigor dentro dos acordos de cooperação e assistência técnica assinado entre o governo brasileiro e a Agência Norte Americana para o desenvolvimento internacional (USAID) [...]”*<sup>195</sup>.

A viagem dos universitários para os EUA também ganhava visibilidade neste jornal conforme destacava matéria *“a convite do Departamento de Estado norte-americano, feito através do seu Serviço de Divulgação e Relações Culturais”*.<sup>196</sup> Podemos perceber, portanto, a partir das notícias que ganhavam visibilidade na imprensa deste período, uma preocupação em aproximar-se do modelo educacional norte-americano<sup>197</sup>.

As áreas técnicas alcançavam grande interesse no projeto do Regime Militar para a educação e estas eram beneficiadas pelos acordos com os Estados

<sup>194</sup> *“Com bolsa da USAID Professor Rio-Grandense Faz Estágio nos EE.UU.”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22: Casas de Ensino, 3 maio 1964, domingo.

<sup>195</sup> Id., *ibid.* Sobre especialização de professores brasileiros nos Estados Unidos *“A Convite do Governo Dos EUA / URGs no seminário sobre ciências sociais da Brookings Institution”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jan. 1965, domingo, p. 10: Casas de Ensino.

<sup>196</sup> *“Universitários gaúchos seguiram para os EUA”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 jul. 1965, sexta-feira, p. 9: Casas de Ensino.

<sup>197</sup> Os acordos MEC-USAID beneficiando áreas técnicas como Agronomia e Veterinária, ganhavam visibilidade ainda em: *“Cooperação de Winsconsin com a URGs poderá aumentar no próximo ano”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14: Casas de Ensino, 10 jul. 1965, sábado; *“Aliança para o progresso’ auxilia URGs”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12: Casas de Ensino, 15 out. 1965, sexta-feira; *“USAID e URGs renovam importante convênio”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 30 dez. 1965, quinta-feira.

Unidos<sup>198</sup>. Além dos projetos e financiamentos, a aproximação do Brasil com este país na área da educação ganhava visibilidade em matérias que relacionavam as atividades nesta área com organizações norte-americanas como destacava *Correio do Povo*:

Por deliberação do presidente da Conferência poderão ser convidados para participar dos trabalhos na qualidade de observadores representantes de organizações internacionais ou estrangeiras de assistência técnica ou financeira à educação que exerçam atividade no País nos termos de convênios com o Ministério da Educação e Cultura<sup>199</sup>.

Portanto, além de professores e alunos de universidades brasileiras viajarem aos Estados Unidos, também os norte-americanos poderiam participar de atividades ligadas ao planejamento da Educação Brasileira. Essa lógica ganhava visibilidade ainda na matéria que destacava a solicitação por parte dos representantes do Regime Militar Brasileiro de um convênio com a USAID:

Este convênio foi solicitado recentemente pelo Ministério da Educação e Cultura, visando a elaboração de um planejamento [em conjunto com técnicos norte-americanos] que melhor atenda às exigências do ensino superior no Brasil<sup>200</sup>.

Um dos objetivos do acordo do governo brasileiro com a USAID<sup>201</sup> era a reestruturação da educação nacional, principalmente áreas técnicas, com base nas idéias e ideais estadunidenses. Esta representação demonstra de forma positiva a aproximação com este país, portanto reproduz um dos objetivos do Regime Militar, associando o modelo norte-americano para a educação com o progresso do Brasil.

A crítica aos acordos MEC-USAID em apoio aos estudantes era feita também por parte dos componentes das Universidades, conforme representação da

<sup>198</sup> Os financiamentos para as áreas técnicas ganhavam visibilidade ainda em: "*Doação de sete mil dólares à URGs*", *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 out. 1965, terça-feira, p. 17: Casas de Ensino.

<sup>199</sup> "*Instituída pelo MEC a Conferência de Educação*", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 16 mar. 1965, terça-feira.

<sup>200</sup> "*Planejamento do ensino superior pelo Ponto IV*", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12: Casas de Ensino, 29 maio 1965, sábado.

<sup>201</sup> De acordo com Paulo Sérgio Carmo, esse acordo foi um "*Acordo assinado em 1965 entre o MEC e a agência americana. Tal medida gerou, em parte, reformas no ensino superior e secundário (novos currículos, formação técnica)*". (CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.).

imprensa que conferia visibilidade à fala do professor Paulo Duarte da Universidade de São Paulo na qual o professor criticava a contratação de técnicos dos Estados Unidos para planejar a reforma universitária brasileira. Ele chamava Suplicy de Lacerda de “*animal*” (“*quando ele fala, nos dá saudades dos bons tempos mitológicos em que os animais não falavam*”<sup>202</sup>) e de burro, afirmando:

... os estudantes não são tão subversivos, embora tenham motivos para isso, pois foram cruelmente massacrados por esta mentalidade de dedo duro e miolo mole. Os estudantes só têm usado de recursos pacíficos do protesto, exigindo justiça social<sup>203</sup>.

Essa representação mostrava a defesa dos estudantes, conforme ganhava visibilidade a fala do professor e a severa crítica ao Regime Militar. Assim, o jornal legitimava seu discurso de neutralidade a partir da publicação de críticas ao Regime Militar e não somente de representações que justificavam essas medidas<sup>204</sup>.

Os convênios implicavam ainda em financiamentos para desenvolvimento de projetos relacionados à educação<sup>205</sup>. A imprensa destacava ainda reportagens referentes à colaboração de universidades norte-americanas com universidades brasileiras como a presença dos professores Dean Alfred Lee Seelye, diretor da Escola de Administração de Empresas da "Michigan States University", e Doly Anderson, chefe da equipe da referida Universidade para encerrar oficialmente o programa de assistência técnica que esta Universidade, patrocinada pela USAID, proporcionava ao Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Conforme a matéria:

---

<sup>202</sup> “*CATEDRÁTICO CRITICA MINISTRO DA EDUCAÇÃO*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 16 jun. 1965, quarta-feira.

<sup>203</sup> Id., *ibid.*

<sup>204</sup> Os acordos permaneciam ganhando visibilidade nos jornais, conforme matéria: “*MEC Contratou Americanos Para Reformular o Ensino*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 6 maio 1965, quinta-feira.

<sup>205</sup> Sobre esse assunto, ver: “*Universidade Vai Promover Trabalhadores*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 14 maio 1966, sábado.

A ajuda ao Instituto de Administração, por parte daquele organismo norte-americano, possibilitou a implantação de um curso de administração de empresas, tendo como escopo auxiliar o desenvolvimento de nosso País<sup>206</sup>.

Essa representação, além de conferir visibilidade à ação dos componentes do Regime Militar, retomava os objetivos do Regime Militar de alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e de desenvolvimento nacional, legitimando a ação do Regime Militar. A participação de técnicos norte-americanos no planejamento do ensino superior brasileiro ganhava visibilidade ainda na matéria que afirmava a presença destes em janeiro de 1967 na Equipe de Planejamento do Ensino Superior Brasileiro

As críticas feitas por alguns órgãos da imprensa brasileira ao convênio, segundo as autoridades do Ministério da Educação não tem nenhuma razão de ser. Os termos do acordo, afirmam, não permite prever nenhuma interferência que possa descaracterizar a personalidade do universitário brasileiro. Trata-se de um trabalho eminentemente técnico, em que o nosso País procurará colher os frutos da experiência da Universidade americana, adaptando-a às nossas necessidades e à realidade brasileira<sup>207</sup>.

Nesta representação, percebemos que, na lógica do discurso de neutralidade das empresas jornalísticas analisadas, ocorre a legitimação do projeto de desenvolvimento do Regime Militar, uma vez que a matéria trabalhava com juízo de valor com relação às modificações implementadas pelo novo Regime (*“planejar em melhores bases”*). Ocorre ainda a reprodução da fala dos componentes deste Regime na parte final do trecho destacado, uma vez que a aproximação com os EUA era apresentada como proveitosa. Ou seja, é possível perceber que a empresa jornalística apoiava as ações dos componentes do Regime Militar através desta estratégia de visibilidade.

Nesse mesmo sentido destacava-se:

Afirmando que nada havia a revisar nas diretrizes dos documentos anteriores, porque nada continham de atentatório aos interesses do país, e que a suposição de uma revisão foi feita por setores suspeitos, o ministro da

<sup>206</sup> *“Colaboração de Michigan com a URGS”, Correio do Povo, Porto Alegre, p. 9, 8 jun. 1966, quarta-feira.*

<sup>207</sup> *“Trabalhos iniciam-se em janeiro / Novo planejamento para o ensino universitário”, Correio do Povo, Porto Alegre, p. 17: Casas de Ensino, 6 dez. 1966, terça-feira.*

Educação ratificou ontem “expressamente e em definitivo”, o convênio com a USAID relativo ao assessoramento para expansão e aperfeiçoamento, a curto e longo prazo do sistema de ensino superior. Além de designar a comissão brasileira que trabalhará com quatro técnicos da USAID, declarou o ministro Tarso Dutra, sobre a repercussão da ratificação no movimento estudantil, que “nada me faz voltar atrás em minhas decisões e o Brasil todo poderá entrar em greve, até mesmo com o apoio de outros países”<sup>208</sup>.

Essa representação conferia visibilidade direta à proposta do ministro para a educação superior brasileira, baseada no apoio e no sistema de ensino norte-americano, enquanto conferia visibilidade de maneira indireta ainda à possibilidade de reação dos estudantes universitários, uma vez que há a ameaça deste ministro no sentido de preocupar-se em mencionar a repercussão de sua decisão no movimento estudantil. Assim, mais uma vez a matéria privilegiava o depoimento de um componente do novo Regime de maneira direta, na construção da representação, enquanto os universitários ganhavam visibilidade de maneira indireta<sup>209</sup>.

As próprias lideranças universitárias situacionistas realizavam severas críticas aos acordos, conforme matéria:

... Com exceção do convênio sobre Assessoramento do Planejamento do Ensino Superior [...], os demais acordos possuem uma estrutura bastante semelhante, colocando nitidamente nosso país em uma dependência educacional. [...] Estudando os diversos convênios, verifica-se a existência de erros que se repetem, partindo do caráter de colaboradores que sempre é dado aos educadores brasileiros em relação aos norte-americanos. [...] Mas, fundamentalmente, a crítica deve ser feita ao MEC, por pretender utilizar somente modelos dos EE.UU. em sua Reforma Universitária, quando países como a Inglaterra, França, Rússia e Alemanha também apresentam aspectos merecedores de um estudo detalhado por parte dos responsáveis por nosso ensino<sup>210</sup>.

<sup>208</sup> “Ministro da Educação Ratificou em Definitivo o Convênio Com a USAID”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1: capa, 10 maio 1967, quarta-feira.

<sup>209</sup> A preocupação com a reação estudantil estava presente ainda na matéria: “Acordo MEC-USAID Não é Lesivo ao Brasil diz Tarso”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 19: Casas de Ensino, 16 maio 1967, terça-feira. *Correio do Povo* trazia ainda a íntegra do Convênio MEC-USAID em 20 maio 1967, sábado, p.15: Casas de Ensino. Os acordos do MEC com a USAID ganhavam visibilidade ainda na matéria: “Ministério da Educação e Cultura e USAID vão assinar novos acordos de cooperação”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 31 maio 1967, quarta-feira.

<sup>210</sup> “UEE Denuncia / MEC já assinou convênio com a USAID no tempo do governo João Goulart”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 17 jun. 1967, sábado.

Essa representação, apesar de ser construída a partir da fala de uma liderança situacionista com relação ao Regime Militar, conferia visibilidade a uma série de críticas ao projeto dos representantes do Regime Militar para a educação nacional, principalmente de nível superior. Ou seja, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, ganhavam visibilidade críticas ao novo Regime.

As relações do Brasil com os Estados Unidos no campo da educação apareciam ainda na matéria:

A Associação Universitária Interamericana, sociedade civil particular, com a finalidade de incrementar o intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil, está proporcionando a universitários brasileiros a oportunidade de conhecer a vida familiar norte-americana e dialogar com professores e universitários daquele País, através de seu programa para o próximo ano<sup>211</sup>.

A representação, conforme discussão realizada anteriormente sobre a lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, conferia visibilidade positiva ao intercâmbio de universitários brasileiros para os EUA<sup>212</sup>.

Assim, nas reportagens tratando dos acordos MEC-USAID, em que deveria imperar a neutralidade, conforme discurso das empresas jornalísticas da época, notamos um discurso legitimador. No conjunto das reportagens, predominou o discurso oficial para a construção das representações. Os universitários só eram referidos de maneira indireta, através deste discurso. Identificamos ainda a homogeneidade do discurso dos diferentes jornais informativos modernos no que diz respeito a este assunto.

---

<sup>211</sup> “*Viagem para estudantes universitários aos EUA*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12: Casas de Ensino, 4 jun. 1967, domingo.

<sup>212</sup> Os universitários também se mobilizavam para a análise dos acordos com os EUA, conforme matéria: “*Acordos MEC-USAID*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 18 ago. 1967, sexta-feira. A nomeação dos representantes brasileiros junto ao Acordo MEC-USAID ganhava destaque na matéria: “*Prof. José Fernando Carneiro está na comissão MEC-USAID*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.9: Casas de Ensino, 24 jan. 1968, quarta-feira. A construção de uma imagem simbólica sobre estes acordos entre Brasil e Estados Unidos, destacava-se ainda na matéria com a publicação de nota oficial explicando os termos do empréstimo (via Banco Interamericano de Desenvolvimento): “*Tarso Dutra explica o convênio MEC-USAID*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 23 maio 1968, quinta-feira.

## 4.2 Comissões de Inquérito: Expurgos x Reação Estudantil

Na lógica de reestruturação da educação, o novo Regime buscava repensar o Ensino Universitário. Uma das medidas tomadas inicialmente pelos representantes do Regime Militar foi a criação das Comissões de Inquérito nas diversas áreas do governo. Na área da educação, foi investigado desde o Ministério da Educação e Cultura até a Universidade<sup>213</sup>.

Em 1964, destacava-se representação construída<sup>214</sup> a partir do depoimento do deputado Carlos Werneck (PDC-RJ) que afirmava:

O senhor Paulo de Tarso agravou a ação subversiva desse ministério e todos os órgãos do MEC ficaram a serviço dos agitadores que se instalaram em seus principais postos. [Segundo ele] A infiltração comunista foi tão intensa que em todos os setores do MEC se encontravam estudantes filiados à UNE, entregues à funesta missão de determinar a destruição de todo o sistema universitário do país, através de greves, badernas e desmoralização de seus professores. [...] Em suma, o Ministério da Educação e Cultura funcionou, até o dia 31 de março como a mais poderosa e destruidora agência do comunismo no país<sup>215</sup>.

A representação, privilegiando o depoimento do deputado de situação, frente ao Regime Militar, reproduzia a fala deste que destacava a ação comunista dentro do Ministério da Educação e Cultura, dando visibilidade à lógica bipolar de análise por parte dos representantes do Regime Militar, como o deputado anteriormente citado. A atuação dos estudantes ligados à UNE era identificada também com a falta de ordem, idéia presente no termo “*baderna*”, utilizado na construção da representação. Como justificativa para a intervenção no MEC, a representação seguia com o depoimento do deputado:

Exonerados os srs. Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira, removidos quase todos os inspetores seccionais de tendências marxistas, substituídos ou demitidos os técnicos que tanto mal fizeram ao ensino do nosso país,

<sup>213</sup> Sobre este aspecto ver: GERMANO, Op. cit.; MARTINS FILHO, Op. cit.; POERNER, Op. cit.; RIDENTI, Op. cit. Ver ainda: ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). **Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

<sup>214</sup> “*Líder do Magistério Denuncia / MEC um dos mais Importantes Órgãos de Subversão do País*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 5 maio 1964, terça-feira.

<sup>215</sup> Id., *ibid.*

modificada por completo a orientação a que se deve obedecer o Ministério da Educação, em suma, colocando a Política Educacional Nacional Brasileira em seu verdadeiro rumo, o ministro Flávio Suplicio [SIC] de Lacerda, embora com poucos dias de Ministério, está procurando realizar uma obra de grande vulto para a história da educação no país<sup>216</sup>.

Assim, a representação conferia visibilidade privilegiada à ação dos componentes do Regime Militar para a educação, enquanto não há espaço de visibilidade para os universitários nessa matéria.

Sobre as Comissões de Inquérito que investigavam o MEC e as Universidades, destacava-se representação construída a partir de declaração do ministro da Educação:

As Comissões de Inquérito no MEC são uma decorrência do Ato Institucional e têm por objetivo apurar, através de processos sumários, os nomes de professores e funcionários que se tenham tornado incompatíveis com o serviço público. [...] As comissões de inquérito serão criadas nas Universidades pelos seus respectivos Conselhos Universitários dentro do espírito de autonomia universitária<sup>217</sup>.

A representação, construída a partir do depoimento do ministro da educação, privilegiava o discurso oficial. Nessa matéria, portanto, não se abria espaço para outros depoimentos. Ainda tratando das reformulações na área do ensino, *Correio do Povo* apresentava a notícia:

[...] Concluindo, afirmou o ministro [da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda] que a organização de um plano de reestruturação das universidades, com a inclusão do anteprojeto do Estatuto do Magistério, no qual estarão as bases dos direitos e deveres dos professores, é tarefa eminentemente patriótica e inadiável, tudo esperando dos mestres designados para o trabalho da comissão geral<sup>218</sup>.

Vemos, nesse caso, com relação a este problema, como o discurso assim construído reforça nesse caso a lógica do Regime Militar, sob a Doutrina de

<sup>216</sup> Id., *ibid.*

<sup>217</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 maio. 1964, quarta-feira, p.4.

<sup>218</sup> “Criada pelo MEC Comissão Especial / Aperfeiçoamento do sistema universitário”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 maio 1964, quarta-feira, p. 13: Casas de Ensino. Ainda sobre a instalação de comissões de inquérito para apuração de atividades consideradas subversivas por parte dos professores, alunos e funcionários, ver deste jornal “*Presidida pelo Prof. Prunes / Comissão de Inquérito na URGs foi instalada ontem à tarde*” (19 maio. 1964, terça-feira, p. 12) e “*Comissão apura a subversão no MEC*” (Id., *ibid.*, p. 16: Casas de Ensino).

Segurança Nacional, de tratar seus objetivos como objetivos gerais na Nação brasileira, o que explica a “tarefa patriótica” de reestruturar a educação.

Parte da reestruturação buscada, a partir de abril de 1964, consistia em investigar as atividades das Universidades. Nessa lógica, sobre Porto Alegre, o destacava-se matéria<sup>219</sup>, afirmando que a comissão, formada por um membro da congregação de cada faculdade buscava identificar professores, alunos e funcionários considerados subversivos e enviar parecer conclusivo ao Ministério da Educação e Cultura, conforme Ato Institucional do Regime Militar. Destacava-se ainda a fala do reitor da Universidade de Brasília, Zeferino Vaz, que apresentava justificativa para as investigações nas Universidades:

... não se pode admitir a doutrinação universitária de qualquer natureza, seja ela da direita, da esquerda ou religiosa, para as quais há a praça ou o púlpito. [...] Liberdade de cátedra é liberdade doutrinária, e nunca liberdade de doutrinação. E não se compreende doutrinação na universidade, seja ela política ou religiosa, pois na Universidade o auditório do doutrinador é obrigado a ouvir-lhe a doutrinação e o professor tem uma enorme superioridade cultural e autoridade do cargo sobre os estudantes em formação e ainda sem capacidade crítica<sup>220</sup>.

Esta reportagem, na lógica do discurso de neutralidade das empresas jornalísticas, é baseada no depoimento do reitor da Universidade de Brasília, que apoiava a ação dos componentes do novo Regime, não aparecendo depoimentos contraditórios. Dessa maneira, eleva-se esta fala a consenso. No contexto de instalação do Regime Militar, no qual buscava-se construir uma nova visão de educação, preocupada com aspectos técnicos e não com a análise crítica da realidade, podemos afirmar que a apropriação da fala do reitor pela empresa jornalística legitimava as propostas do Regime Militar para a educação, conferindo visibilidade a estas.

<sup>219</sup> “URGS: Comissão de Expurgo vai ser Instalada dia 18”, *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 maio 1964, sexta-feira, p. 9.

<sup>220</sup> “Diretórios Acadêmicos não farão política”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14: Casas de Ensino, 20 maio 1964, quarta-feira.

Ainda sobre as investigações nas instituições de ensino, destacava-se notícia<sup>221</sup>, afirmando que estas buscavam “[...] apurar atividades subversivas e de improbidade administrativa que por ventura tenha ocorrido nas diversas unidades de ensino da URGs”<sup>222</sup>.

Apesar das tentativas e justificativas da PUC para evitar a instalação da comissão de inquérito, presentes na representação anteriormente citada, no mês seguinte, aparecia na imprensa matéria explicando a justificativa da ação: “Diante de reiterada solicitação do ministro da Educação e Cultura [...] a fim de apurar atividades subversivas”<sup>223</sup>. O resultado das investigações das comissões de inquérito foi a expulsão de alunos considerados subversivos e aposentadoria compulsória ou exoneração dos professores da mesma maneira qualificados de perigosos.

Outra forma de visibilidade das ações e reivindicações dos universitários era através da fala dos políticos<sup>224</sup>. Sobre a intervenção nas Universidades, destacava-se a fala do deputado Darcy Conceição [PSD] comentando notícia sobre a formação de uma comissão de expurgo na PUC:

“[os deputados consideravam importante] apelar no sentido de que não sejam cometidas injustiças contra jovens estudantes. Considerou os expurgos de estudantes como medida muito drástica, levando-se em conta que se trata de jovens com mentalidade ainda em formação. Fez um apelo à comissão de expurgo da PUC para que estenda a mão aos jovens e, num gesto de compreensão, os reconquiste para a democracia. ‘Procuremos, através da persuasão, da prédica, demonstrar a esses jovens que a democracia, em

<sup>221</sup> “Comissão de Inquérito da URGs reúne-se novamente” *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 maio 1964, sexta-feira, p. 11: Casas de Ensino. Essa matéria destacava também a situação da PUC, através de comunicado recebido pelo reitor Irmão José Otão do Ministério da Educação.

<sup>222</sup> Id., *ibid.*

<sup>223</sup> “Comissão de Inquérito foi instalada na PUC”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14: Casas de Ensino, 13 jun 1964, sábado.

<sup>224</sup> Na maior parte das vezes, estas representações eram destacadas nas colunas dos jornais especializadas em política, mas as falas dos políticos apareciam também em matérias em outras seções ao longo dos jornais. As falas dos políticos em *Zero Hora*, destacavam-se as colunas “ZH em Brasília”, “Assembléia” e “Pinga Fogo”, esta última, assinada por Carlos Fehlberg; Em *Correio do Povo* apareciam as colunas “Assembléia Legislativa”, “Câmara e Senado”, “Coluna Parlamentar” e “Câmara Municipal”. Em *Folha da Tarde*, essas eram denominadas “Capital Federal” e “Política & Políticos”, esta última, assinada por Abdias da Silva.

verdade, é o melhor regime, é o regime que nos convém e não façamos com que, por essa punição, sejam esses jovens banidos da Universidade, tornando-se irremediavelmente perdidos para a democracia’.”<sup>225</sup>.

Assim, na lógica de neutralidade presente nas empresas jornalísticas, ganhava visibilidade uma crítica à ação dos componentes do Regime Militar. Após divulgação na imprensa do pedido por mais prazo por parte da UFRGS, para que fossem acrescentados mais nomes<sup>226</sup>, em setembro de 1964, apresentava-se com destaque: “*Expurgo na URGs: 12 Professores na Lista de ‘Degola’*”<sup>227</sup>. Destacava-se ainda matéria que apresentava a lista dos nomes dos funcionários demitidos ou aposentados e uma nota da redação:

Como se observa da nota acima, apenas um dos nomes indicados pela comissão de expurgo da Universidade do Rio Grande ao Ministério da Educação na foi atingido, o prof. Ernani Maria Fiori, catedrático interino da Faculdade de Filosofia<sup>228</sup>.

Na construção da representação, portanto, estes jornais procuravam utilizar termos relacionados ao saneamento. “*Expurgo*”, termo que se aplica à retirada do que é nocivo e imoral, explicava a justificativa do Regime Militar para a intervenção, ou seja, era necessário retirar os elementos perigosos do ambiente da Universidade para que não houvesse a contaminação dos demais<sup>229</sup>. Assim, a representação, buscando colocar-se como neutra frente à exposição da situação reproduz o discurso dos componentes do Regime Militar, sem que haja espaço para a crítica ou condenação dessa ação.

Neste caso, contudo, buscando afirmar seu discurso de neutralidade, os componentes do jornal *Zero Hora* conferiam também visibilidade ao protesto dos

<sup>225</sup> Id., ibid.

<sup>226</sup> “*Lista de Expurgos da URGs Sai Esta Semana*”, *Zero Hora* Porto Alegre, pp.1 e 9, 25 maio. 1964, segunda-feira.

<sup>227</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, p.1: chamada de capa, 16 set. 1964, quarta-feira. A matéria aparecia com a manchete: “*Começou Expurgo na URGs: 12 Professores na Lista*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, Id., ibid.

<sup>228</sup> “*Atingidos 11 Professores / Presidente da República assinou expurgo na URGs*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 set. 1964, domingo, p. 15.

<sup>229</sup> Outras manchetes utilizavam este termo em *Zero Hora*: “*URGS: Onze Professores Expurgados*” (28 set. 1964, segunda-feira, p. 1), “*Castelo expurgou onze professores da URGs*” (Id., ibid., p. 3)

estudantes. Em matéria tornando visível a ação dos estudantes que procuravam a Assembléia para protestar contra o expurgo de professores da UFRGS destacava-se ainda a ação das forças policiais na prisão de estudantes. Nessa representação, parecia o depoimento do major Lauro Riet justificando as prisões. Segundo ele:

... o interesse da polícia naqueles estudantes decorria do fato de que outros acadêmicos presos anteriormente, portavam um plano contra-revolucionário que se estendia até o campo, além de ampla documentação subversiva<sup>230</sup>.

Ou seja, a representação é construída a partir do depoimento privilegiado do major Riet, uma vez que os universitários aparecem apenas como notícia, não há depoimentos destes, nem nomes. A matéria demonstra a lógica da neutralidade do jornal, ao dar voz aos diferentes atores sociais envolvidos no processo de construção de uma nova realidade. Assim, o jornal representava simbolicamente, ao mesmo tempo, o protesto dos estudantes e a reação das forças do Regime Militar, responsáveis pela manutenção da ordem.

Sobre o posicionamento dos estudantes, destacava-se ainda, na mesma data, matéria "*Expurgo na URGs: Estudantes Protestam*"<sup>231</sup>. Esta construía uma imagem do protesto de estudantes de vários cursos que, além de não comparecerem às aulas, fixavam cartazes na Universidade, com os dizeres "*Abaixo a inquisição na URGs*" e "*URGS agoniza*". Outra representação discursiva destacava:

A prisão de estudantes que, nas imediações da Assembléia Legislativa pretendiam promover manifestações contrárias ao expurgo de professores da Universidade do Rio Grande do Sul deu oportunidade às autoridades policiais para impedir a propagação de um vasto esquema subversivo que envolveria em suas malhas estudantes, operários e agricultores<sup>232</sup>.

Ou seja, destacava-se como notícia a ação dos componentes do Regime Militar, justificando-a. Nessa lógica, a ação dos estudantes era identificada pela empresa jornalística como um esquema subversivo, reproduzindo-se a lógica

<sup>230</sup> "*Expurgo na URGs: Assembléia Serviu de Asilo a 10 Estudantes Durante 4 Horas*", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 18 set. 1964, sexta-feira.

<sup>231</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 10.

<sup>232</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 set 1964, sábado, p. 11. A matéria seguia nas páginas 13 e 16 do mesmo dia.

maniqueísta do Regime Militar de identificar manifestações de oposição como um perigo à manutenção da ordem necessária ao desenvolvimento, conforme a Doutrina de Segurança Nacional. A representação segue destacando a importância do material apreendido com os estudantes:

O êxito da investida policial deve-se a uma série de documentos apreendidos em poder do estudante José Luiz da Costa Fiori, da Arquitetura, filho justamente de um dos professores incluídos na lista de expurgo. O movimento clandestino desbaratado pela polícia do Rio Grande do Sul, com verão os leitores, é de nítida inspiração comunista<sup>233</sup>.

Nesse trecho, mais uma vez há a reprodução, por parte da empresa jornalística, da fala dos componentes do Regime Militar, uma vez que a repressão aos universitários era tratada como um sucesso das autoridades. Portanto, na construção da representação, há a identificação do material apreendido com o comunismo na lógica bipolar do Regime Militar, na qual os opositores são identificados como comunistas. Na seqüência, a reportagem presente no jornal destacava ainda a transcrição do material apreendido, segundo palavras da representação, *“um plano de rearticulação do PC que contava com o movimento estudantil”*<sup>234</sup>.

Essa transcrição dos documentos estudantis, presente na representação, permitia que estes conseguissem visibilidade para suas propostas entre as pessoas que não receberam o material. Contudo, é possível perceber ainda o posicionamento do jornal com relação ao material produzido pelos universitários, uma vez que a representação simbólica aproximava os universitários ao partido comunista, considerado neste contexto, por parte dos componentes do Regime Militar, como um inimigo a ser combatido. Ou seja, mesmo conferindo visibilidade aos universitários opositores, com relação ao Regime Militar, os componentes da empresa jornalística desqualificavam a ação deste grupo.

---

<sup>233</sup> Id, ibid.

<sup>234</sup> Id., ibid.

Ainda sobre os expurgos, *Zero Hora* tornava visível a organização os estudantes que fizeram assembléia e decidiram “*enviar à comissão de expurgo da URGS, pedido de informações, indagando as razões da demissão do professor Ernani Maria Fiori do corpo docente da Universidade*”<sup>235</sup>. Através de matérias como esta, os jornais conferiam visibilidade às ações de protesto dos estudantes opositores ao Regime Militar<sup>236</sup>, dentro da estratégia de neutralidade anteriormente mencionada.

Com relação à intervenção nas Universidades e demais setores relacionados à educação, por parte dos componentes do Regime Militar, percebemos mais uma vez nas representações a reprodução do discurso oficial de maneira direta, através dos depoimentos tornados visíveis diretamente. Da parte dos universitários, as representações constroem uma imagem simbólica apenas de maneira indireta, sem que sejam nomeados. Permaneceu também a homogeneidade das formas de representação deste assunto nos diferentes jornais informativos modernos.

### 4.3 Reestruturação do Ensino Universitário Brasileiro

Além do saneamento nas Universidades, para adequá-las à proposta de educação implantada pelo Regime Militar Brasileiro, modificações estruturais foram realizadas. A Reforma Universitária era outro aspecto de conflito entre os representantes do Regime Militar e os universitários que a este se opunham. Conforme Luiz Dario Teixeira Ribeiro:

Essa necessidade de reforma se apresentava a partir de dois pontos de vista: o da redemocratização da sociedade e o das necessidades empresariais que

<sup>235</sup> “*Alunos da Filosofia de 'Luto' por Fiori*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 10, 1º out. 1964, quinta-feira.

<sup>236</sup> Em 9 out 1964, *Zero Hora* publicava nova matéria (“*Alunos da Filosofia Reptam: — Apresentem Provas Contra Fiori*”) que dava visibilidade ao protesto dos estudantes, através da publicação de uma nota de protesto contra a punição de Fiori e contra o silêncio dos outros professores que não se manifestaram para apoiar o colega. O assunto persistia ainda em 1965, conforme *Zero Hora* tornava visível na matéria: “*Professor Expurgado da URGS Dirige Equipe Técnica da CEPAL na Bolívia*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 23 mar. 1965, terça-feira.

havam atingido um novo patamar e exigiam um novo modelo de Universidade<sup>237</sup>.

Assim, neste contexto, estavam presentes diferentes modelos de reforma universitária. Contudo, segundo o mesmo autor, a proposta do Regime Militar para reestruturar a Universidade era definida como:

Tal Universidade deveria ser mais técnica, menos humana, voltada à formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho e para aplicação da inovação tecnológica. Essa mesma Universidade, já na época sob a pressão das exigências de produtividade, deveria ser um local de alta rotatividade, onde num curto prazo os estudantes seriam preparados para o mercado de trabalho. Não uma Universidade emancipadora voltada para o desenvolvimento das potencialidades humanas e em busca de soluções para os problemas sociais, como reivindicavam os estudantes<sup>238</sup>.

Ou seja, por parte dos integrantes do Regime Militar, era pensada uma Universidade que atendesse às necessidades do país, com relação ao desenvolvimento econômico. Este modelo não era aceito por parte dos estudantes que se opunham ao Regime Militar. Essas modificações realizadas nas Universidades e disputa entre os grupos divergentes tornava-se visível na imprensa, através de representações que buscavam tornar visíveis as modificações ou justificá-las, bem como tornar visíveis as manifestações contrárias a estas.

Sobre a reestruturação das Universidades, destacamos matéria de *Correio do Povo* na qual ganhava visibilidade a fala do reitor da PUCRS:

A redução dos anos de estudo é mais consequência da capacidade do aluno e de seu tempo para o estudo do que da ação direta da faculdade ou escola, pois estas continuam com a mesma estrutura. [...] Não é por consequência, a redução do tempo de estudos de graduação o objetivo da portaria, mas a tentativa de tornar os estudantes mais conscientes do trabalho que realizam. A redução do tempo é apenas um efeito possível. É uma experiência nova e obrigatória a partir das novas matrículas em 1966<sup>239</sup>.

Assim, através do depoimento do reitor, procurado pelo jornalista, percebemos a tentativa desta empresa jornalística de justificar a ação das

<sup>237</sup> RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **O contexto de 1968**. pp. 19-26, In: HOLZMANN, Lorena & PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 23.

<sup>238</sup> Id., *ibid.*

<sup>239</sup> "Duração dos Cursos Superiores / Reitor da PUC explica o sentido da recente portaria ministerial". *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 8 jul. 1965, quinta-feira.

autoridades educacionais do novo governo na tentativa de acelerar a formação universitária para atender às demandas do mercado brasileiro. Percebemos ainda um tratamento privilegiado às palavras do reitor, sem que haja depoimentos contraditórios.

Na lógica das políticas de ensino voltadas a áreas técnicas, ganhava visibilidade na imprensa matéria destacando o investimento por parte do Ministério da Educação, através da Diretoria do Ensino Superior de cerca de dois bilhões de cruzeiros em Faculdades de Medicina, Engenharia, Odontologia, Farmácia, Química, Enfermagem e Serviço Social. Na área da Filosofia, os investimentos iam para os cursos de licenciatura em Matemática e Ciências Naturais. Segundo a representação, através desses investimentos, o MEC pretendia “*aumentar em 20% o número de matrículas, sem que haja, contudo, atropelo ou rebaixamento de nível. Ao contrário, o Governo pretende maior eficiência e dinamismo ao ensino*”<sup>240</sup>.

Esta representação utilizava uma linguagem técnica, neutra, para abordar as mudanças realizadas, sem levar em consideração o projeto político do Regime Militar para a educação superior. Dessa maneira, a empresa jornalística reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar e tornava invisíveis as mudanças sofridas (ou a ausência de mudanças) pelos cursos humanísticos<sup>241</sup>.

O próprio Ministério da Educação passava por um processo de reestruturação, além da cogitada substituição do ministro Flávio Suplicy de Lacerda por Pedro Aleixo, conforme ganhava visibilidade na matéria que afirmava:

O presidente Castelo Branco vê na brilhante atuação política do deputado Pedro Aleixo, a cujo desempenho como líder governista podem ser atribuídas importantes vitórias do governo quando da apreciação de projeto no

<sup>240</sup> “MEC realiza plano de ampliação do ensino”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 12 out. 1965, terça-feira.

<sup>241</sup> Sobre a reestruturação da duração dos cursos universitários, ganhavam visibilidade em *Zero Hora* as matérias: “CFE Aprovou Redução no Ensino Superior” (p. 10, 12 jun. 1965, sábado), “Milano Confirma: Cursos Superiores Durarão Menos” (p. 14, 28 jun. 1965, segunda-feira) e “Milano Afirma: Portaria 159 Pode Até Mesmo Aumentar Cursos” (p. 7, 19 jul. 1965, segunda-feira)

Congresso, a solução ideal para o delicado problema de pacificar e atrair para a Revolução os meios estudantis, bastante ressentidos com as diretrizes e a atuação intransigente do atual líder da Pasta, ministro Flávio Suplicy de Lacerda<sup>242</sup>.

No discurso da representação, a responsabilidade da insatisfação de grupo de estudantes era atribuída à pessoa do ministro Suplicy de Lacerda e não ao projeto do Regime Militar para a educação. Assim, ocorria o deslocamento do protesto contra as medidas deste Regime com relação à educação para a pessoa do ministro, considerado, na construção da representação, “*intransigente*”. Essa representação reproduzia a lógica dos componentes deste Regime ainda na utilização dos termos “*Revolução*” e no discurso de necessidade de evitar ações contrárias à paz, reprodução da lógica do novo Regime de ordem necessária para atingir o progresso. Confere visibilidade ainda, de maneira indireta, à oposição dos estudantes, com quem o presidente estava preocupado, já que afirmava, em seu depoimento, ser necessário trabalhar nesse sentido<sup>243</sup>. Ou seja, em primeiro plano encontravam-se os componentes do Regime e os universitários apenas ganhavam visibilidade na referência do poder a eles.

Aproveitando-se da viagem programada pelo ministro da educação a Porto Alegre, ganhava visibilidade na imprensa telegrama destacando a tentativa de participação dos universitários, conforme segue:

O presidente do Diretório Central de Estudantes da URGs vem de enviar o seguinte telegrama ao ministro da Educação e Cultura, por intermédio do “telex” da Universidade: [...] “Visando restabelecer o necessário diálogo do governo com os estudantes, aproveitando vossa próxima viagem a Porto Alegre, o DCE-UFRGS, órgão máximo de representação dos estudantes da UFRGS, convida V. Exa. para debate acerca dos problemas universitários. Confiantes no espírito democrático e certos de uma pronta contestação, enviamos cordiais saudações universitárias”<sup>244</sup>.

<sup>242</sup> “*Pedro Aleixo Assume Pasta da Educação Segunda-feira*”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 6 jan. 1966, quinta-feira.

<sup>243</sup> É importante salientar que a substituição do ministro da educação ocorria em um quadro mais amplo de reformas ministeriais, uma vez que, conforme a mesma reportagem, estavam sendo substituídos outros ministros.

<sup>244</sup> “*DCE da URGs quer debate com o titular do MEC*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 24 abr. 1966, domingo.

Ou seja, na lógica da neutralidade presente no discurso dos componentes do Regime Militar, o espaço da imprensa tornava-se espaço no qual os universitários buscavam visibilidade para suas ações, na medida em que esta apresentava a publicação de documentos dos universitários. Sobre os resultados do encontro, ganhava visibilidade a matéria:

Embora promovido por entidades como o DEE e o DCE da URGs, os dirigentes destas entidades omitiram-se completamente em todo o desenrolar do debate, que foi dominado por estudantes de esquerda, que, em claqué, aplaudiram às perguntas dos colegas contra a atual situação do País. O ministro, porém, ainda que com menos intensidade, foi aplaudido algumas vezes. Embora pelo convite recebido, devesse o debate versar sobre problemas universitários, apenas uma pergunta se relacionou com o assunto, como o próprio sr. Pedro Aleixo acentuou, na oportunidade. Todas as demais relacionaram-se com a situação política do País, todas ainda atacando o atual regime<sup>245</sup>.

A representação conferia visibilidade de maneira negativa aos protestos dos estudantes oposicionistas, mostrando que este era inválido. Identifica os universitários oposicionistas como “*esquerdistas*”, reproduzindo a lógica do Regime Militar de identificar a esquerda negativamente. Estava presente ainda a crítica da empresa jornalística à omissão das lideranças universitárias representantes das entidades universitárias. Era criticada ainda a ênfase no debate político e não em questões relacionadas com o ensino. O texto da representação conclamava ainda pela visibilidade contrária, ou seja, pelo posicionamento dos universitários situacionistas. A matéria seguia com relato da defesa do novo Regime pelo ministro:

Ao final, [o ministro] ainda lembrou que, a liberdade total que gozaram os estudantes, inclusive para fazer as perguntas as mais violentas contra o atual regime, era sinal de que havia liberdade no País. Reconheceu, porém, que estamos numa fase de transição, de reconquista, de recuperação da ordem democrática e afirmou que ninguém contesta que não estamos num regime perfeitamente normal<sup>246</sup>.

<sup>245</sup> “*Ministro faz a defesa da Revolução em debate com os universitários*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 27 abr. 1966, quarta-feira.

<sup>246</sup> Id., *ibid.* Ainda sobre a repercussão do debate, ganhava visibilidade matéria “*Ministro em Ríspido Debate com Estudantes / Iniciado Ontem os Trabalhos da Conferência Nacional de Educação*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20: contracapa, 27 abr. 1966, quarta-feira. Sobre a reforma do ensino nacional, tornava-se visível ainda matéria: “*Reitor reafirma a necessidade de mudanças no sistema universitário*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 12 jun. 1966, domingo.

Neste trecho, percebemos que a construção da representação privilegiava a fala do ministro para fechar a reportagem, sendo ele o único chamado a opinar. Nessa estratégia de visibilidade percebemos ainda a invisibilidade do pronunciamento dos universitários no encerramento da matéria.

Ainda sobre a reforma do ensino nacional aparecia matéria destacando a realização de um Seminário Estadual de Reforma Universitária, promovido pelo DNE e DEE, em Caxias do Sul, de 16 a 18 de julho de 1966. Segundo a representação esta seria a: *“ocasião em que os estudantes gaúchos analisarão os problemas da estrutura da Universidade Brasileira e ao final apontarão suas soluções”*<sup>247</sup>.

Na construção da representação, percebemos que a empresa jornalística destaca as lideranças universitárias situacionistas, tornando invisível o posicionamento dos universitários oposicionistas, ao legitimar o encontro promovido pelo DNE, entidade criada a partir do Regime Militar. Dessa forma, a imprensa, através desta representação, tornava visível a organização dos estudantes universitários situacionistas pela Reforma Universitária<sup>248</sup>.

Nessa mesma lógica, destacava-se matéria:

O Diretório Estadual de Estudantes, entidade máxima de representação dos universitários gaúchos enviou telegrama ao presidente da República, com o seguinte teor: “O DEE do Rio Grande do Sul, interpretando a opinião da classe universitária gaúcha e sintonizado com as aspirações acadêmicas do País, entende como imprescindível à democratização da Universidade Brasileira a extinção da cátedra vitalícia na nova Constituição. Rubem Süffert, presidente, Conrado Álvares e Rubens Rheinheimer”<sup>249</sup>.

Essa representação conferia visibilidade ao posicionamento, favorável à decisão dos componentes do Regime Militar, das lideranças situacionistas, com relação a este Regime. É importante destacar ainda o papel fundamental da

<sup>247</sup> *“Seminário Estadual de Reforma Universitária”, Correio do Povo, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 24 jun. 1966, sexta-feira.*

<sup>248</sup> A discussão sobre a Reforma Universitária ganhava visibilidade ainda na matéria: *“Seminário Estadual de Reforma Universitária”, Correio do Povo, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 29 jun. 1966, quarta-feira.*

<sup>249</sup> *“DEE manifesta-se pela extinção da cátedra vitalícia na nova Constituição / notícias do DEE”, Correio do Povo, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 2 dez. 1966, sexta-feira.*

imprensa neste contexto, tornando visível material que, de outra forma, ficaria restrito aos remetentes e destinatários. É importante destacar ainda que mais uma vez era privilegiada a ação dos universitários situacionistas, permanecendo invisível a organização dos universitários opositoristas na matéria<sup>250</sup>.

Ainda sobre a Reforma Universitária o relatório ATCON<sup>251</sup> ganhava visibilidade na imprensa matéria na qual propunha-se a publicar parte do relatório referente ao Rio Grande do Sul. Sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esta destacava: “o pouco desenvolvimento desta universidade em função do pouco investimento fora do ‘triângulo Rio de Janeiro Belo Horizonte – São Paulo’”. Aparecia ainda o esforço da atual reitoria de investir em obras necessárias como o Hospital de Clínicas<sup>252</sup>.

Assim, através da representação, com utilização de uma linguagem técnica, os componentes da empresa jornalística legitimavam a ação dos componentes do Regime Militar de aproximação com técnicos norte-americanos, para desenvolver as universidades fora do eixo Rio-São Paulo<sup>253</sup>.

<sup>250</sup> Além dos estudantes, também outros componentes das Universidades preocupavam-se com as modificações promovidas pelo governo federal. A preocupação dos reitores expressava-se na imprensa, conforme matéria: “*Reitores Preocupados com Autonomia Universitária*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 28 jan. 1967, sábado.

<sup>251</sup> Sobre os relatórios de Rudolph Atcon (assessor norte-americano) e sua influência na reforma universitária realizada pelos militares, José Willington Germano [Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 2000.] lembra que: “a tônica do chamado Relatório Atcon (1966) recaía sobre a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Além disso, o relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino”. O autor retoma ainda que a reforma universitária já era exigida pela sociedade civil desde meados da década de 1940, não podendo ser apenas traduzida na “incorporação das recomendações de Atcon e numa imposição da Usaid através de seus grupos de assessores que trabalhavam junto ao MEC”. (p. 117)

<sup>252</sup> “*Relatório de Atcon Sobre a Situação Atual da URGS*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 14 fev. 1967, terça-feira.

<sup>253</sup> Ainda sobre as universidades porto-alegrenses, o relatório destacava informações sobre a PUC: “*Reforma Universitária – 3 / PUC Está no Bom Caminho*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 16 fev. 1967, quinta-feira. Esta representação descrevia trecho do relatório ATCON que destacava a solicitação do reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul de sugestões para a construção da nova cidade universitária no bairro Partenon.

Na mesma lógica, ganhava visibilidade na imprensa matéria na qual Atcon fazia uma série de recomendações para estruturação de nova cidade universitária da UFRGS, na Agronomia, e afirmava:

“Essas recomendações foram bem recebidas, como aliás tudo o que se ligou à minha visita à Porto Alegre. Nenhum Reitor mostrou mais interesse ou gastou mais seu tempo comigo do que o Reitor da UFRGS. Houve reais debates, sobre problemas reais, e não apenas uma cortês ou passiva aceitação de sugestões oriundas de um visitante qualquer”<sup>254</sup>.

Neste depoimento, o técnico norte-americano reafirmava o papel destacado de sua visita. Essa representação reafirmava a lógica do Regime Militar de aproximação com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O jornal privilegiava a fala do técnico norte-americano, reafirmando a lógica de aproximação com os EUA, ou seja, o relatório era utilizado de maneira técnica, acima da política, no discurso da empresa jornalística<sup>255</sup>.

Depoimento do presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, Adalberto Pasqualoto, também era utilizada para representar simbolicamente a necessidade de Reforma Universitária:

“Consideramos muito positivo o saldo dessas Jornadas – declarou o presidente da entidade gaúcha – porque não foram ignoradas as deficiências que têm apresentado os sucessivos governos brasileiros no campo educacional, mas não foram consideradas as distorções de realidades essenciais, que andam de jornal em jornal e de boca em boca, visando intranqüilizar este país já sobressaltado”. [...] As distorções são veiculadas espantosamente. por exemplo: há pouco tempo atrás, saiu um manifesto esquerdista na Universidade Federal, criticando um acordo MEC-USAID que venceu no ano passado; fala-se nele como se ainda estivesse em vigor”<sup>256</sup>.

Através dessa representação, que privilegiava o depoimento de uma liderança universitária situacionista, ganhava visibilidade, de maneira indireta, a existência

<sup>254</sup> “Reforma Universitária – 2 / Atcon: Existe Dinheiro; só Falta Começa Cidade Universitária da UFRGS”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 16 fev. 1967, quinta-feira.

<sup>255</sup> Ainda sobre a Reforma Universitária ver: “Seminário Gaúcho de Reforma Universitária em Pelotas”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 6 jul. 1967, quinta-feira.; “Reforma Universitária”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 12 jul. 1967, quarta-feira. Sobre a Reforma Universitária, baseada em modelo técnico de educação, ganhava visibilidade matéria: “Tarso Vai Executar Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo no MEC”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 6 set. 1967, quarta-feira.

<sup>256</sup> “Estudantes vão debater reforma universitária”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 26 jun. 1968, quarta-feira.

de grupos divergentes no interior do movimento estudantil universitário e a crítica dos componentes do Regime Militar ao grupo oposicionista, com relação a este Regime. Ou seja, os universitários oposicionistas apareciam na matéria apenas de maneira indireta, quando a liderança situacionista a elas se refere, não há depoimentos diretos de lideranças oposicionistas.

Ainda sobre a reforma universitária destacava-se:

O presidente Costa e Silva assinou decreto instituindo um Grupo de Trabalho no Ministério da Educação para estudar a reforma da universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país<sup>257</sup>.

A representação reproduzia o discurso do presidente sem afirmar a autoria, como se assinatura do decreto fosse neutra e beneficiasse a todos. Ou seja, ocorria a legitimação da ação dos componentes do Regime Militar.

A necessidade de reforma universitária no Brasil ganhava visibilidade ainda na matéria que reproduzia a fala de representante do Regime Militar e de uma liderança universitária oposicionista:

... O sr. João Paulo Reis Veloso, representante do Ministério de Planejamento, declarou que o futuro sistema educacional deve ser flexível, compreendendo inclusive cursos rápidos de formação superior, destinados aos menos aptos para cursos longos e que necessitam se integrar na força de trabalho imediatamente. Para o presidente da extinta União Metropolitana dos Estudantes, Vladimir Palmeira, “a reforma universitária proposta pelo governo não será aquela dos estudantes, que a querem sobretudo pelo caráter ideológico de sua elaboração, pois levará não a um ensino voltado para os interesses populares, mas para a elitização da cultura, visando ao fortalecimento de interesses monopolistas”<sup>258</sup>.

Ou seja, nessa representação simbólica aparecia mais uma vez a lógica da neutralidade da empresa jornalística ao conferir visibilidade aos dois lados da questão. No entanto, ao desqualificar a entidade de representação da liderança

<sup>257</sup> “Assinado ontem o decreto presidencial/ Reforma da Universidade Brasileira já tem Grupo de Trabalho para estudá-la”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1: capa, 3 jul. 1968, quarta-feira.

<sup>258</sup> “Filósofo dá solução à rebeldia dos jovens”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 6, 29 jul. 1968, segunda-feira.

universitária com o prefixo “ex”, ou seja, considera essa entidade inválida, a empresa jornalística posiciona-se ao lado dos componentes do Regime Militar.

Ainda nessa lógica, aparecia matéria:

O marechal Costa e Silva determinou ao sr. Tarso Dutra a divulgação do projeto, tendo em vista a possibilidade de vir o estudo a receber sugestões, antes da implantação da reforma. Foi um passo à frente, na solução de um problema urgente, pelas suas conseqüências, está afetando politicamente o próprio governo. [...] Talvez seja esta, pela sua repercussão, a tarefa mais importante até agora atribuída a uma parcela do Ministério, tão criticado pelos mais diferentes setores políticos do país<sup>259</sup>.

Ou seja, nesta matéria mais uma vez ocorre a reprodução do discurso dos componentes do Regime Militar e legitimação das reforma universitárias realizadas pelos seus componentes. Por outro lado, a mobilização dos universitários, buscando participarem da Reforma Universitária, ganhava visibilidade na matéria que descrevia a realização do Seminário de Reforma Universitária realizado pelo DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Atualmente o DCE prepara o lançamento do jornal “O Universitário” órgão oficial de divulgação daquele Diretório. Além disto, os dirigentes do DCE, durante a visita do presidente tomaram contato com o marechal Costa e Silva e agora estarão ligados diretamente a ele. Não haverá intermediações para suas reivindicações. Isto facilitará bastante quando tiverem problemas que exijam medidas imediatas. Ontem o DCE iniciou o levantamento dos problemas existentes em cada Faculdade da Universidade Federal. Assim professores, estudantes e diretores apresentarão as sugestões para a resolução dos casos de cada unidade da Universidade<sup>260</sup>.

Dessa maneira, na lógica de neutralidade da empresa jornalística, ganhava visibilidade ação dos universitários, além da ação dos componentes do Regime Militar. Nessa lógica, ganhava visibilidade uma possibilidade de solução proposta pelos componentes do Regime Militar:

O ministro da Educação e Cultura, sr. Tarso Dutra, chegou ontem à nossa capital [...]. O titular do MEC disse que sua visita “servirá para que seja feito um levantamento dos problemas gaúchos no setor do ensino”. [...] Para o ministro da Educação e Cultura, “a tensão estudantil brasileira diminuiu muito

<sup>259</sup> “Reforma universitária”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 11: coluna Política & Políticos, 23 ago. 1968, sexta-feira.

<sup>260</sup> “DCE-UFRGS vai promover Seminário de reforma”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 20 set. 1968, sexta-feira.

e suas reivindicações serão atendidas, pois segundo ele, já fez entrega ao chefe da República de 15 projetos elaborados pelo GT que estudou a reforma universitária". O ministro demonstrou sua disposição em manter reunião com líderes estudantis para debater os problemas em nosso Estado<sup>261</sup>.

Nessa representação, mais uma vez destacava-se o depoimento privilegiado do ministro da educação. Ou seja, a construção da imagem simbólica da Reforma Universitária se dava a partir da publicação de decretos e depoimentos das autoridades, tornando-se visível, apenas de maneira indireta, a ausência de participação dos estudantes universitários na reforma<sup>262</sup>.

Nesse sentido, destacava-se matéria:

O ministro Tarso Dutra disse, ontem, ser "obrigado a reconhecer que as manifestações estudantis tiveram sua influência no processo reformista da Universidade Brasileira" e afirmou que as movimentações de rua, provocadas por estudantes, cessaram nos últimos dias porque o Governo está atendendo suas reivindicações. A reforma Universitária do Governo, segundo ele, foi a mais rápida que se fez até hoje, "sem que nenhuma voz tenha se levantado contra ela"<sup>263</sup>.

A representação apresentava o depoimento privilegiado do ministro da Educação e tornava visível de maneira indireta, apenas quando o ministro a eles se referia, os estudantes universitários opositoristas, responsáveis pelas manifestações de rua.

Com relação à reestruturação do ensino universitário brasileiro pelos componentes do Regime Militar, percebemos mais uma vez nas representações a reprodução do discurso oficial de maneira direta, através dos depoimentos tornados visíveis, enquanto os universitários apareciam apenas indiretamente, sem que fossem nomeados. Notamos ainda a homogeneidade das representações dos

---

<sup>261</sup> "Tarso Afirma que não haverá corte", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 28 set. 1968, sábado.

<sup>262</sup> A reforma universitária ganhava visibilidade ainda nas matérias: "Reforma Universitária Atingirá Existência Das Escolas Isoladas", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1: capa, 6 out. 1968, domingo; "Congresso vai opinar sobre Reforma Universitária", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 9 out. 1968, quarta-feira.

<sup>263</sup> "Manifestações Jovens Influenciaram Reforma", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 11, 2 out. 1968, quarta-feira.

diferentes jornais analisados, conforme destacamos anteriormente. Identificamos ainda um predomínio do discurso oficial nas matérias.

#### *4.4 Reestruturação das Atividades Estudantis*

Junto da intervenção nas Universidades, buscando retirar os opositores ao Regime Militar e da reestruturação do ensino, com a Reforma Universitária, buscando adequá-la à proposta de educação implantada pelo Regime Militar, modificações foram realizadas ainda nas entidades de representação estudantil desde o início do novo Regime, conforme analisado anteriormente. Nessa lógica, no período analisado, o ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda buscava reformular a ação dos universitários através da reestruturação de suas entidades de representação e da política estudantil em geral.

Destacava-se na imprensa porto-alegrense comunicado do III Exército alertando os estudantes e familiares contra a ação dos que resistissem à “*Revolução*” pela necessidade de defesa da ordem<sup>264</sup>. Tal representação discursiva do alerta do comandante do III Exército, uma vez que foi reescrita para ser publicada, referindo-se indiretamente às palavras do comandante, destacava:

O comandante do III Exército, dirigindo-se à classe estudantil, disse que devia alertá-la contra a ação irrefletida e perniciosa daqueles que, por circunstâncias excusas [SIC], pretendem resistir às medidas decorrentes das finalidades precípua da Revolução, quais sejam, as de livrar o país do totalitarismo e imprimir ordem e seriedade à execução das reformas almejadas pela Nação inteira<sup>265</sup>.

Nessa representação, destacava-se a ênfase no depoimento privilegiado de uma autoridade do novo governo. Nessa lógica, a matéria refere-se aos

<sup>264</sup> Nessa representação aparece a lógica de saneamento político, presente na Doutrina de Segurança Nacional utilizada pelo Regime Militar Brasileiro, ou seja, a necessidade de exterminar aqueles que se colocavam contra o novo regime, pois estes eram considerados ingênuos e perigosos.

<sup>265</sup> “*A Revolução e a classe estudantil*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 maio 1964, sábado, p. 14: Casas de Ensino.

universitários oposicionistas apenas de maneira indireta, quando o comandante a eles se referia, sem que fossem nomeados ou conquistassem visibilidade para seu depoimento.

Como reação dos universitários contra a Lei Suplicy e as modificações dela decorrentes, tornava-se visível a ação da UEE do Rio Grande do Sul no interior do estado (Pelotas). As manifestações dos universitários, obtendo votação maciça contra a lei Suplicy, aparecia na matéria:

Duas casas de ensino superior [...] já atenderam à solicitação da União Estadual dos Estudantes, procedendo a plebiscito entre os alunos, para sentir sua posição em relação à chamada “Lei Suplicy de Lacerda”, que extinguiu a [...] UNE e fixou normas para as atividades de entidades estudantis em todo o país<sup>266</sup>.

Assim, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, a representação tornava visível a reação dos estudantes oposicionistas contra as modificações realizadas pelo Regime Militar em suas entidades de representação e, ao mesmo tempo, a organização das lideranças dos estudantes universitários oposicionistas, uma vez que estes eram ligados à UEE, entidade ligada à UNE, tornada ilegal pelos componentes do Regime Militar. No entanto, a matéria não apresentava depoimento dos estudantes que ganhavam visibilidade para suas ações através da descrição feita pelos componentes da empresa jornalística.

A matéria destacava ainda o encaminhamento dos resultados à UEE, cujas atividades tornavam-se visíveis ainda na matéria que afirmava a organização das suas lideranças pela realização das eleições em agosto de 1965, uma vez que no mês de maio, o MEC alegara a existência de um plano subversivo e transferira as eleições<sup>267</sup>. A declaração era feita por José Antônio Arregui, líder do Movimento Democrático Universitário e presidente da UEE, que afirmava estarem os grupos

---

<sup>266</sup> “*Universitários Contra Suplicy*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 19, 22 jun. 1965, quinta-feira.

<sup>267</sup> “*UEE: em agosto vamos banir os interventores*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 26 jun. 1965, terça-feira.

heterogêneos das universidades unidos em torno da questão de realização de eleições e que o MEC só quer “*intranqüilizar nossa classe às vésperas do pleito*”<sup>268</sup>.

Trabalhando na lógica de especificidade da política estudantil, o reitor da UFRGS declarava à imprensa:

Não se estende ao Rio Grande do Sul a denúncia de atividades subversivas no meio estudantil feitas pelo Ministro da Educação [...], o estudante no Rio Grande do Sul está trabalhando, cuidando de seus deveres, não havendo problemas. [...] Se vier a surgir qualquer movimento subversivo no seio da classe estudantil, ele será debelado<sup>269</sup>.

Ele garantia que, nas eleições para o DCE “*quem ganhar tomará a posse*”<sup>270</sup>.

Essa representação, construída a partir do depoimento do reitor buscava construir uma imagem da política universitária gaúcha diferenciada do restante do país em que havia a subversão, ou seja, a não aceitação e o protesto contra o Regime Militar brasileiro. É importante ainda considerar o depoimento privilegiado do reitor da UFRGS em contraposição à ausência de depoimento dos universitários, para a construção da matéria.

Realizando um balanço da atuação do MEC em 1965, depoimento do ministro Flávio Suplicy de Lacerda ganhava visibilidade na imprensa:

Disse que assumira o Ministério da Educação e Cultura quando este estava infestado de traidores querendo destruí-lo, com professores e estudantes insuflados por dinheiro e influências estrangeiras e, mesmo, agindo com dinheiro destinado à educação. “Fui obrigado a me impor contra esses crimes pois com o dinheiro público o cabo Anselmo fez a revolta dos fuzileiros navais e com dois bilhões de cruzeiros do MEC a UNE fez propaganda para a deletéria reforma agrária no Nordeste”<sup>271</sup>.

Esta matéria também destacava o depoimento privilegiado de um componente do Regime Militar para a construção da representação. É possível perceber ainda na representação, construída de forma intercalada com depoimento do ministro e redação do jornalista, a lógica do novo Regime de que a preocupação

<sup>268</sup> Id., *ibid.*

<sup>269</sup> “*Milano: — Estudantes não são subversivos*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 17 jul. 1965, sábado.

<sup>270</sup> Id., *ibid.*

<sup>271</sup> “*Estudantes acusam Suplicy de haver desviado café em 1940*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 31 dez. 1965, sexta-feira.

com os problemas nacionais, como a seca no Nordeste, não era considerada função da educação no Brasil. Ou seja, a representação da imprensa reproduzia a lógica do novo Regime, uma vez que o texto do jornalista confunde-se com a fala do ministro.

Como solução para os impasses entre universitários e autoridades do Regime Militar, a partir das reestruturações realizadas pelo novo Regime na área da educação e política estudantil era a proposta de diálogo com os estudantes. Essa ganhava visibilidade em matéria afirmando:

Quanto às dificuldades para um diálogo com os estudantes, disse o ministro Pedro Aleixo que a tarefa não é fácil, pois existe muita intransigência e incompreensão<sup>272</sup>.

Através da representação, podemos perceber o depoimento de um ministro do Regime Militar, enquanto os universitários apareciam apenas de maneira indireta, quando este se referia a eles<sup>273</sup>. O posicionamento das lideranças universitárias com relação ao diálogo tornava-se visível na matéria:

Líderes universitários foram ouvidos pelos redatores desta secção a respeito das críticas do governo federal às recentes manifestações estudantis. Paulo Bicca (Arquitetura da UFRGS, diz que o governo — com sua famosa Lei Suplicy — mostrou que não é favorável a um movimento estudantil autônomo. Completou criticando o DNE “entidade inautêntica que não representa os interesses dos estudantes”<sup>274</sup>.

Esta representação trabalhava na lógica da neutralidade das empresas jornalísticas, uma vez que tornava visível a disputa entre grupos de universitários. O jornal tornava visível, através da representação, ainda a crítica das lideranças oposicionistas aos situacionistas e à entidade de representação criada pelo Regime Militar. Na mesma coluna, destacava-se ainda a matéria:

Elson Azambuja é presidente do diretório acadêmico do Direito da PUC. Responde pelo DEE, enquanto Gouvêa não vêm. Ele é favorável à proibição de manifestações anti-democráticas. Ressalva que o bom mesmo é um diálogo contínuo entre governo e estudantes<sup>275</sup>.

<sup>272</sup> “Notícias do MEC”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6: coluna ZH em Brasília, 12 abr. 1966, terça-feira.

<sup>273</sup> Ainda sobre a proposta de diálogo, ver: “Estudantes”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8: coluna ZH em Brasília, 25 abr. 1966, segunda-feira.

<sup>274</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 29: coluna mundo estudantil, 25 abr. 1966, segunda-feira.

<sup>275</sup> Id., *ibid.*

A representação tornava visível o posicionamento de uma liderança situacionista com relação ao diálogo proposto pelos componentes do Regime Militar. Dessa maneira percebemos como o jornal buscava apresentar-se como um espaço neutro, permitindo a discussão entre os diferentes grupos do interior do movimento estudantil, privilegiando as representações que legitimavam o novo Regime.

Sobre a questão da subversão na UFRGS e a repressão das atividades estudantis, ganhava visibilidade matéria em que o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul prometia “*repressão proporcional à agitação*”<sup>276</sup>. Para ele, “*há dois tipos de agitação, a peculiar aos jovens e aquela que combateremos sempre – a inadequada porque é ilegal, subversiva*”<sup>277</sup>. Assim, a representação da imprensa demonstrava a reprodução do discurso do Regime Militar com relação à ilegalidade e inadequação das atividades de oposição ao Regime Militar. A representação tornava visível, apenas de maneira indireta, através da fala do reitor, a ação de grupos de estudantes na oposição ao novo Regime.

Em 1967, publicava-se decreto do governo federal extinguindo as entidades de representação estudantil existentes, impedindo as que permaneceram de realizarem ações de caráter político partidário, racial ou religioso. No lugar das entidades existentes até então, era instituída a Conferência Nacional de Estudantes Universitários que deveria examinar e debater, objetivamente, os problemas da classe, para a elaboração de teses ou sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes. Era impedida ainda a manutenção das entidades anteriormente existentes, ainda que organizadas como entidades de direito privado. A repercussão do decreto no Rio Grande do Sul destacava-se na matéria:

---

<sup>276</sup> “*Milano: meta-66 da URGS é planejamento*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 18 jan. 1966, terça-feira.

<sup>277</sup> *Id.*, *ibid.*

Os estudantes [...] já elaboraram seus planos de ação, pretendendo fazer ressurgir a União Estadual de Estudantes (UEE), entidade de direito privado, que teria o caráter de representação e de coordenação dos universitários, enquanto que o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), continuaria a existir, mas como entidade assistencial e beneficente. O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, prof. José Carlos Fonseca Milano, até ontem à noite nada tendo sabido oficialmente sobre o decreto-lei governamental, recusou-se a prestar qualquer declaração à imprensa acerca do assunto<sup>278</sup>.

Nessa representação, percebemos que foi privilegiado o depoimento do reitor da UFRGS e a ação das lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar, tornando-se invisível a reação dos universitários oposicionistas<sup>279</sup>.

Ainda sobre a reação dos universitários situacionistas, com relação ao Regime Militar, destacava-se matéria:

Estiveram [...] no Palácio Piratini, onde foram recebidos pelo governador Walter Peracchi Barcellos, os acadêmicos Ruben Süffert, presidente do Diretório Estadual de Estudantes e Conrado Alvarez, representante do Rio Grande do Sul no Diretório Nacional de Estudantes. Os referidos líderes trataram com o governador do Estado do problema criado com a extinção dos Diretórios Estaduais de Estudantes por decreto federal, e ao mesmo tempo pediram a interferência do governador no sentido de ser conseguida uma audiência com o futuro presidente da República, mal. Costa e Silva, ao qual pretendem expor os estudantes gaúchos todos os problemas que envolvem a questão<sup>280</sup>.

Percebemos que essa representação destaca mais uma vez a ação das lideranças universitárias situacionistas, portanto, mais uma vez os componentes da empresa jornalística privilegiaram a ação deste grupo do movimento estudantil universitário, tornando invisível a reação dos universitários oposicionistas<sup>281</sup>.

Apesar de estarem na clandestinidade por decreto presidencial, as entidades situacionistas organizaram o XXIV Congresso Estadual de Estudantes nos primeiros dias de abril de 1967, em Porto Alegre, com o lema "*A Universidade será nossa*

<sup>278</sup> "Universitários perplexos / Decreto modifica a Lei Suplicy extinguindo entidades estudantis", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 3 mar. 1967, sexta-feira.

<sup>279</sup> Ainda sobre o decreto extinguindo as entidades representativas dos estudantes, ganhavam visibilidade matérias: "Conselho do DEE via reunir-se amanhã", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7: Casas de Ensino, 4 mar. 1967, sábado; "Modificações na Lei Suplicy / Texto integral do decreto-lei que extinguiu as entidades estudantis", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 5 mar. 1967, domingo; "Universitários dão novas estruturação ao D.E.E.", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 7 mar. 1967, terça-feira.

<sup>280</sup> "Governo Recebe Líderes Estudantis", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 8 mar. 1967, quarta-feira.

<sup>281</sup> Nessa mesma lógica, destacamos: "Estudantes entram com um mandado de segurança contra ato presidencial", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17: Casas de Ensino, 28 mar. 1967, terça-feira.

*força*<sup>282</sup>. Como repercussão do Congresso da UEE e fazendo um balanço da situação do movimento estudantil no Rio Grande do Sul, ganhava visibilidade na imprensa matéria:

... o fato mais marcante relacionado com ele [Congresso] foi o definitivo desligamento do novo Diretório Estadual de Estudantes e da União Estadual de Estudantes de cinco entidades centrais dos universitários e de 25 Diretórios Acadêmicos, todos representando uma posição de esquerda dentro do movimento estudantil. Os estudantes dissidentes reuniram-se na Faculdade de Ciências Econômicas da URGs, resolvendo “convocar ainda para este mês um verdadeiro Congresso Estadual de Estudantes, constituindo igualmente uma UEE-Livre”<sup>283</sup>.

Essa representação reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar, ao identificar os universitários oposicionistas com a esquerda. Assim, na lógica da neutralidade presente na representação, que buscava apresentar os dois grupos rivais no interior do movimento estudantil universitário, há uma desqualificação das lideranças oposicionistas, através da estratégia de visibilidade.

Sobre a problemática das entidades de representação estudantil, ganhava visibilidade ainda a matéria:

Quanto à legislação estudantil, o Governo ainda não considerou as diretrizes que orientarão a reforma da legislação que rege as entidades representativas dos estudantes. Brevemente – disse [ministro da educação] – vou assistir a um seminário no Nordeste. Após pretende sugerir a modificação da legislação que atualmente rege o funcionamento dessas entidades. O que é certo – afirmou o deputado Tarso Dutra – é que a nova legislação será livre e democrática como deseja o presidente da República<sup>284</sup>.

Essa representação privilegiava o depoimento do ministro da educação, sem que houvesse o contraponto com o depoimento dos universitários, portanto, nessa estratégia de visibilidade, há ênfase nesse aspecto, mantendo os universitários invisíveis nessa matéria.

<sup>282</sup> “DEE prepara XXIV Congresso Estadual de Estudantes”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.11: Casas de Ensino, 31 mar. 1967, sexta-feira. O congresso estadual de estudantes ganhava visibilidade ainda na matéria: “Congresso de Estudantes tem início hoje”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 1º abr. 1967, sábado.

<sup>283</sup> “DEE, novo DEE, UEE, UEE LIVRE... Confusa a situação do movimento estudantil no Rio Grande do Sul”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 4 abr. 1967, terça-feira.

<sup>284</sup> “Tarso Admite a Revisão de toda a Legislação Estudantil”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 25 abr. 1967, terça-feira.

As lideranças do DEE e do DNE, entidades de representação situacionistas, Süffert e Conrado Álvares manifestavam-se contra o Regime Militar em função da extinção das entidades de representação estudantil<sup>285</sup>. A reação das lideranças situacionistas, com relação ao Regime Militar, ganhava visibilidade ainda na matéria:

Não reconhecendo o decreto presidencial, o presidente do DEE, sr. Rubem Süffert declarou a ZH que sua representatividade é baseada no voto acadêmico e não na lei 4.464, de forma que passará a trabalhar por intermédio da União Estadual dos Estudantes como forma de garantir o patrimônio que pertence a 25 mil estudantes. O DEE deverá ser transformado em entidade assistencial e beneficente, de direito civil, a fim de poder continuar prestando seus serviços à classe estudantil.<sup>286</sup>

Nessa representação mais uma vez privilegiava-se, através da publicação do depoimento, a fala de uma liderança universitária situacionista. Permanecia invisível a reação das lideranças universitárias oposicionistas, com relação ao Regime Militar, nessa estratégia de visibilidade<sup>287</sup>.

A reação das lideranças oposicionistas de Porto Alegre frente à extinção das entidades de representação estudantil ganhava visibilidade na matéria que relatava reunião que decidia acerca do futuro do movimento estudantil após as medidas governamentais que punham fim ao DEE e DNE, destacando que a diretoria do DEE não aceitava a participação dos dirigentes do DCE deposto da UFRGS<sup>288</sup>. A matéria relatava que as lideranças oposicionistas decidiram romper com o DEE e fundar uma UEE-livre, realizando um congresso no mês de abril de 1967.

Nesta mesma representação, os representantes estudantis oposicionistas, com relação ao Regime Militar, questionavam o caráter assistencial e beneficente

<sup>285</sup> “*Governo acabou com os Diretórios Estudantis*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 2 mar. 1967, quinta-feira; “*Governo acaba com DEE e DNE*”, *Id.*, *ibid.*, p. 3. Sobre a extinção das entidades de representação estudantis, ganhava visibilidade ainda matéria: “*Reitor ignora o DEE fechado*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 3 mar. 1967, sexta-feira

<sup>286</sup> “*DEE e DNE impetrarão mandados*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 3 mar. 1967, sexta-feira. Sobre esse assunto, ver ainda: “*Estudantes vão apelar a Costa*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 4 mar. 1967, sábado; “*Estudantes vão a Costa por um DNE legal*”, *Id.*, *ibid.*, p. 2.

<sup>287</sup> Na mesma lógica, destacava-se matéria: “*Estudantes criam DEE assistencial*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 6 mar. 1967, segunda-feira.

<sup>288</sup> “*Estudantes fundam UEE-Livre*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 3 abr. 1967, segunda-feira.

que o DEE buscava tomar e sua posição de oposição apenas após serem colocados na ilegalidade; antes eles apresentavam, segundo estes representantes “*completa submissão à Lei Suplicy*”<sup>289</sup>. A representação seguia destacando:

O objetivo dos dirigentes das 28 entidades que romperam com o DEE, entre as quais se encontram o DCE-PUC e quase todos os Diretórios Acadêmicos da UFRGS, é agora de “conduzir a defesa dos interesses dos estudantes gaúchos por uma trajetória de afirmação autônoma, democrática e livre”<sup>290</sup>.

Essa representação agia na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, uma vez que tornava visível a rivalidade dos grupos divergentes no interior do movimento estudantil universitário de Porto Alegre. No entanto, é importante destacar que os depoentes não eram nomeados, como ocorria nas representações que se referiam aos universitários situacionistas.

Sobre a reação das lideranças depostas do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e formação o DCE-Livre, ganhava visibilidade ainda na imprensa matéria destacando a proibição, por parte da direção da Faculdade de Medicina, de reunião das lideranças depostas no Centro Acadêmico da referida faculdade. Esta representação destacava: “*Os estudantes da UFRGS afirmavam que o encontro será realizado naquele local, de qualquer maneira*”<sup>291</sup>. O resultado da realização da reunião do DCE-Livre no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina causara a deposição da diretoria deste Centro. A reação dos universitários ganhava visibilidade conforme matéria que afirmava:

Tanto o Centro Acadêmico como a União Nacional dos Estudantes de Medicina divulgaram manifestos denunciando o “ato de força” da direção da Faculdade, “no momento em que o próprio governo prega o diálogo”<sup>292</sup>.

---

<sup>289</sup> Id., *ibid.*

<sup>290</sup> Id., *ibid.*

<sup>291</sup> “*Medicina proíbe reunião do DCE*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 14 abr. 1967, sexta-feira. Essa questão ganhava visibilidade ainda conforme as matérias: “*Suspensão diretório da medicina / congresso dce-livre deu punições*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 17 abr. 1967, segunda-feira; “*Reunião proibida fecha centro acadêmico*”, Id., *ibid.*, p. 2.

<sup>292</sup> “*Direção da medicina quer novas eleições*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 18 abr. 1967, terça-feira.

Nesta representação, percebemos que não eram publicados os manifestos dos universitários opositores na íntegra, como ocorria com o material enviado pelas lideranças universitárias situacionistas<sup>293</sup>, em uma estratégia de visibilidade diferenciada.

A reação dos universitários opositores às ações dos componentes do Regime Militar, além dos manifestos, era as manifestações de rua. Essas conquistavam visibilidade apenas de maneira indireta, quando os componentes do Regime Militares a elas se referiam:

Respondendo a um pedido de informações do senador Guido Mondin sobre os recentes acontecimentos estudantis, o governador Peracchi Barcellos enviou radiograma dizendo que o governo ainda não se pronunciou a respeito face à reduzida expressão do fato [...]. O governador disse que a Secretaria de Segurança só investiu quando, já na frente da Matriz, as fileiras estudantis “foram engrossadas por elementos estranhos à classe e conhecidos, não só as autoridades como também da população, como subversivos, inclusive cassados”<sup>294</sup>.

Essa representação privilegiava a fala do governador do Rio Grande do Sul ao tratar das manifestações dos estudantes<sup>295</sup>. Não era levado em consideração, na elaboração da representação, o depoimento dos universitários, em uma estratégia de visibilidade diferenciada.

Com relação à reestruturação das entidades de representação estudantis, percebemos na maior parte das matérias o destaque aos depoimentos e descrição de ações das lideranças e universitários situacionistas, com relação ao Regime Militar. Destacavam-se ainda os depoimentos dos componentes do Regime Militar. Os estudantes universitários opositores ganhavam visibilidade apenas de

<sup>293</sup> As tentativas de organização de uma União Estadual de Estudantes-livre por parte das lideranças opositores, com relação ao Regime Militar, também ganhavam visibilidade na imprensa, conforme matéria: “*BM impede comício da UEE livre*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 16 maio 1967, terça-feira.

<sup>294</sup> “*Ibá quer completar obra da Revolução / Agitadores atuam entre estudantes*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 20 maio 1967, sábado; “*Peracchi diz que cassados agitam*”, *Id.*, *ibid.*, p. 2.

<sup>295</sup> Na mesma lógica ganhavam visibilidade matérias: “*IBÁ: ‘Há agitadores entre estudantes.*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 20 maio 1967, sábado; “*Ibá denuncia: revanchistas usam estudante para agitar*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 31 maio 1967, quarta-feira; “*Ibá: agitadores usam moços para o caos*”, *Id.*, *ibid.*, p. 2. Ainda sobre o assunto, ver: “*Legislação estudantil vai sofrer alterações*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15: Casas de Ensino, 3 jan. 1968, quarta-feira.

maneira indireta, quando algum dos grupos anteriormente citados a eles se referia. Ou seja, percebemos a ênfase na reprodução do discurso dos componentes do Regime Militar, legitimando-o, através do espaço de visibilidade diferenciado. Destacamos também a homogeneidade do discurso das diferentes empresas jornalísticas ao abordar este assunto.

#### 4.5 *Diálogo com Estudantes*

Na medida em que se acirravam os embates entre os componentes do Regime Militar e os estudantes oposicionistas, a partir das ações dos primeiros que atingiam os estudantes, com relação a este Regime, ganhava visibilidade a proposta de diálogo entre os grupos em conflito conforme aparecia na matéria:

O anunciado “debate” ou “diálogo” do ministro da Educação e Cultura com alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul durou apenas um pouco mais de um minuto, tendo, ao final, o prof. Raimundo Moniz de Aragão recebido uma vaia de parte de aproximadamente 40 estudantes. [...] O prof. Moniz de Aragão esclareceu, então, que nunca pretendeu debater com os alunos os problemas internos da Universidade, ainda mais que estava no fim de sua gestão. De qualquer forma, não se recusava a manter um encontro com os estudantes<sup>296</sup>.

A representação privilegiava o depoimento dos componentes do Regime Militar, enquanto os universitários não eram nomeados e não ganhavam visibilidade para sua fala. A representação ainda desqualificava a ação dos universitários, destacando que estes impediram o diálogo com sua vaia<sup>297</sup>.

<sup>296</sup> *Ministro vaiado por um grupo de estudantes*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 12 mar. 1967, domingo.

<sup>297</sup> Os universitários oposicionistas de Porto Alegre buscavam diálogo com o ministro da Educação, como ganhava visibilidade através da publicação de Apedido na imprensa: “*Apedido / Dos Estudantes Gaúchos ao Ministro da Educação*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15: Casas de Ensino, 20 maio 1967, sábado. Sobre o diálogo com os estudantes, ganhava visibilidade matéria: “*Tarso Dutra Afirma Seu Desejo de Manter Diálogo Com os Estudantes*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24: contracapa, 23 maio 1967, terça-feira. O diálogo dos estudantes com os componentes do Regime Militar ganhava destaque ainda através da publicação de convite do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aos demais universitários para diálogo com o ministro da Educação, Tarso Dutra, realizado em 29 de junho de 1968, no então campus Centro da Pontifícia Universidade Católica: “*D.C.E. da U.F.R.G.S. / CONVITE*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 29 jun. 1968, sábado. Na mesma data, tornava-se visível a resposta do ministro na matéria: “*Tarso Hoje na URGS Para Diálogo*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 29

O resultado do diálogo do ministro da educação com alunos da UFRGS ganhava destaque na matéria:

O encontro do sr. Tarso Dutra com os estudantes, que compareceram ao local em número apreciável, se desenvolveu num clima de baixa tensão, considerando-se o ambiente reinante na Capital na última semana: a maioria das perguntas foram dirigidas num sentido prático relativamente, em especial, à questão de verbas para as Universidades reformulação do MEC, acordo MEC-USAID e ampliação da rede universitária nacional, em particular às cidades do interior<sup>298</sup>.

A representação privilegiava o depoimento do ministro da educação, em relação ao dos universitários, que não eram nomeados. Ou seja, percebemos a ênfase na reprodução das idéias deste nessa estratégia de visibilidade diferenciada.

Portanto, com relação à proposta de diálogo dos componentes do Regime Militar com os universitários, percebemos ênfase nos depoimentos dos componentes deste Regime nas matérias, na mesma lógica de neutralidade trabalhada anteriormente, com claro apoio, através do espaço de visibilidade diferenciado, ao novo Regime. Os estudantes universitários opositoristas ganhavam visibilidade apenas de maneira indireta, quando algum dos grupos anteriormente citados a eles se referia. Percebemos ainda a homogeneidade no discurso das representações dos diferentes jornais informativos modernos analisados.

#### *4.6 Mobilizações e Repressão das Manifestações dos Estudantes Universitários*

Uma das formas de protesto utilizadas pelos universitários opositoristas, no contexto analisado, eram as manifestações de rua. Estas buscavam apoio dos

---

jun. 1968, sábado. O diálogo ganhava visibilidade ainda em: "MINISTRO TARSO DUTRA EM DEBATE COM UNIVERSITÁRIOS", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 68: contracapa, 30 jun. 1968, domingo.

<sup>298</sup> "Ministro Tarso Dutra debateu 3 horas com estudantes gaúchos", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 2 jul. 1968, terça-feira.

demais setores da sociedade e ainda o interesse por parte dos componentes das empresas jornalísticas, conforme analisado anteriormente. No entanto, essas manifestações não eram unanimidade, uma vez que reações a elas também ganhavam visibilidade nas páginas da imprensa:

Estamos, [...] diante de mais uma prova de que uma fração daqueles rapazes que deveriam aproveitar o seu tempo no estudo da matéria de seus programas escolares, [...] se acha firmemente decidida a contribuir para a luta contra as instituições que ainda não há muito mais de três anos a Nação deliberou defender com o risco de sua própria existência. Em outras palavras, estão esses moços dispostos a participar do combate sem mercê em que se engolfaram os três governos que lideram no mundo o movimento subversivo contra as democracias: o de Moscou, o de Pequim e, mais perto de nós, o de Havana<sup>299</sup>.

A representação, presente em um jornal dominical, que atingia um público maior e mais variado do que o jornal semanal<sup>300</sup>, apesar de ser construída partindo da realidade da capital paulista, era responsável pela construção de uma representação do movimento estudantil universitário, que poderia ser estendida aos universitários porto-alegrenses, uma vez que o ano de 1967 apresentava conflitos entre estes e as autoridades policiais da capital gaúcha. Nesta representação, a repressão aos universitários era justificada, uma vez que estes eram “*insubordinados*”, portanto, contrários à ordem, portanto, reproduzia-se a lógica do Regime Militar de manutenção da ordem para buscar o progresso. Estava presente ainda a lógica de defesa da Nação do comunismo internacional.

As manifestações dos estudantes universitárias de Porto Alegre ganhavam visibilidade ainda na matéria falando sobre “*as agitações e atentados praticados no centro da cidade*”, na qual o secretário de Segurança afirmava:

Mas a situação já está totalmente dominada. Tropas da Brigada Militar encontram-se nas ruas para garantir a tranqüilidade que foi quebrada ontem pelos baderneiros, que nada mais são do que meninos teleguiados [...] [por] certos políticos ou politiquieiros inconformados e frustrados. [...] Por essa vez

<sup>299</sup> “*Apedido / A tolerância tem limite / ‘Transcrito de O Estado de São Paulo’ de 5/7/1967*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 9 jul. 1967, domingo.

<sup>300</sup> Conforme discutido anteriormente no capítulo: “*Movimento Estudantil Universitário x Regime Militar*”.

ainda resolvemos agir com ponderação, mas que tudo pare por aí, pois do contrário usaremos a energia que o direito nos assegura para manter a paz e a tranqüilidade<sup>301</sup>.

Essa representação privilegiava o depoimento do general Ibá Ilha Moreira ao abordar as manifestações dos universitários, não havendo espaço para depoimento dos universitários opositoristas, nessa matéria, conforme estratégia de visibilidade.

Falando sobre as mobilizações estudantis, destacava-se a matéria com comentário sobre a fala de Costa e Silva ao proferir a aula inaugural da Universidade Católica de Pelotas:

... Mas, em meio às evocações históricas e às palavras de sensibilidade agradecida, foi sobretudo de alta oportunidade e de singular expressão o que disse especialmente à juventude do Brasil. Na hora em que tantas vezes surgem tentativas de arrastar o idealismo, o ímpeto natural, a audácia e o destemor dos jovens para a agitação e o tumulto, para a destruição e a baderna, o Presidente Costa e Silva, proclamando sem meias palavras que o mundo vive uma fase de mudanças, uma fase em que não tem mais lugar o comodismo e a indiferença em face dos problemas sociais agravados, bem caracterizou o papel dos moços<sup>302</sup>.

Essa representação também demonstra a lógica de privilegiar os depoimentos dos componentes do Regime Militar, em detrimento do posicionamento dos universitários, em estratégia de visibilidade diferenciada.

Manifestando-se sobre a morte do estudante Edson Luís, ocorrida no Rio de Janeiro, em março de 1968, ganhava visibilidade representação construída a partir de nota da UEE do Rio Grande do Sul:

“Quando morreu, com uma bala assassina no peito, o estudante Edson Luís, na Guanabara, a Nação brasileira foi sacudida pela emoção e vestiu-se de luto. Todos, aparentemente, solidarizaram-se com a dor dos estudantes, enquanto muitos desses acusam o governo por eles classificado de ditatorial – pela tragédia do dia 29 de março. A União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul ainda que profundamente sensibilizada pela morte trágica do colega, não pode deixar de expor racionalmente o seu pensamento, ainda que isto possa, num primeiro instante, ferir à sensibilidade alheia<sup>303</sup>.”

<sup>301</sup> “*Ibá acusa agitadores*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 16-17: Central, 3 abr. 1968, quarta-feira. Na mesma lógica, destacava-se matéria: “*Ibá: revanchismo não nos preocupa*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 15, 4 abr. 1968, quinta-feira.

<sup>302</sup> “*Mensagem aos moços*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 10 abr. 1968, quarta-feira.

<sup>303</sup> “*Manifesto do presidente da UEE sobre distúrbios*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.11: Casas de Ensino, 10 abr. 1968, quarta-feira.

Essa representação tornava visível a fala das lideranças universitárias situacionistas e, de maneira indireta, através da crítica dos universitários situacionistas, ganhavam visibilidade os universitários opositoristas. Portanto, privilegiava-se a fala das lideranças situacionistas, nessa estratégia de visibilidade.

Destacando a função da Universidade no contexto analisado, ganhava visibilidade a matéria que destacava telegrama do governador do Rio Grande do Sul ao novo reitor da UFRGS:

“... A Universidade tem nesta hora extraordinária importância na consolidação definitiva dos ideais que inspiraram a revolução de março e que, a par da reforma dos métodos e costumes e em todos os campos da atividade, visa muito especialmente a integração da mocidade na obra desenvolvimentista do país, em que se empenha afanosamente o atual governo. Suas qualificações mentais, sua cultura e seu dinamismo, estou certo, serão postos a serviço de tão empolgante causa, na qual estão integrados e muito se empenham quantos neste país desejam assegurar dias tranquilos e prósperos para o nosso Brasil”<sup>304</sup>.

Nessa representação, ganhava visibilidade o depoimento do governador com relação às manifestações dos universitários. Ou seja, era privilegiado o depoimento de um componente do Regime Militar, sem que houvesse espaço de visibilidade direta aos universitários. Estes apareciam apenas quando referidos na fala do governador<sup>305</sup>.

A violenta repressão das manifestações estudantis aparecia ainda na matéria:

Foi quase cômico o episódio da Faculdade de Medicina. Depois de tomarem o prédio, os estudantes quiseram ver como iam as coisas na frente da Faculdade de Filosofia. Quando tentaram voltar, a Faculdade, que lhes

<sup>304</sup> “Peracchi Saúda o Novo Reitor da Universidade”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24: contracapa, 9 maio 1968, quinta-feira. Ainda condenando as mobilizações, ganhava visibilidade a matéria: UTINGUASSÚ, Osmar. “Na fogueira das rebeliões”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 21 jun. 1968, sexta-feira. Na mesma lógica, destaca-se o artigo assinado: CORÇÃO, Gustavo. “Precisamos ajudar os estudantes”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 23 jun. 1968, domingo. A mesma lógica de condenação das mobilizações estudantis ganhava visibilidade na coluna “A semana política”, de *Correio do Povo*: “Onda de insatisfações e violências”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.9, 23 jun. 1968, domingo; “Irracionalidades animalizantes – A que poderá levar a violência revolucionária”, *Id*, *ibid*.

<sup>305</sup> Sobre a mobilização dos universitários na UFRGS destacava-se ainda matéria com transcrição de comunicação de presidentes de Centros Acadêmicos ao Reitor, destacando as exigências dos estudantes para melhoria das universidades e a resposta do reitor que criticava a ação dos estudantes: “Acadêmicos anunciam concentração na UFRGS: resposta ao Reitor”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.11: Casas de Ensino, 25 jun. 1968, terça-feira.

serviria de QG já estava bem fechada. Então resolveram vir ao centro, onde foram dispersados no estilo costumeiro<sup>306</sup>.

Neste trecho, os jornalistas abordavam com ironia a banalização da violência policial contra os estudantes, além de desqualificar a mobilização destes. A representação seguia afirmando:

Quem valorizou, por assim dizer, a manifestação estudantil de ontem, foi justamente a polícia. Não fosse isto, não fosse a violência posta em prática indiscriminadamente, e o acontecimento não teria alcançado maior repercussão, pois os estudantes em nenhum momento conseguiram sensibilizar a massa popular, mesmo quando se dirigiam às pessoas que em grande número aguardavam condução no mercado público.<sup>307</sup>

Neste trecho mais uma vez percebemos a tentativa de desqualificação da mobilização dos estudantes por parte dos componentes da empresa jornalística. Esta representação tornava visível ainda a reprodução do discurso dos componentes do Regime Militar de identificação das manifestações da oposição com a falta de ordem, apesar de realizar críticas à repressão empregada pelas forças policiais deste Regime por parte da empresa jornalística. Essa crítica estava presente ainda no trecho:

Com energia e violência, a Polícia Militar da Brigada dissolveu ao anoitecer de ontem, no centro da cidade, uma manifestação estudantil na qual os jovens utilizavam seus costumeiros “slogans” de repúdio à “ditadura” e ao “imperialismo”<sup>308</sup>.

Nesta parte da representação, colocando os termos entre aspas, os autores da reportagem buscavam isentar-se das acusações feitas ao Regime Militar pelos universitários opositoristas a este Regime. Demonstra ainda que não ocorriam novidades que justificassem a violência empregada (eram eventos “*costumeiros*”), ou seja, apesar das críticas à violência, nesta representação reproduzia-se a lógica da Doutrina de Segurança Nacional do Regime Militar de manutenção da ordem necessária para atingir o pleno desenvolvimento nacional. Outro trecho da

<sup>306</sup> “*Manifestações estudantis geram choques com a Brigada no Centro*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.22: contracapa, 26 jun. 1968, quarta-feira.

<sup>307</sup> Id., *ibid.*

<sup>308</sup> Id., *ibid.*

representação trazia a interpretação da liderança da União Estadual de Estudantes, Adalberto Pasqualoto:

... “acontecimentos de triste memória para os que se arrogam o título de “líderes” foram registrados hoje em Porto Alegre, quando frustrada concentração estudantil se realizou em frente ao prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”. Passa então a condenar a referida concentração, observando o número reduzido de presentes e o fato de que os Diretórios Acadêmicos promotores tenham sido justamente aqueles ausentes na reunião promovida pelo reitor Faraco<sup>309</sup>.

A representação privilegiava a fala das lideranças universitárias situacionistas, na crítica às mobilizações dos universitários oposicionistas, ou seja, estes só conquistavam visibilidade de maneira indireta, quando os situacionistas a eles se referiam<sup>310</sup>. Assim, ganhavam ênfase os depoimentos dos universitários situacionistas, nesta estratégia de visibilidade diferenciada.

A reação dos representantes do Regime Militar com relação às manifestações estudantis aparecia ainda na matéria que apresentava ainda nota do governador do Rio Grande do Sul:

Manifestando-se novamente a respeito dos acontecimentos estudantis, em Porto Alegre, o governador Walter Peracchi Barcellos voltou a condenar o que ele denomina de “minorias extremadas, a serviço da agitação, que procuram implantar a desordem e a anarquia, envolvendo nessa manobra a classe estudantil”<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> Id., *ibid.*

<sup>310</sup> Sobre o ambiente universitário de Porto Alegre, ganhava visibilidade ainda a matéria: “*Ambiente Universitário Tenso: Novas manifestações programadas*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24: contracapa, 27 jun. 1968, quinta-feira. Ainda sobre as mobilizações estudantis, ganhavam visibilidades as matéria: “*Não Saiu a Passeata e Estudantes Resolveram Ocupar Fac. de Filosofia*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 28 jun. 1968, sexta-feira; “*Comandante da Brigada Militar Expediu Nota de Alerta à População*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 28 jun. 1968, sexta-feira; “*Nova Manifestação de Estudantes Dissolvida no Largo da Prefeitura*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 29 jun. 1968, sábado. A reação dos universitários ganhava visibilidade ainda na matéria: “*Repúdio à Violência / Diretórios Apela Para o Bom Senso*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 29 jun. 1968, sábado.

<sup>311</sup> “*Governo do Estado Adverte: Agirá com energia para preservar a ordem*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18: contracapa, 29 jun. 1968, sábado.

Nessa representação há publicação de material enviado e, a fala dos universitários opositores, não ganhava visibilidade<sup>312</sup>, nessa estratégia de visibilidade diferenciada<sup>313</sup>.

Destacamos ainda representação construída a partir da declaração do chefe do Departamento da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, general Ito do Carmo Guimarães:

Ultimamente [...] estivemos mais atentos no setor estudantil. Afirma que o estudante gaúcho não traz maiores preocupações às autoridades, “porque adotou uma política totalmente diferente dos demais estudantes do País”. Diz que nas reuniões universitárias deste último período, ficou evidente a orientação dos estudantes para o sentido das reivindicações justas e não para a agitação. “[...] Por isso, estamos tranquilos e depositamos um voto de confiança nos jovens estudantes gaúchos”<sup>314</sup>.

Ou seja, privilegiava-se depoimento de um componente do Regime Militar na construção da matéria, enquanto permanecia invisível o depoimento dos universitários, nessa estratégia de visibilidade diferenciada.

A organização de uma passeata dos universitários porto-alegrenses em 6 de setembro de 1968 também se destacava em matéria que relatava a reunião de estudantes na Praça Rui Barbosa, centro de Porto Alegre, a partir das 19 horas para a entrega de panfletos com o título de “*Sete de Setembro não é dia de festa, é dia de luta*”. A matéria concluía:

Logo após três estudantes subiram no pára-choque de um ônibus e gritaram: “abaixo a ditadura”. Isto feito misturaram-se na multidão. Não houve interferência dos policiais, pois tudo se passou rapidamente. Tudo indica que

<sup>312</sup> Manifestando-se contra a violência policial utilizada em Porto Alegre, como em outros locais do Brasil, a fim de reprimir as mobilizações de oposição ao Regime Militar feitas pelos universitários destacava-se matéria: “*Casa do Estudante protesta contra autoridades policiais*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 2 jul. 1968, terça-feira. A repressão às reuniões dos universitários não ocorria apenas por parte das forças policiais, conforme ganhava visibilidade na matéria: “*Intervenção no Diretório Acadêmico da Arquitetura*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 17 jul. 1968, quarta-feira.

<sup>313</sup> A possibilidade de repressão às manifestações universitárias ganhava visibilidade nas matérias: “*Exército vai reprimir manifestações estudantis*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 43: coluna Forças Armadas, 5 ago. 1968, segunda-feira; JOCKYMAN, Sérgio. “*O Relatório*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 6 ago. 1968, terça-feira.

<sup>314</sup> “*Estudantes aqui apenas reivindicam*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 20 ago. 1968, terça-feira; “*Estudante não Preocupa*”, Id., *ibid.*, p. 11.

os estudantes reiniciarão no mês de setembro o movimento de julho que culminou com muita pancadaria nas ruas da Capital gaúcha<sup>315</sup>.

Através desta representação, percebemos que, apesar de conferir espaço de visibilidade à mobilização dos estudantes universitários oposicionistas de Porto Alegre, com relação ao Regime Militar, há uma condenação, por parte dos componentes da empresa jornalística das manifestações estudantis no sentido de relacioná-lo com a violência.

O relato da visita do presidente da República à PUCRS<sup>316</sup> também destacava a repressão sofrida pelos universitários que se posicionavam contrários ao Regime Militar e o protesto por parte destes. Nessa representação, aparecia ainda o texto de um panfleto distribuído pelos universitários componentes do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia desta Universidade:

“A Diretoria do CAEE-PUC comunica que não se fará representar na recepção oferecida ao Marechal Costa e Silva por não concordar com as diretrizes político-educacionais do governo, política esta que se caracterizou pela constante intervenção nos órgãos de representação estudantil, impedindo desta maneira a livre manifestação dos estudantes na sua crítica a uma Universidade desatualizada. Não queremos alterar o caráter estrutural do ensino, queremos e nos sentimos capazes de participar na elaboração de uma nova Universidade”<sup>317</sup>.

Ou seja, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, ganhava visibilidade na representação a crítica, por parte dos universitários oposicionistas, ao Regime Militar.

Assim, com relação às manifestações realizadas pelos universitários porto-alegrenses, percebemos a ênfase nos depoimentos das autoridades do Regime Militar e das lideranças universitárias situacionistas nas matérias, com claro apoio, através do espaço de visibilidade diferenciado, ao novo Regime. Apesar de algumas

<sup>315</sup> “*Tentativa de comício na Parobé*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 9 set. 1968, segunda-feira.

<sup>316</sup> “*Na PUC, presidente inaugurou pavilhão sem formalidades*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 17 set. 1968, terça-feira.

<sup>317</sup> “*CAEE protestou com manifesto*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 17 set. 1968, terça-feira.

matérias destacarem o depoimento ou conferirem visibilidade aos materiais produzidos pelos universitários opositores, a maior parte das matérias encontradas confere visibilidade privilegiada aos seus componentes e às lideranças universitárias situacionistas. Os estudantes universitários opositores ganhavam visibilidade apenas de maneira indireta, quando algum dos grupos anteriormente citados a eles se referia. Identificamos mais uma vez a homogeneidade no discurso das representações dos diferentes jornais informativos modernos analisados.

## **5. Rivalidades do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre na Imprensa: Política Estudantil**

Destacamos anteriormente que o movimento estudantil universitário não pode ser analisado como um bloco fechado, uma vez que, no seu interior, estava presente tanto o grupo de estudantes posicionados em oposição ao Regime Militar e que o combatiam, através das entidades de representação estudantil organizadas em período anterior e colocadas na ilegalidade a partir de abril de 1964, como o grupo que procurava trabalhar dentro da lógica deste Regime, a partir das entidades criadas por seus componentes. Neste capítulo, buscaremos demonstrar como essa rivalidade entre os grupos ganhava visibilidade na imprensa e os momentos em que os diferentes grupos agiam em favor de um interesse comum.

### *5.1 Reestruturação da Política Estudantil*

Uma preocupação no período de instalação do Regime Militar Brasileiro era com a reestruturação da política estudantil. Essa redefinição ocorria na lógica de afastar desta atividade os grupos opositores do novo regime, conforme analisado anteriormente. Em maio de 1964 a imprensa já destacava a preocupação do III

Exército com as eleições da entidade de representação dos estudantes universitários gaúchos<sup>318</sup>.

Justificando a intervenção nas entidades estudantis e o adiamento das eleições destas por parte do Regime Militar, apresentava-se matéria utilizando comunicado da UEE. O material enviado por esta entidade era publicado diretamente após o comentário “*Recebemos*” por parte do jornal:

... estão proibidas segundo determinação do comandante do III Exército todas as atividades políticas estudantis. Assim sendo, não estão sendo permitidas as eleições para preenchimento de cargos nos diversos Centros Acadêmicos. [...]Tal medida provém do fato de não haver ainda clima para realização de eleições no meio estudantil. Dentro do que estiver no campo das possibilidades, serão feitos esforços urgentes para que se restabeleça um ambiente propício para que a situação das diversas entidades volte à seqüência normal de suas atividades administrativas, não podendo ser possível estabelecer prazo fixo para isso<sup>319</sup>.

Esta representação demonstra a opção da empresa jornalística de publicar o comunicado das lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar, sem que houvesse um contraponto através da fala das lideranças universitárias oposicionistas. Ou seja, ganhava visibilidade na imprensa apenas a construção desta entidade de representação dos estudantes universitários controlada pelos representantes do novo Regime<sup>320</sup>, sem a crítica dos que não a aceitavam, nessa estratégia de visibilidade diferenciada.

Ainda sobre política estudantil, destacava-se na imprensa matéria, afirmando que os diretores das faculdades deveriam indicar as direções dos centros

<sup>318</sup> Correio do Povo destacava a preocupação do Regime com a política estudantil em matéria intitulada “*Prometem os delegados / Eleições na UEE dentro do menor prazo possível*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 maio 1964, quinta-feira, p. 14: Casas de Ensino.

<sup>319</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 maio 1964, quinta-feira, p. 13: Casas de Ensino.

<sup>320</sup> Sobre este assunto, ver em *Correio do Povo*: “*Segunda-feira a eleição para o Diretório Nacional de Estudantes*” (p. 9, 7 jan., 1966, sexta-feira.), “*Estudantes vão eleger diretório em Brasília*” (p. 9, 12 jan., 1966, quarta-feira. Na construção desta representação, o jornal destacava a falta de representatividade entre os universitários para a eleição do DEE ao afirmar: “*Com apenas onze delegações, representantes dos diretórios estaduais, instalou-se ontem o Congresso Nacional dos Estudantes para eleição do primeiro Diretório Nacional de Estudantes, criado pela Lei Suplicy de Lacerda*”.) e “*Vitória do candidato gaúcho / Paulo Gouvêa da Costa eleito para o Diretório Nacional de Estudantes*” (p. 6, 14 jan., 1966, sexta-feira.).

acadêmicos e outras associações, enquanto as eleições estivessem suspensas. A justificativa apresentada na matéria para tal decisão destacava:

... considerando que as associações de estudantes não podem transcender [SIC] em seus propósitos e em sua ação, aos lindes da Universidade; considerando que a União Nacional dos Estudantes, a que a FEURGS se encontra filiada, têm contrariado esta diretiva impostergável; considerando que estão suspensas, por determinação do Conselho de Segurança Nacional, as atividades coletivas, ainda internas das associações de estudantes<sup>321</sup>.

Na mesma lógica, em 6 de junho, destacava-se matéria apresentando a indicação dos alunos componentes desta entidade de representação estudantil pelo reitor da Universidade. Este afirmava que as eleições "*serão realizadas quando autorizadas pelo Conselho de Segurança Nacional*"<sup>322</sup>. Ou seja, nos dois casos anteriormente citados, apesar do discurso de neutralidade presente nas empresas jornalísticas, não se abria espaço para depoimentos contrários às decisões governamentais apresentadas, como se essas tivessem ampla aceitação.

Como contraponto, na lógica de neutralidade, a imprensa conferia espaço de visibilidade ao protesto dos estudantes, buscando defender a autonomia de seus órgãos de representação, como a publicação de representação discursiva a partir de nota de protesto do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS que buscava defender em juízo os direitos do Corpo Docente da Faculdade de Filosofia:

A nota oficial, que vem assinada pelo presidente deposto, acadêmico Flávio Koutzii considera o ato da direção de Filosofia como "arbitrário" e "contrário à legislação em vigor no País", pois, segundo frisa, "fere frontalmente o inalienável direito dos estudantes de escolher, por voto livre e universal, direto e secreto, seus dirigentes e representantes, na forma da legislação vigente" A mesma nota conclama todos os estudantes a que acompanhem, de perto, o trabalho da questão, "visto estar em jogo a autonomia dos Centros Acadêmicos"<sup>323</sup>.

Esta representação destacava o depoimento de uma liderança oposicionista, com relação ao Regime Militar, na lógica de neutralidade. No entanto, apresentando-

<sup>321</sup> "Conselho Universitário dispõe sobre as atividades estudantis / Reitor e Diretores nomearão dirigentes": *Correio do Povo*, Porto Alegre, , p. 13: Casas de Ensino, 3 jun 1964, quarta-feira.

<sup>322</sup> "FEURGS: Nomeada Nova Diretoria", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 6 jun 1964, sábado.

<sup>323</sup> "Filosofia da URGs: Estudantes Vão à Justiça por Autonomia", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 3 ago 1964, segunda-feira.

o como “*presidente deposto*”, buscava desqualificar sua fala. Importa ainda destacar que, na construção da representação, não se publicava na íntegra o texto da nota distribuída pelos estudantes, mas traçava outro texto, utilizando algumas partes da nota<sup>324</sup>.

Ainda sobre as eleições estudantis, destacava-se:

Atendendo a reivindicações estudantis, o III Exército resolveu permitir a realização de eleições para os cargos de presidente e vice-presidente da União Estadual de Estudantes, entidade máxima de representação dos universitários gaúchos. Nesse sentido, o coronel Nathanael Gomes Álvares, interventor nesta entidade, está divulgando com data de 1º de setembro, um edital de convocação de um Congresso Extraordinário da UEE, pois o pleito – ao contrário do que estabelecem os estatutos da União deverá ser indireto<sup>325</sup>.

Essa representação torna visível, de maneira indireta, pois é construída a partir de decisão de representantes do Regime Militar, a reivindicação dos estudantes gaúchos por eleições em sua entidade de representação estadual. Ou seja, os componentes do novo Regime eram depoentes privilegiados, enquanto os universitários apareciam apenas indiretamente quando eram por estes referidos. As eleições deveriam ter sido realizadas em maio, de acordo com calendário da entidade, contudo, em abril, com a instalação do Regime Militar e deposição da diretoria da UEE, ficaram suspensas. De acordo com a mesma matéria, estavam respondendo pela entidade os acadêmicos Airton Nogueira e Paulo Gouvêa da Costa, representantes, respectivamente, do Diretório Central dos Estudantes da PUC e da Federação de Estudantes Universitários Particulares.

As disputas entre os ex e atuais dirigentes da UEE destacava-se na matéria:

Defendendo-se de acusações contra eles formuladas pela Comissão de Inquérito na União Estadual dos Estudantes e ao mesmo tempo anunciando que não aceitarão nenhum acordo amigável com os atuais dirigentes da

<sup>324</sup> A discussão seguia neste jornal em 5 de agosto (“*TJ Julgará Mandado dos Estudantes de Filosofia*”, quarta-feira, p. 10), 26 de agosto (“*Filosofia da URGs: mandado contra reitoria do CA foi ao procurador da república*”, quarta-feira, p. 19) e 25 de setembro (“*Ensino*”, coluna Assembléia, sexta-feira, p. 5). Em *Correio do Povo*, ganha esta questão ganha visibilidade em 25 de setembro (“*Justiça não conhece o mandado de segurança dos universitários*”, sexta-feira, p. 12). Essas notícias conferiam visibilidade à atuação dos estudantes contra as medidas do Regime Militar.

<sup>325</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, “*III Exército Libera Eleições / Novos dirigentes da UEE serão escolhidos dia 19*”, 11 set 1964, sexta-feira, p. 17: Casas de Ensino.

entidade, recebemos a seguinte nota dos acadêmicos Paulo Renato Crochemore, Paulo Tomás da Costa Fiori e Ivo Mânica<sup>326</sup>.

Após este comentário, o jornal transcrevia documento dos estudantes, esclarecendo algumas notícias divulgadas na imprensa<sup>327</sup>. Esta representação apresentava, na lógica de neutralidade, fala das lideranças universitárias oposicionistas, com relação ao Regime Militar.

Ainda sobre a problemática das eleições universitárias, a matéria "*Titular da Educação veta eleições nas Faculdades*" destacava:

O ministro da Educação, sr Flávio Suplicy de Lacerda, informou ontem ter proposto aos reitores das Universidades estaduais o adiamento sine die das eleições estudantis, declarando que "os comunistas tem vencido os pleitos nos diretórios e centros acadêmicos porque os estudantes democratas se omitem"<sup>328</sup>.

Percebemos na representação discursiva o depoimento privilegiado do ministro da educação e cultura sem que houvesse o contraponto com a fala dos universitários, que apenas aparecem quando o ministro a eles se refere, nessa estratégia de visibilidade diferenciada das empresas jornalísticas.

Na tentativa de controlar as eleições estudantis, intensos debates eram travados entre os representantes do Regime Militar. Estes debates ganhavam visibilidade na imprensa, conforme matéria a seguir:

... a regulamentação das eleições nos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de todo país, poderia ser examinado pelo presidente Castelo Branco juntamente com o anteprojeto que cria o Conselho Nacional dos Estudantes e extingue a União Nacional dos Estudantes [...]. Segundo declarações do Ministério da Educação, foi feita uma sugestão aos Conselhos Universitários das Universidades brasileiras no sentido de que suspendam as eleições nos Diretórios Acadêmicos, até que estejam concluídos os diversos inquéritos que foram instaurados no meio universitário"<sup>329</sup>.

<sup>326</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, "Ex-dirigentes da UEE não aceitam as propostas para um acordo amigável", 16 set 1964, quarta-feira, p. 14 Casas de Ensino.

<sup>327</sup> As representações da imprensa demonstrando as disputas entre os diferentes grupos presentes no interior do movimento estudantil aparecem ainda nas matérias: "*Delegados respondem aos ex-dirigentes da UEE*" (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 set. 1964, quinta-feira, p. 14: Casas de Ensino) e "*Antiga diretoria da UEE refuta novamente as acusações contra ela*" (Id., ibid., 18 set. 1964, sexta-feira, p. 9: Casas de Ensino).

<sup>328</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 set 1964, quarta-feira, p. 13: Casas de Ensino: grifos na matéria.

<sup>329</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, "Reitores vão debater eleições estudantis", 24 set. 1964, quinta-feira, p. 14: Casas de Ensino.

A mesma matéria destacava a reação dos estudantes:

Em consequência da notícia de suspensão das eleições nos Diretórios Acadêmicos, uma comissão estudantil que prepara gestões para reformulação das representações universitárias e críticas à extinção da UNE, está apresentando o relatório a ser entregue ao Chefe da Nação. Afirmou que incluirá um capítulo especial, o qual exortará o Presidente da República a necessidade de realizarem em suas datas já fixadas, as eleições nos órgãos estudantis, a fim de que não se interrompa o processo democrático na Universidade<sup>330</sup>.

Ou seja, mais uma vez a representação privilegiava a fala dos componentes do Regime Militar e tornava visível o posicionamento dos universitários sem nomeá-los. Assim, preocupando-se com a imagem de neutralidade, os jornais procuravam conferir espaço de visibilidade aos diversos grupos envolvidos no processo de instalação do Regime Militar, ainda que de maneira indireta, uma vez que a representação era construída relatando as ações destes e não colocando depoimentos destes ou documentos por estes enviados. O trecho final da representação destaca ainda a disputa entre diferentes grupos de estudantes:

A derrota das chapas democráticas nas eleições efetuadas na Faculdade de Engenharia e de Direito, ambas da Universidade do Brasil, e na Federação Estudantil da Universidade de Brasília, foram atribuídas ao ambiente universitário ainda não saneado e às chapas democráticas com nomes pouco atuantes, havendo uma carência de lideranças autênticas no campo democrata<sup>331</sup>.

Podemos perceber, a partir da representação, a busca de visibilidade dos universitários situacionistas, com relação ao Regime Militar, os “*democratas*”, nas entidades de representação estudantil. No mesmo trecho a representação destaca ainda a lógica de saneamento das Universidades, com a necessidade de retirada dos opositores, ou seja, reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar, legitimando-o. No mesmo sentido, representação da imprensa sobre a UEE destacava a necessidade de controlar o funcionamento desta entidade por parte dos representantes administrativos das Universidades:

---

<sup>330</sup> Id., *ibid.*

<sup>331</sup> Id., *ibid.*

Vem o Conselho Federal da Educação de designar o reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, prof. José Carlos Milano, para supervisionar o funcionamento da União Estadual dos Estudantes. A comunicação chegou em telegrama do Conselho, havendo o Reitor da URGs recebido atribuições “para fiscalizar o funcionamento da diretoria da UEE, bem como adotar as providências necessárias à convocação de eleições, desde já, para o dia 30 de agosto vindouro<sup>332</sup>”.

Assim, percebemos que esta representação era construída a partir das ações dos componentes do Regime Militar através da transcrição de documento deste por parte do jornal, que ainda intercalava-o com comentários. Além do documento, o jornal utilizava o depoimento do reitor para a construção da representação, conforme segue:

Em contato ontem com a reportagem, o reitor José Carlos Fonseca Milano informou ter entrado logo em entendimentos com os atuais dirigentes da UEE, objetivando dar integral cumprimento à referida determinação. Por outro lado, acentuou que “não tomará nenhuma atitude arbitrária com relação à entidade, motivo pelo qual iniciou gestões com seus atuais dirigentes, cujos mandatos findam no corrente mês”. Aduziu que duas medidas cabem ao caso: ou será prorrogado o mandato da atual diretoria até o dia 30 de agosto, data em que serão realizadas as eleições, ou será nomeada uma junta governativa para dirigir a UEE até aquela data. Explicou não ter se decidido a respeito<sup>333</sup>.

Percebemos neste trecho da representação o depoimento privilegiado do Reitor da UFRGS, sem que houvesse espaço para o posicionamento dos universitários opositores, ou seja, apesar da lógica de neutralidade ao tratar da decisão do novo Regime, ao tornar invisível o protesto dos estudantes, a empresa jornalística construía uma representação simbólica de plena aceitação das medidas por parte dos universitários.

Ainda sobre as eleições estudantis, destacava-se a ação dos estudantes na defesa da eleição de seus representantes. A matéria demonstrava a ação dos universitários de medicina contra a anulação das eleições pela congregação. Afirmava-se que estes estudantes: “*Estiveram em visita a ZH, na madrugada de hoje, membros da Comissão Eleitoral que presidiu as eleições no Centro*

<sup>332</sup> “Milano supervisionará o funcionamento da UEE”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 20 maio 1965, quinta-feira.

<sup>333</sup> Id., *ibid.*

*Acadêmico*”<sup>334</sup>. Ou seja, a publicação do protesto dos estudantes seguia a lógica de neutralidade da empresa jornalística. É importante destacar ainda que, ao contrário dos universitários oposicionistas, os componentes do Regime Militar não precisavam procurar as empresas jornalísticas para conquistar visibilidade para suas ações.

A matéria destacava também a justificativa para a anulação por parte da congregação. Segundo esta, três alunos que votaram estavam impedidos e “*não houve suficiente publicidade sobre a data do pleito, o que determinara abstenção em dez vezes superior à diferença registrada ente as chapas concorrentes*”<sup>335</sup>. Assim, a representação procura, na lógica da neutralidade, dar voz aos dois setores em conflito. Sobre as eleições universitárias ainda, ganhava visibilidade na imprensa matéria sobre as eleições na UFRGS:

Visando as eleições para a diretoria da extinta Federação de Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, agora Diretório Central dos Estudantes da URGs, o reitor José Fonseca Milano baixará, hoje, instruções à realização daquele pleito em 16 de agosto próximo. As eleições para a ex-FEURGS deverão se realizar de acordo com as normas da Lei Suplicy, agora regendo as atividades dos centros estudantis. Um dos detalhes centrais da lei é o fato de que os estudantes que não comparecerem às urnas para votar não terão direito à realização dos exames finais em suas Faculdades<sup>336</sup>.

Essa representação era construída a partir da ação da reitoria, referindo-se aos universitários apenas de maneira indireta, portanto, apesar de mostrar os grupos em conflito, o primeiro grupo era privilegiado em relação ao segundo<sup>337</sup>, nessa estratégia de visibilidade diferenciada.

<sup>334</sup>“*Estudantes Defendem Eleições Realizadas no CA Sarmiento Leite*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 18, 28 nov. 1964, sábado.

<sup>335</sup> Id., *ibid.*

<sup>336</sup> “*Eleições na FEURGS: Milano Baixa as Normas*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 27 jul. 1965, terça-feira.

<sup>337</sup> As lideranças estudantis conquistaram visibilidade na imprensa também em suas críticas, conforme matéria: “*Estudantes Criticam o Isolamento do MEC*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 11, 5 ago. 1965, quinta-feira. As disputas entre os estudantes ganhavam visibilidade com relação às eleições da União Estadual dos Estudantes, conforme matéria: “*UEE: Direito Pedirá Anulação da Eleição*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 15, 2 set. 1965, quinta-feira. Ainda sobre este assunto, tornava-se visível em *Zero Hora* o depoimento da fiscal geral da UEE, conforme a matéria: “*Fiscal da UEE acusa a Junta*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 15, 3 set. 1965, sexta-feira.

Ainda sobre a intervenção nas entidades de representação estudantil, na lógica da neutralidade propalada pelos jornais informativos modernos, aparecia representação com o protesto dos alunos da Faculdade de Filosofia da UFRGS<sup>338</sup> na qual as lideranças universitárias desta faculdade repudiavam o fechamento do Centro Acadêmico da Escola de Artes, em função da participação de suas lideranças na construção do “*Jornal Único*”, considerado subversivo, e convocavam os representantes de todos os Centros Acadêmicos da Universidade para debater o assunto. A representação destacava ainda o pedido dos universitários ao Ministro da Educação, Pedro Aleixo, de intervenção na questão e a resposta do ministro: “*pediu que preparassem um dossiê sobre o assunto prometendo que interferiria*”<sup>339</sup>.

Assim, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, ganhava visibilidade a reação dos universitários à ação da reitoria da Universidade e a fala do ministro. No entanto, enquanto o ministro era nomeado, na matéria, os estudantes não eram identificados, portanto, a construção da representação privilegiava o depoimento do ministro em detrimento dos universitários opositores<sup>340</sup>.

Sobre as eleições para o DEE, aparecia na imprensa matéria que destacava a realização, nos dias 30 e 31 de julho de 1966, de uma Convenção Estadual de Estudantes, promovida pelas lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar, na qual foi decidida pelos dirigentes estaduais do movimento democrático Decisão apoio à candidatura de Rubem Süffert<sup>341</sup>. Ainda sobre as

<sup>338</sup> “*Filosofia: Repúdio à Intervenção*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 28 abr. 1966, quinta-feira.

<sup>339</sup> Id., *ibid.*

<sup>340</sup> Sobre esse assunto, ver ainda: “*Belas Artes: Destituição vai à Justiça*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 13, 3 maio 1966, quarta-feira.

<sup>341</sup> “*Atual Secretário do DEE escolhido candidato da situação à presidência*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 2 ago. 1966, terça-feira. As eleições universitárias de 1966 ganhavam visibilidade nas matérias: “*Atual secretário do DEE escolhido candidato da situação à presidência*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casa de Ensino, 2 ago. 1966, terça-feira; “*Estabelecidas as normas para as eleições do DEE*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casa de Ensino, 3 ago. 1966, quarta-feira.

eleições para o Diretório Estadual de Estudantes, ganhava visibilidade matéria afirmando:

Até o momento, está sendo processado somente um encaminhamento de candidatura à presidência. [...] Sabe-se, no entanto, que a oposição também participará do pleito, se bem que com menores probabilidades de vitória<sup>342</sup>.

Esta representação demonstrava o posicionamento favorável por parte dos componentes da empresa jornalística aos universitários situacionistas, com relação ao Regime Militar, uma vez que apontava a menor probabilidade de vitória dos opositoristas. Ou seja, apesar de conferir visibilidade às disputas entre os grupos divergentes do movimento estudantil, o texto privilegia os situacionistas<sup>343</sup>.

Ainda defendendo a autonomia dos universitários frente à direção da Faculdade, na lógica de neutralidade, ganhava visibilidade na imprensa a matéria destacando depoimento do candidato à presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina: *“Lenzi declarou a ZH que respeita a dignidade da direção da Faculdade, mas acha que ‘colaboração é uma coisa, subordinação é outra’.”*<sup>344</sup>.

A imprensa publicava ainda os programas dos candidatos nas eleições estudantis, conforme matéria:

O objetivo do movimento universitário é o homem, declarou o acadêmico Rubem Süffert, secretário do Diretório Central dos Estudantes e candidato à presidência do órgão máximo dos universitários gaúchos, recentemente lançado pelo movimento “Decisão”, na visita que fez ao “Correio do Povo”<sup>345</sup>.

A representação apresentava ainda o depoimento desta liderança universitária, conforme trecho destacado a seguir:

<sup>342</sup> “*Estabelecidas as normas para as eleições do DEE*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 3 ago. 1966, quarta-feira.

<sup>343</sup> As eleições para o Diretório Central dos Estudantes da UFRGS apareciam ainda na matéria: “*Reitor não Aprova Prisão de Estudante*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 10 ago. 1966, quarta-feira.

<sup>344</sup> “*Integração é a Chave na Medicina*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 17 ago. 1966, quarta-feira. A imprensa conferia visibilidade ainda às propostas dos diferentes grupos de universitários conforme matérias: “*Estudante Escolhe Líder Amanhã*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 17 ago. 1966, quarta-feira; “*Chanan Vence na PUC*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 18, 18 ago. 1966, quinta-feira; “*Filosofia Garantiu Vitória de Vieira*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 20 ago. 1966, sábado.

<sup>345</sup> “*Candidato à presidência do DEE afirma princípios de seu programa de ação*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 4 ago. 1966, quinta-feira.

O engajamento deve ser sincero e firme, possibilitando uma resoluta posição na busca de melhor possibilidade de vida para todos os brasileiros. Sendo, como é, o estudo a principal missão dos universitários, para a qual se consomem muitos milhões anualmente, é natural a sua preocupação pela elevação do padrão do ensino e pelo aprimoramento universitário<sup>346</sup>.

A reportagem destacava a publicação do posicionamento do candidato situacionista, com relação ao Regime Militar, que procurara a empresa jornalística para falar sobre as eleições para o Diretório Estadual de Estudantes. Apesar da neutralidade presente no discurso dos componentes da empresa jornalística, não foi mencionado o candidato opositor, com relação ao novo Regime, ou suas propostas.

As representações da imprensa sobre a campanha para o Diretório Estadual de Estudantes em 1966 também tornavam visíveis as disputas entre os diferentes grupos componentes do movimento estudantil universitário, como na matéria que destacava a prisão do universitário Grivot que estava em campanha no interior do estado (Pelotas) sob acusação de “*criticar, na dotação orçamentária a União*”<sup>347</sup>, afirmando que esta destinava muita verba para o Exército e pouca verba para a Educação. A representação tornava visíveis dois posicionamentos diferenciados com relação a este fato. Assim, enquanto o DCE-UFRGS lançava manifesto contra a prisão, os candidatos oponentes da chapa de Grivot afirmavam que ele não fora preso, mas detido para prestar depoimento e que a oposição explorava eleitoralmente o fato, ou seja, mais uma vez estava presente a lógica de neutralidade da empresa jornalística<sup>348</sup>.

No ano de 1966, ocorriam ainda eleições dentro de cada Universidade. Sobre as eleições na Universidade Federal do Rio Grande do destacava-se:

---

<sup>346</sup> Id, *ibid*.

<sup>347</sup> “*Líder Estudantil Preso no Interior*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 25 ago. 1966, quinta-feira.

<sup>348</sup> Após a realização das eleições, as representações da imprensa tornavam visíveis os resultados e a avaliação dos candidatos sobre o pleito: “*ZH conta as eleições estudantis*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 12, 5 set. 1966, quarta-feira.

O estudante Adalberto Carlos Tatsch, presidente do DCEUFRGS, distribuiu à divulgação a seguinte nota sobre as eleições daquele órgão: “Estão às portas as eleições pelas quais serão escolhidos os Colegas que dirigirão o DCEUFRGS durante a Gestão 66-67. Em face à importância de que se reveste esta eleição para o futuro do movimento Universitário Gaúcho, importa que todos os Colegas democratas se unam para que no futuro continue o DCEUFRGS um trabalho sério, dedicado à solução dos problemas em que se defrontam os universitários. Solicitamos, para isto, a sua presença e a sua colaboração na Convenção que escolherá os candidatos ao DCEUFRGS pela situação. [...] Até lá. Adalberto Carlos Tatsch. Presidente do DCEUFRGS”<sup>349</sup>.

A representação construída a partir de nota divulgada à imprensa por uma liderança estudantil demonstra mais uma vez a ênfase na publicação de materiais das lideranças situacionistas, com relação ao Regime Militar<sup>350</sup>. Apesar da neutralidade presente no discurso dos componentes deste órgão da imprensa gaúcha, os candidatos oposicionistas, com relação ao novo Regime, permaneciam invisíveis.

O resultado das eleições universitárias no Rio Grande do Sul aparecia na matéria:

A vitória do situacionismo no Diretório Estadual poderá ter repercussão nacional, eis que o atual presidente do DEE, acadêmico Paulo Gouvêa da Costa, exerce também a presidência do Diretório Nacional de Estudantes, o órgão estudantil de cúpula dos universitários brasileiros que veio substituir a extinta União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a vitória de seu candidato – o que, de certa forma, constitui um apoio à sua gestão – Gouvêa da Costa deverá ficar prestigiado em âmbito nacional<sup>351</sup>.

Esta representação, apesar da lógica da neutralidade presente na divulgação das informações, reproduzia a lógica dos componentes do Regime Militar de

<sup>349</sup> “Convenção dos Universitários da UFRGS”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 4 ago. 1966, quinta-feira. Sobre as eleições estudantis, tornava-se visível ainda em *Correio do Povo* matéria: “Situação vence eleições na Escola de Engenharia”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 1º maio 1966, domingo.

<sup>350</sup> A problemática das eleições tornava-se visível ainda nas matérias: “20 mil universitários escolhem dia 30 o novo dirigente do DEE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 28 ago. 1966, domingo; “Situação com mais probabilidade de vitória nas eleições para o DEE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 30 ago. 1966, terça-feira; “Eleições Suplementares Para o Conselho do DEE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 4 set. 1966, domingo.

<sup>351</sup> “Esquerda sofre derrota nas eleições do Diretório Estadual de Estudantes”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 1º set. 1966, quinta-feira.

desqualificar a UNE, entidade representativa dos estudantes oposicionistas, com relação ao novo Regime, considerando-a extinta<sup>352</sup>.

As eleições no DNE, que se realizariam em janeiro de 1967, apareciam na imprensa, ainda no ano anterior, na matéria que relatava a viagem para a Guanabara, do sr. Paulo Gouveia da Costa, presidente do DNE, para tratar das eleições<sup>353</sup>. Dessa maneira, percebemos que as lideranças universitárias situacionistas encontravam nas representações da imprensa um espaço privilegiado de visibilidade, enquanto as lideranças oposicionistas permaneciam invisíveis, não sendo sequer mencionadas. Ou seja, a representação não conferia espaço para a oposição aos universitários situacionistas.

Depoimento de liderança situacionista estava presente ainda na matéria:

O Paulo Gouvêa da Costa manda dizer que nem só de URGs vive o DEE, mas de PUCS [SIC] e outras universidades, onde anda melhor de apoio do que aqui. E avisa que foi ao Rio perguntar ao presidente que estória é aquela de andar dizendo que o Diretório Nacional falhou como liderança<sup>354</sup>.

A representação conferia visibilidade a uma liderança situacionista, com relação ao Regime Militar, nas Universidades porto-alegrenses, na lógica de neutralidade da empresa jornalística. No entanto, a liderança situacionista é nomeada, enquanto os universitários oposicionistas apenas são por esta liderança referidos, ou seja, ganhavam visibilidade apenas indiretamente<sup>355</sup>.

Ainda sobre a problemática da política estudantil, ganhava visibilidade na imprensa matéria destacando a realização de “*uma convenção de líderes*

<sup>352</sup> As eleições nas Universidades porto-alegrenses ganhavam visibilidade ainda na matéria: “*Conselho do DCE da PUC elege seu novo presidente*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 9 set. 1966, sexta-feira.

<sup>353</sup> “*Eleições no DNE*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 22 dez. 1966, quinta-feira.

<sup>354</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9: coluna Informe Especial de Sérgio Jockyman, 5 maio 1966, quinta-feira.

<sup>355</sup> Essa questão ganhava visibilidade ainda em matéria afirmando: *Zero Hora*, Porto Alegre, p.7: coluna Informe Especial de Sérgio Jockyman, 30 maio 1966, segunda-feira.

*universitários gaúchos de correntes não esquerdistas*<sup>356</sup>. Os objetivos da convenção, segundo os organizadores, Paulo Gouvêa da Costa (presidente do DEE do Rio Grande do Sul e do DNE) e Adalberto Tatsch (presidente do DCE da UFRGS), eram o “*entrosamento entre aqueles que têm lutado por um movimento universitário realmente autônomo, verdadeiramente democrático e consciente*”<sup>357</sup>. Estas lideranças situacionistas, com relação ao Regime Militar, afirmavam ainda que, mesmo que os situacionistas estivessem comandando postos-chave na política estudantil, esses cargos seriam mantidos com esforço. Essas representações conferem visibilidade destacada às lideranças universitárias situacionistas.

Sobre as ações dos situacionistas, ganhava destaque ainda matéria:

O resultado mais importante, no entanto da I Convenção – e que faz mesmo com que ela tenha superado todas as expectativas – é a criação de um movimento estudantil de caráter democrático, reunindo jovens de diversas tendências e movimentos, notadamente o Movimento Democrático Renovador e o Movimento Cultural de Afirmação Democrática. Este novo movimento, denominado “Decisão”, já teve escolhidos seus principais dirigentes [...] devendo iniciar proximamente intensa ação em todo o Estado<sup>358</sup>.

A representação conferia visibilidade à organização dos universitários situacionistas, reproduzindo a fala dos componentes do Regime Militar ao identificar os universitários situacionistas como democráticos. Ou seja, de maneira indireta, legitimando a fala dos componentes do novo Regime, a representação afirmava que os universitários oposicionistas opunham-se à democracia. É importante destacar ainda a publicação de documento enviado pelas lideranças universitárias conferindo visibilidade diretamente às idéias destes. Nesse sentido, era condenada a ação dos oposicionistas, de manifestações públicas, consideradas “*agitação*”.

<sup>356</sup> “*Convenção de estudantes universitários inicia-se amanhã em C. da Canoa*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 23 jan. 1966, domingo.

<sup>357</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>358</sup> “*Universitários de todo o Estado criam novo movimento: ‘Decisão’*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 23 jan. 1966, domingo.

Esse movimento estudantil situacionista ganhava repercussão, conforme matéria:

Foi constituído nesta semana o primeiro grupo de ação de “Decisão” na Faculdade de Ciências Econômicas da URGs. Já estão em organização outros núcleos na mesma Faculdade, além da estruturação certa e com a posse já marcada de diversos outros núcleos do movimento em várias faculdades da capital e do interior. [...] Por outro lado, os membros da diretoria do CEUE [Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia] vêm de distribuir manifesto dando seu “integral apoio ao movimento universitário ‘Decisão’ recentemente constituído”<sup>359</sup>.

Dessa maneira, a representação da imprensa tornava visível o apoio recebido pelo movimento situacionista por parte dos universitários de Porto Alegre e, indiretamente, realizava uma crítica aos estudantes que se posicionavam na oposição ao Regime Militar, contrários às ações destes para com a educação e a política nacional.

Ganhava visibilidade ainda representação da imprensa que reproduzia a fala do professor Luiz Pilla, catedrático da Escola de Engenharia e da Faculdade de Filosofia, na abertura solene do ano letivo da UFRGS. Este professor, conforme destacava a representação da imprensa, era também membro da Comissão de Planejamento da Reforma Universitária. Sobre as atividades estudantis, ele afirmava:

Lamentável é que a incompreensão de alguns e do fanatismo ideológico de outros, levem-nos, às vezes, à prática de atos incompatíveis com a ordem e a dignidade da vida universitária, pois que, esquecendo-se de que aqui vêm em busca do preparo científico que os tornará elementos decisivos do bem-estar social, confundem, preconcebidamente, os objetivos da Universidade, pretendendo transformá-la em “praça pública de querelas políticas”<sup>360</sup>.

Através da construção de representação com o depoimento privilegiado do professor, reproduzia-se a lógica do novo Regime, de preservação da ordem e condenação da discussão da questão política nacional na Universidade. Apesar do

<sup>359</sup> “*Faculdades apóiam novo movimento estudantil*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 8 fev. 1966, terça-feira.

<sup>360</sup> “*Aberto ontem solenemente o ano letivo na Universidade Federal*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 8 mar. 1966, terça-feira.

discurso de neutralidade presente na fala dos componentes das empresas jornalísticas, não se abria espaço para o contraponto, com a fala dos universitários oposicionistas,.

Assim, percebemos que, ao tratar da reestruturação da política estudantil, as representações da imprensa privilegiavam a fala dos universitários situacionistas, com relação ao Regime Militar, e dos componentes do Regime Militar, presentes na maior parte das representações, construídas sem o contraponto das lideranças oposicionistas, com relação ao novo Regime. Identificamos ainda o pequeno espaço para depoimentos dos universitários de oposição ao Regime Militar, a partir do uso de estratégias de visibilidade diferenciada por parte das empresas jornalísticas. Percebemos mais uma vez a homogeneidade no discurso das representações dos diferentes jornais informativos modernos analisados.

## *5.2 Gratuidade do Ensino Público: a questão das verbas*

Um aspecto da Reforma educacional proposta pelos componentes do Regime Militar era o questionamento da gratuidade do ensino público, sob a alegação de falta de verbas. Os próprios estudantes ganhavam visibilidade, posicionando-se contrários à gratuidade, conforme matéria:

A respeito da gratuidade do ensino superior oficial, o Centro Acadêmico “Sedes Sapientiae”, da Faculdade de Filosofia Marcelino Champagnat, vem de enviar ao ministro da Educação, ofício solicitando a extinção da generalizada gratuidade deste ensino<sup>361</sup>.

Essa representação privilegiava o depoimento dos universitários, de grupo posicionado a favor do Regime Militar, agindo no sentido de justificar as medidas

---

<sup>361</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, “*Estudantes ao Ministro / Ensino gratuito apenas para os sem recursos*”, 2 jul. 1964, quinta-feira, p. 14: Casas de Ensino.

deste. Ao mesmo tempo, a matéria tornava invisível o posicionamento dos universitários opositoristas, que não eram citados<sup>362</sup>.

Em 1964 também eram questionados os subsídios aos estudantes, como na discussão sobre o aumento do preço das refeições do restaurante universitário da UFRGS. Em artigo destacava-se a fala do reitor da UFRGS afirmando que era inevitável “*aumentos, tanto nas refeições do Restaurante Universitário, quanto das mensalidades das diversas Casas de Estudante*”<sup>363</sup>. Assim, abordando mais uma vez a questão da falta de verbas, os componentes da empresa jornalística abriam espaço privilegiado para o depoimento do reitor da UFRGS e os universitários sequer eram citados.

As notícias sobre aumento de preço no restaurante universitário, em função da falta de verbas para as universidades ganhavam visibilidade ainda na matéria:

O aumento referido deve-se ao fato da redução de verbas por parte da Reitoria e o aumento no custo das refeições, que são de primeira qualidade. A medida visa evitar o fechamento do restaurante, fato que acarretaria um colapso nas atividades da classe que se serve dele dada a facilidade que oferece<sup>364</sup>.

Ou seja, a representação reproduzia a fala da reitoria e, apesar do discurso de neutralidade, não conferia visibilidade à fala dos universitários<sup>365</sup>. No entanto, percebemos que essas medidas repercutiam em protestos dos estudantes, conforme

<sup>362</sup> Ainda conferindo visibilidade à falta de verbas para as Universidades públicas, Zero Hora publicava matérias: Zero Hora, Porto Alegre, “*Engenharia Suspendeu Vestibular de Agosto*”, 7 jul. 1964, segunda-feira, p. 6; “*Está Ameaçada a Concessão de Bolsas de Estudo em 65*”, Zero Hora, Porto Alegre, p. 3, 3 dez. 1964, quinta-feira.

<sup>363</sup> “*Estudantes Contra o Aumento nos Preços das Refeições do RU*”, Zero Hora, Porto Alegre, p. 9, 27 ago. 1964, quinta-feira.

<sup>364</sup> “*Aumento do preço das refeições no RU*”, Correio do Povo, Porto Alegre, 6 set 1964, domingo, p. 20: Casas de Ensino.

<sup>365</sup> Ainda sobre esta problemática, Correio do Povo destacava matéria “*Restaurante Universitário / Aumento das refeições a partir do próximo dia 13*” (p. 16: Casas de Ensino, 9 set. 1964, quarta-feira.), representação construída a partir de depoimentos de representantes da FEURGS. Zero Hora tornava visível essa discussão nas matérias: “*Carrion Ouvirá Universitários Sobre o Prédio do Restaurante*”, p. 2, 25 jan. 1966, terça-feira; “*Será Cedido aos Secundaristas o Antigo Restaurante Universitário*”, p. 2, 25 jan. 1966, terça-feira.

matéria<sup>366</sup> que destacava: “*cerca de 500 estudantes participaram da parede, se recusando a ingressar nas dependências do RU*”<sup>367</sup>. Outra matéria apresentava a reação dos universitários<sup>368</sup>:

Tal como estava sendo previsto, registraram-se domingo último e ainda ontem, diversos incidentes desagradáveis na frente do Restaurante Universitário, com o aumento do preço da refeição. [...] Domingo, inclusive, na hora do almoço, tal era a agitação no ambiente que os responsáveis pelo Restaurante Universitário resolveram chamar a polícia. Elementos do DOPS, comandados pelo delegado Malgaré, presentes ao local, detiveram então 13 estudantes, os quais, ao lado de numerosos outros, estavam protestando pelo aumento do preço no Restaurante. Tinham eles formado uma barreira, a fim de impedir a entrada de outros estudantes no RU. Os que conseguiam passar, por outro lado, eram alvo da vaia dos que estavam fora<sup>369</sup>.

Essa representação, apesar de tornar visível o protesto dos universitários em oposição às ações da reitoria, na lógica de neutralidade da empresa jornalística, desqualificava esse movimento ao abordá-lo como “*incidentes desagradáveis*”, “*agitação*”. A prisão de 13 estudantes, frente aos “*numerosos*”, conforme destaca a representação apontava estes como minoria, em uma condenação da ação das lideranças universitárias oposicionistas.

Destacava-se ainda entrevista com o presidente da Federação de Universitários da UFRGS, Antônio Carlos Gislene, na matéria:

“Segunda-feira o Conselho da Universidade examinará a melhor maneira de conceder auxílio aos estudantes que realmente necessitam refeições gratuitas”. [...] [Gislene] adiantou, ainda, que “a FEURGS auxiliará na triagem dos universitários mais necessitados, separando o joio do trigo”. Asseverou, por último, que “não tem havido mais incidentes no RU. Os auxílios aos estudantes necessitados, serão concedidos através das Faculdades”<sup>370</sup>.

É importante destacar que a diretoria da FEURGS com os representantes dos estudantes havia sido deposta no primeiro momento do Regime Militar<sup>371</sup> e a

<sup>366</sup> “*Greve da Fome no Restaurante Universitário*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 14 set. 1964, segunda-feira.

<sup>367</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>368</sup> “*Presos 13 Estudantes / Incidentes domingo no Restaurante Universitário*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16: Casas de Ensino, 15 set. 1964, terça-feira.

<sup>369</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>370</sup> “*Conselho da UFRGS Examina Refeições para Estudantes*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 17 set. 1964, quinta-feira.

<sup>371</sup> Vide *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jun 1964, quarta-feira, p. 13: Casas de Ensino, anteriormente citado.

diretoria entrevistada era nomeada pelo Regime Militar. Ou seja, na lógica de neutralidade, o contraponto à ação dos universitários opositores era a publicação do depoimento de um universitário situacionista, com relação ao Regime Militar. No entanto, percebemos que o depoimento deste era privilegiado, uma vez que era nomeado, enquanto os estudantes participantes da ação no Restaurante Universitário eram apenas referidos no relato do jornalista, não se apresentavam depoimentos destes<sup>372</sup>.

Assim, conforme ganhava visibilidade na representação, os alunos nomeados pelo Regime Militar para compor a FEURGS respondiam a críticas feitas na imprensa por alunos que se opunham ao Regime. Ou seja, a imprensa era utilizada como um espaço de debates<sup>373</sup> entre os diferentes grupos do movimento estudantil, demonstrando seu papel fundamental neste contexto, conforme discutimos anteriormente. A representação confere visibilidade ainda às disputas existentes entre os próprios estudantes<sup>374</sup>, no entanto, a forma de visibilidade dos diferentes grupos era diferenciada, conforme destacamos anteriormente.

Contudo, apesar de apresentarem discordâncias com relação à forma de ação frente ao Regime Militar, nem sempre os estudantes situacionistas e opositores discordam das reivindicações necessárias frente à nova realidade, como na notícia “*Suspensos mais dois Centros Acadêmicos*”<sup>375</sup> justificada “*pela participação que tiveram na edição de um jornal estudantil de orientação*

---

<sup>372</sup> Sobre a questão da falta de verbas para a manutenção da moradia dos estudantes, ganhava visibilidade na Imprensa ainda: “*Casa do Estudante em grave crise*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14: Casas de Ensino, 15 abr. 1965, quinta-feira. Os conflitos em torno da questão do Restaurante Universitário da URGs conferiam visibilidade ainda aos conflitos entre os diferentes grupos de universitários conforme matéria de *Correio do Povo*: “*Novas instalações para o Rest. Universitário*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 5 maio. 1964, terça-feira.

<sup>373</sup> Conforme nos referimos em análise teórico-metodológica anteriormente.

<sup>374</sup> Ainda sobre a reestruturação das eleições das entidades estudantis universitárias, destacava-se: “*Inelegíveis para os diretórios acadêmicos os alunos reprovados*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 31 jul. 1965, sábado.

<sup>375</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 25 e 26 dez. 1965, sábado e domingo.

*esquerdista*<sup>376</sup>. Conforme esta representação discursiva, o presidente do DCE, o universitário situacionista Adalberto Tatsch explicava o problema. Este universitário:

... afirmou estar fazendo todos os esforços para evitar o fechamento dos Centros Acadêmicos, tendo já entrado em contato com o reitor e com diversos diretores de Faculdades, explicando-lhes todo o problema da política estudantil e desaconselhando medidas extremas<sup>377</sup>.

Este universitário também afirmava pretender reunir-se com os presidentes dos Centros Acadêmicos apelando para que respeitassem “*a atual legislação sobre as entidades estudantis*”<sup>378</sup> para não sofrerem as sanções legais. Afirmava ainda que o *Jornal Único*, elaborado por um grupo de universitários de diversas faculdades da UFRGS, pretendia tratar do problema da cobrança de anuidades e que alguns estudantes foram responsáveis pela deturpação desta proposta. Ele próprio fora atacado pelo jornal, mas afirmava concordar com o artigo referente à cobrança de anuidades.

Essa representação era construída a partir do depoimento privilegiado de uma liderança universitária situacionista. Assim, é importante destacar que os universitários oposicionistas apareciam na representação apenas de maneira indireta, quando a liderança situacionista e eles se referia. Em outras palavras, na construção da representação era utilizado o depoimento de uma liderança situacionista que retomava a necessidade de respeito à legislação como essencial para que não ocorressem punições, ou seja, legitimava-se o discurso do Regime Militar de busca da ordem, nessa estratégia de visibilidade diferenciada.

Ainda na lógica da neutralidade, apresentava-se matéria com comunicado da Escola de Engenharia da UFRGS solicitando o comparecimento dos alunos para

---

<sup>376</sup> Id., *ibid.*

<sup>377</sup> Id., *ibid.*

<sup>378</sup> Id., *ibid.*

pagamento das anuidades<sup>379</sup>. No dia seguinte, ganhava espaço de visibilidade no mesmo jornal a reação dos universitários a este reajuste:

Na madrugada do dia 20 a Universidade do Rio Grande do Sul amanheceu com seus muros e paredes pixados com os seguintes dizeres: “Anuidade não / Não pague, espere. Universidade para o povo”. Entrementes a direção da Universidade, através do Conselho Universitário está exigindo a cobrança da anuidade<sup>380</sup>.

Ou seja, na lógica da neutralidade, procurava-se mostrar a ação dos componentes da Universidade e a reação de grupo de universitários frente a ela. Nesse sentido, destacava-se ainda matéria na qual o presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, Adalberto Tatsch, afirmava ser contrário à cobrança destas, mas que, após lutar, com o apoio dos alunos, na instância cabível (Conselho Universitário), entendia que os universitários precisavam aceitar a vitória parcial (reajuste na taxa de matrícula e não cobrança das anuidades) porque, segundo ele, “a posição do Conselho Universitário é irreversível”<sup>381</sup>. Sobre os estudantes carentes de recursos, afirmava que os Diretórios Acadêmicos fariam a “verificação do estado de carência”<sup>382</sup>. Ele lembrava ainda que os valores referentes ao pagamento da taxa de matrícula seriam revertidos em “assistência aos universitários”<sup>383</sup>.

Através da análise desse conjunto de representações, podemos perceber a utilização privilegiada de depoimentos das lideranças situacionistas e integrantes das Universidades, enquanto os universitários opositoristas ganhavam visibilidade apenas indiretamente, quando referidos pelos primeiros<sup>384</sup>.

<sup>379</sup> “URGS”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. VII: Caderno II – coluna Porto Alegre dia a dia, 21 jan. 1966, sexta-feira. A publicação repetia ainda dia 22 de janeiro.

<sup>380</sup> “URGS”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 22 jan. 1966, sábado.

<sup>381</sup> “DCE-URGS aceita aumento na taxa de matrícula”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 7 jan., 1966, sexta-feira.

<sup>382</sup> Id., *ibid.*

<sup>383</sup> Id., *ibid.*

<sup>384</sup> Na mesma lógica, era publicada nota das lideranças universitárias situacionistas: “Corte de verbas sofrido pela URGS gera protesto”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 19 jun. 1966, domingo. A reação dos universitários situacionistas aparecia ainda nas matérias: “Corte de Verbas na URGS / Estudantes dirigem-se ao presidente da República”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 21 jun. 1966, terça-feira; “Dirigentes do DEE Viajaram para o Rio”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 8 jul. 1966, sexta-feira; “Reitor recebe Apoio

As representações da imprensa destacavam ainda a repercussão das negociações das lideranças universitárias situacionistas pelas verbas para o ensino:

Manifestando-se sobre a solução para o problema da liberação de recursos destinados à assistência social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fruto de esforços desenvolvidos pelo DCE e os representantes do DEE, DNE e Casa do Estudante, declarou o estudante Adalberto Carlo Tatsch, presidente do DCEUFRGS: “Mais uma vez ficou provado que uma reivindicação estudantil levada em termos coerentes e autênticos conduz à solução do problema”<sup>385</sup>.

Essa representação mais uma vez conferia espaço privilegiado de visibilidade para o depoimento das lideranças do movimento estudantil universitário, situacionistas, com relação ao Regime Militar, enquanto os universitários oposicionistas permaneciam invisíveis, apesar do discurso de neutralidade dos componentes das empresas jornalísticas. Estes apareciam apenas indiretamente, na crítica aos seus métodos de ação por parte das lideranças universitárias situacionistas<sup>386</sup>.

Conferindo espaço privilegiado de visibilidade, a imprensa relatava ainda a viagem de liderança universitária situacionista, Rubem Süffert, presidente do DEE, ao Rio de Janeiro com a finalidade de tentar a liberação de verbas para diversas entidades gaúchas, especialmente a Casas da Estudante da UFRGS, bem como acompanhar o processo de reconhecimento de diversas Faculdades do Estado, pelo Conselho Federal de Educação<sup>387</sup>.

---

/ *Em grave crise as duas casas de estudantes*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15: Casas de Ensino, 13 jul. 1966, quarta-feira; *Verbas para a UFRGS*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 14 jul.

<sup>385</sup> *“Liberados recursos para assistência ao estudante”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 3 ago. 1966, quarta-feira.

<sup>386</sup> A discussão sobre a falta de verbas ganhava visibilidade ainda na matéria: *“Convocados pelo DCE / Bolsistas do MEC irão reunir-se hoje à noite”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 25 nov. 1966, sexta-feira.

<sup>387</sup> *“DEE manifesta-se pela extinção da cátedra vitalícia na nova Constituição / notícias do DEE”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 2 dez. 1966, sexta-feira. Ainda sobre a discussão das verbas para a educação pública, ganhava visibilidade matérias: *“Corte de verbas do MEC prejudica alunos da Faculdade de Farmácia”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 15 abr. 1967, sábado; *“Faculdade de Medicina na iminência de perder 40 de seus professores”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 12 jul. 1967, quarta-feira; *“Verbas para a UFRGS leva prof. Milano ao Rio”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 27 jul.

Na lógica de neutralidade, contrapondo-se às representações que relatavam os problemas e manifestações decorrentes da falta de verbas para as Universidades, ganhava visibilidade ainda matéria:

O sr. Tarso Dutra anunciou que está sendo constituída uma comissão interministerial com o objetivo de levantar novos recursos para expandir o Plano Nacional de Educação, conseguindo substanciais recursos extraordinários que possibilitem o apressamento do desenvolvimento educacional e para que “a Universidade possa ser uma afirmação da cultura superior brasileira”. Esses recursos extraordinários seriam obtidos dentro do País e, principalmente, junto a organismos internacionais, com os quais entendimentos estão sendo mantidos<sup>388</sup>.

Essa representação era construída a partir do depoimento privilegiado do ministro da educação, contrastando com as representações construídas anteriormente, com falas dos universitários ou dos professores da Universidade. Desta maneira, abrindo espaço para a fala dos grupos em conflito, o jornal assegurava seu discurso de neutralidade<sup>389</sup>.

A crítica dos universitários ganhava visibilidade na matéria que trazia reprodução de parte da nota assinada pelo presidente e secretário geral do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC:

Destacam os universitários que, agindo como agiu, “esqueceu o Poder Central do homem em sua condição de soberano condutor da marcha e da evolução de nossa sociedade, tirando-lhe a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos no interesse da própria coletividade”, acentuando, a certa altura: “Temos hoje órgãos como o SNI, DFSP, os Serviços Secretos. do Exército e Aeronáutica, o Centro de Informações a Marinha, as DOPS, etc., que absorvem uma soma enorme de recursos que poderiam ser colocados à disposição das universidades brasileiras e, em conseqüência, ajudariam a

---

1967, quinta-feira. Essa lógica aparecia ainda nas matérias: “*Verbas Universitárias: Reitores Reunidos Ontem Com Costa e Silva*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1: capa, 23 ago. 1967, quarta-feira; “*Liberção de Verbas nas Universidades*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 13 set. 1967, quarta-feira.

<sup>388</sup> “*Tarso Dutra na URGS / Educação continua sendo meta prioritária do atual governo*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 13 set. 1967, quarta-feira.

<sup>389</sup> A fala do ministro nesse sentido estava presente ainda na matéria: “*Ministro Tarso Dutra Revela / Governo Atual Já Obteve do Exterior 40 Milhões de Dólares Para Educação*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22: Contracapa, 14 set. 1967, quinta-feira. O corte de verbas das Universidades brasileiras ganhava visibilidade ainda conforme matérias: “*Universidade está em crise*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 5 out. 1967, quinta-feira; “*Mlano conformado com a redução*”, *Id.*, *ibid*, p. 11, 6 out. 1967, sexta-feira. Ainda sobre o corte de verbas nas universidades, as empresas jornalísticas destacavam a reação dos universitários situacionistas na matéria: “*Estudantes protestam por corte de verbas que sofreram Universidades*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12: Casas de Ensino, 7 out. 1967, sábado. Ainda sobre o corte de verbas, destacava-se: LONGHI, Mainar. “*Corte nas verbas das Universidades*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.4: *Correio do Leitor*, 8 out. 1967, domingo.

forjar um futuro de paz, prosperidade e confiança para todos, indistintamente”<sup>390</sup>.

Essa representação, construída a partir de nota do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUCRS, demonstra a utilização do espaço da imprensa pelas lideranças universitárias para tornar visível seu protesto. Assim, destacamos mais uma vez a questão da neutralidade da empresa jornalística<sup>391</sup>. No entanto, é preciso destacar que, enquanto os universitários obtinham visibilidade para seu protesto apenas quando enviavam materiais para publicação, as autoridades educacionais eram procuradas pelas empresas jornalísticas para prestarem depoimentos utilizados na construção das representações. Assim, apesar da lógica de neutralidade, percebemos uma visibilidade privilegiada para estes últimos.

Ainda na lógica da neutralidade, a luta dos universitários pela gratuidade do ensino, combatendo as ações dos componentes do Regime Militar, também ganhava visibilidade, conforme matéria:

Como medida preliminar os universitários estão distribuindo nos meios estudantis notas, pedindo para que ninguém pague os 34 cruzeiros novos, estabelecidos pela Reitoria da UFRGS como taxa de anuidade deste ano. Posteriormente distribuirão formulários para que os alunos requeiram isenção de taxa, pois a reitoria só está fornecendo formulários para os que já tiveram isenção no ano passado<sup>392</sup>.

Através da representação, ganhava visibilidade apenas de maneira indireta, a luta dos universitários, uma vez que estes não eram nomeados<sup>393</sup>.

<sup>390</sup> “Acadêmicos contra corte de verbas: universidades”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12: Casas de Ensino, 14 out. 1967, sábado.

<sup>391</sup> O corte de verbas realizado pelo Regime Militar ganhava visibilidade ainda na matéria que destacava a fala do Reitor da UFRGS: “Reitor Esclarece / UFRGS Não Ameaça Parar”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.11, 22 out. 1967, domingo. Ainda sobre a discussão do corte de verbas nas Universidades públicas, ganhava visibilidade a matéria: “Tarso Desmente Corte de Verbas Para as Universidades do País”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.64: Contracapa, 22 out. 1967, domingo.

<sup>392</sup> “DCE Livre inicia campanha contra pagamento de anuidade nas universidades oficiais do Brasil”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 15: Colégios e Universidades, 27 jan. 1968, sábado.

<sup>393</sup> Ainda na lógica da neutralidade das empresas jornalísticas, o contraponto apresentava-se em artigo: ROSAT, Antônio. “Razões para o ensino superior não ser gratuito”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 7 mar. 1968, quinta-feira. O corte de verbas para o ensino universitário ganhava visibilidade ainda na matéria: “Tarso examinará corte de verbas orçamentárias”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 7 mar. 1968, quinta-feira.

A reação dos universitários à falta de verbas para as universidades ganhava destaque ainda na matéria:

Os estudantes que realizaram uma assembléia geral, convocada pelo Diretório Acadêmico, decidiram paralisar as aulas, alegando a falta de condições oferecidas pela Escola ao ensino. Iguamente a greve foi decretada em solidariedade aos médicos residentes e aos alunos do 6º ano, que interromperam suas atividades na segunda-feira, tendo em vista a falta de verbas da Faculdade que, em conseqüência, não cumpre várias de suas obrigações. Queixam-se também os estudantes que a Faculdade está admitindo, como estagiários, alunos da Medicina de Pelotas, fato que agrava as condições de ensino em Porto Alegre<sup>394</sup>.

Através da representação, ganhava visibilidade a reação dos alunos frente às dificuldades enfrentadas em função da falta de verbas<sup>395</sup>, na lógica da neutralidade das empresas jornalísticas. Na mesma lógica, falando sobre as queixas dos universitários e apontando uma provável solução para o problema, o reitor Milano da UFRGS afirmava:

... que o fenômeno brasileiro é universal e próprio de todos os países que estiveram nessa fase de desenvolvimento, em que se passa pela “crise do desenvolvimento”, como classificam os economistas. Os recursos do nosso país não são suficientes nesta fase, sendo a solicitação maior que a capacidade. E afirmou: “está é uma fase de sacrifício para todos os setores e lhes falo isso porque vocês, antes de médicos, são brasileiros”<sup>396</sup>.

Ou seja, apesar da lógica de neutralidade presente na fala dos componentes das empresas jornalísticas analisadas, percebemos um espaço privilegiado para a fala do reitor, reproduzindo a lógica do Regime Militar, enquanto as críticas dos estudantes ganhavam visibilidade apenas de maneira indireta, quando referidos pelos autores das reportagens. Ou seja, privilegiava-se a fala dos componentes do Regime Militar, legitimando-o.

<sup>394</sup> “*Estão em Greve os Alunos da Medicina*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15: Casas de Ensino, 27 mar. 1968, quarta-feira.

<sup>395</sup> A situação das faculdades da UFRGS ganhava visibilidade ainda nas matérias: “*Quatro Greves na Universidade*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 26 mar. 1968, terça-feira; “*Professores Atendem na Santa Casa/ Greve total na medicina*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 27 mar. 1968, quarta-feira; “*Na medicina é greve geral*”, *Id.*, *ibid.*, p. 13; “*Greve paralisa totalmente a Faculdade de Medicina*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 28 mar. 1968, Quinta-feira; “*Assembléia Vai Decidir Greve Geral*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 28 mar. 1968, quinta-feira; “*Alastra-se a greve universitária*”, *Id.*, *ibid.*, p. 9; “*Geologia adere, greve aumenta*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 29 mar. 1968, sexta-feira.

<sup>396</sup> *Id.*, *ibid.*

Protestando contra a situação decorrente da falta de verbas, em março de 1968, os universitários da UFRGS decidiam realizar greve em diversas faculdades. A reação da reitoria da UFRGS frente à greve de alunos ganhava visibilidade em matéria destacando a suspensão das aulas nesta universidade. A matéria afirmava ainda: “A decisão surgiu de uma reunião do reitor com todos os diretores da Faculdade”<sup>397</sup>. Para as lideranças universitárias opositoras, com relação ao Regime Militar:

O fechamento da Universidade [...] é uma prova de que nem o reitor, nem o ministro da Educação, que passaram a tarde juntos, pretendem atender às justas reivindicações das Faculdades atingidas pelos cortes de verbas<sup>398</sup>.

Ou seja, embora a representação seja construída na lógica da neutralidade, conferindo visibilidade aos setores em conflito, mais uma vez a fala do reitor era destacada diretamente enquanto os universitários opositoras não apresentavam nomes. Ainda sobre a greve da UFRGS em 1968, destacava-se matéria:

Apesar do Reitor ter fechado a Universidade do Rio Grande do Sul por 8 dias, os estudantes se encontram mobilizados diante da Faculdade de Filosofia, em vigília permanente, preparando a greve geral universitária. Barracas armadas e grande número de cartazes foram colocados pela Medicina, Geologia, Farmácia, Jornalismo, Ciências Sociais e Filosofia (1º ano), Agronomia (parcial), Engenharia (parcial), Economia (simbólica), participante do movimento que visa a liberação de verbas para melhor funcionamento da Universidade<sup>399</sup>.

O destaque conferido, na construção da representação, à parcialidade da adesão ao protesto, buscava-se desqualificá-lo. Ou seja, a representação condenava o protesto dos universitários opositoras, nessa estratégia de visibilidade diferenciada<sup>400</sup>.

<sup>397</sup> “Crise na Universidade / Reitor Suspende as Aulas”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 30 mar. 1968, sábado; “Aulas suspensas na universidade”, *Id.*, *ibid.*, p. 5.

<sup>398</sup> *Id.*, *ibid.* A questão da falta de verbas ganhava visibilidade ainda nas matérias: “Universidade volta às aulas / Só Medicina Faz Greve”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 9 abr. 1968, terça-feira; “Promessa de Tarso Termina Greve”, *Id.*, *ibid.* p. 11; “Fim da greve, universidade em paz”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 11 abr. 1968, quinta-feira.

<sup>399</sup> “Vigília dos estudantes”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 17, 1º abr. 1968, segunda-feira.

<sup>400</sup> A questão da falta de verbas para o ensino superior no Brasil ganhava visibilidade ainda em carta: LONGHI, Mainar. “Problema nacional do ensino”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: *Correio do Leitor*, 2 abr. 1968, Terça-feira.

Ainda sobre a mobilização dos universitários contrários à cobrança de anuidades nas universidades ganhava visibilidade matéria destacando a elaboração de projetos para solucionar o problema em reunião de comissão da UFRGS designada para o estudo do assunto, realizada em junho de 1968<sup>401</sup>.

A representação destacava ainda a preocupação do Diretório Central de Estudantes da UFRGS, que enviava mensagem ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Educação e ao presidente, “*solicitando providências a respeito*”<sup>402</sup>. Na mesma lógica aparecia matéria destacando a necessidade de obras de remodelação da biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, atrasada pela falta de verbas, permitindo ampliação de dias e horários de atendimento aos universitários<sup>403</sup>.

A problemática envolvendo a liberação de verbas para as universidades aparecia ainda na matéria que destacava a atuação de Joaquim Borges, presidente do DCE da UFRGS, buscando encontrar-se com o presidente Costa e Silva para apresentar as reivindicações dos estudantes gaúchos:

O levantamento proposto pelo DCE-UFRGS dos vários problemas das faculdades está quase concluído. O presidente [...] deverá fazer o relatório, onde serão apontadas as várias deficiências, segundo a opinião dos universitários. Entre as reivindicações mais imediatas, pedidas pelos estudantes figuram a Casa do Estudante, maiores recursos financeiros e material para a faculdade.<sup>404</sup>

Ou seja, na lógica da neutralidade das empresas jornalísticas, a imprensa tornava-se espaço de visibilidade das críticas dos universitários à falta de verbas para o ensino superior, além de espaço de reprodução da fala dos componentes do Regime Militar, legitimando o novo Regime.

---

<sup>401</sup> “*Comissão estuda os problemas da UFRGS*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 5 jun. 1968, quarta-feira.

<sup>402</sup> “*Verba Preocupa Nosso Estudante*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 4 jun. 1968, terça-feira.

<sup>403</sup> “*Obras paradas na biblioteca da Economia causam problemas*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 24 jul. 1968, quarta-feira.

<sup>404</sup> “*DCE-UFRGS - relata*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 18, 7 out. 1968, segunda-feira.

Sobre a gratuidade do ensino e a questão das verbas para a educação, percebemos que matérias em geral procuraram apresentar o posicionamento das autoridades do Regime Militar e o protesto dos universitários. No entanto, os universitários opositoristas apareciam apenas quando referidos pelas lideranças situacionistas ou pelos componentes do novo Regime, não ganhavam visibilidade diretamente através de seus próprios depoimentos. Notamos ainda a homogeneidade das representações dos diferentes jornais analisados, conforme destacamos anteriormente.

### *5.3 Passeata dos Bixos: expressão pública dos universitários*

No ano de 1966, os universitários conquistavam o direito de realizar a “Parada dos Bixos”, realizada pelas Universidades como forma de celebração de reinício do ano letivo e espaço de crítica dos universitários. Essa atividade havia sido suspensa nos primeiros anos do Regime Militar. A conquista ganhava visibilidade através das representações de imprensa, conforme matéria:

Enquanto milhares de estudantes aguardam os resultados dos exames vestibulares, o Diretório Estadual de Estudantes comunicou, em circular expedida aos Centros Acadêmicos, que, em 1966 voltarão a ser realizados as tradicionais “paradas dos bichos”. Os desfiles de calouros — por sua conhecida irreverência — foram suspensos nos anos de 1964 e 1965, devido a injunções políticas<sup>405</sup>.

Neste trecho, o artigo, enquanto representação discursiva, deixa transparecer uma crítica à atividade do DEE por preocupar-se com atividades que não necessariamente correspondiam às expectativas dos estudantes, conforme trecho “*aguardam os resultados dos exames vestibulares*”<sup>406</sup>.

<sup>405</sup> “*Passeata dos ‘Bichos’ Sairá Novamente em 66*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 24 fev. 1966, quinta-feira.

<sup>406</sup> Esse assunto ganhava visibilidade ainda na matéria: “*CAAR Quer Novo Vestibular na Faculdade de Direito da UFRGS*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 28 fev. 1966, terça-feira.

Reproduzindo a lógica do novo Regime, de preservação da moral cristã, no mês seguinte, destacava-se matéria:

Ficou deliberado que não haverá ação direta da Censura. Haverá uma auto-censura universitária, que impedirá piadas que atinjam pessoas ou que tenham características imorais<sup>407</sup>.

Assim, em reportagem, espaço neutro na lógica dos componentes das empresas jornalísticas analisadas, percebemos a legitimação do novo Regime. Na mesma lógica destacavam-se comentários após a realização da passeata:

Dezesseis Faculdades desfilaram nas passeatas dos “bixos” de 66 que teve a Filosofia vencedora com o tema a “Liberdade do Homem”. Quem não gostou da decisão do júri foi o sr. Antonio Ferreira, representante do secretário da Segurança, que manifestou sua “total desconformidade pela maneira como se apresentou a Filosofia”. [...] A sátira política foi violenta e ninguém desfilou embriagado<sup>408</sup>.

A representação apresenta uma crítica dos componentes da empresa jornalística ao protesto dos estudantes, qualificado de “*violento*”, ou seja, reproduzia-se a lógica dos componentes do Regime Militar de necessidade de manutenção da ordem. Esse tipo de representação, construído a partir da descrição de uma mobilização, torna-se importante uma vez que torna visível, portanto, socialmente existente, uma manifestação pública dos estudantes. No entanto, é importante destacar que a matéria legitimava o novo Regime e a estratégia de visibilidade adotada favorece a construção de determinada imagem simbólica do movimento estudantil universitário<sup>409</sup>.

<sup>407</sup> “*Bermudez Assegura a Livre Sátira Política na Passeata dos ‘Bichos’*”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 18 mar. 1966, sexta-feira.

<sup>408</sup> “*Bichos do Jornalismo Visitam Zero Hora*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32, 4 mar. 1966, sexta-feira.

<sup>409</sup> Ainda sobre a passeata dos bixos, ganhavam visibilidade as matérias: “*Filosofia: época não é para passeata de humor*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 7 abr. 1966, quinta-feira; “*Cobras e Lagartos*”, Id., ibid., p. 7: coluna Informe Especial de Sérgio Jockyman, 5 abr. 1966, terça-feira; “*Não houve policiamento nenhum na ‘Passeata dos Bichos’*”, *Melhor — com muita polícia a gente fica sem garantia nenhuma*”, Id., ibid., p. 19: coluna Oba Guaíba de Carlos Nobre, 5 abr. 1966, terça-feira; “*O sr. Guilherme Schultz foi contra a frase da Geologia, vencedora na passeata dos bixos: ‘Nosso prédio é tão velho que o governador estudou nele’, com medo de se comprometer. [...]*” Id., ibid., p. 19, 6 abr. 1966, quarta-feira; Id., ibid., p. 19, 6 abr. 1966, quarta-feira; “*Frase pintada nas paredes da Universidade [Federal]: ‘Menos passeata e mais cassetete. Seja lá quem foi que pintou, esqueceu de citar o autor: Adolf Hitler’*”, Id., ibid., p. 7: coluna Informe Especial de Sérgio Jockyman, 7 abr. 1966, quinta-feira.

Outra atividade de recepção dos calouros, no ano de 1966, os jogos dos calouros, causava polêmica entre as lideranças universitárias em função das disputas entre grupos estudantis politicamente rivais. O acadêmico Carlos Alberto Vieira, presidente do DCE da UFRGS, opositorista acusava o estudante Paulo Gouveia da Costa, presidente do DEE, situacionista, de tentar para incluir os estudantes da PUC na atividade da Universidade Federal. Por sua vez, o acadêmico Conrado Alvares, secretário de Imprensa do DEE, afirmava que a iniciativa buscava ampliar a confraternização entre os estudantes<sup>410</sup>. Assim, ganhavam visibilidade as disputas políticas no interior do movimento estudantil universitário de Porto Alegre.

Conferindo visibilidade à passeata dos universitários que iniciavam o curso de nível superior, destacava-se matéria relatando a realização desta, dia 3 de abril, a partir das 14 horas, pelas ruas centrais da cidade:

Ao que informam os organizadores da passeata, a crítica política será livre, não e permitindo, no entanto, ofensas pessoais. Será exercida rigorosa vigilância sobre cartazes e ditos pornográficos, estando inclusive terminantemente proibido emprego do álcool, bem como o desfile de calouros que se encontrarem em estado alcoólico<sup>411</sup>.

Essa representação reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar, reafirmando o espaço de crítica por parte dos universitários.

No ano de 1967 destacava-se realização de reunião de presidentes de Centros Acadêmicos de Porto Alegre e de São Leopoldo, em preparativo à Passeata dos Calouros, na sede do Diretório Central de Estudantes da UFRGS, coordenada pelo DEE, entidade de representação situacionista, com relação ao Regime

---

<sup>410</sup> Essa disputa ganhava visibilidade nas matérias: “*Denúncia*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3: coluna Fatos e Boatos de Prado Magalhães, 9 mar. 1966, quarta-feira; “*Universitária*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3: coluna Fatos e Boatos de Prado Magalhães, 10 mar. 1966, quinta-feira.

<sup>411</sup> “*Passeata dos Bichos / Censura vai coibir os excessos estudantis*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.9, 30 mar. 1966, quarta-feira. A passeata dos bixos tornava-se visível ainda na matéria: “*Parada dos Bichos’ vai abrir Semana de Turismo*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.7: coluna Prefeitura Municipal, 10 mar. 1966, quinta-feira.

Militar<sup>412</sup>. A passeata dos calouros das faculdades porto-alegrenses no ano de 1967 ganhava visibilidade ainda conforme matéria:

A Secretaria de Segurança concedeu a necessária permissão para a realização da Passeata no domingo. Por outro lado, as entidades promotoras fizeram questão de obter por parte da Secretaria de Segurança Pública a liberdade para que sejam feitas críticas políticas dentro do espírito de humor que caracteriza o estudante, não devendo, no entanto, chegar à ofensa pessoal dos governantes. Os presidentes das Comissões de Integração dos Calouros das Faculdades formarão uma comissão de censura, liderada por um representante do novo DEE, a qual terá por objetivo eliminar todo o material que não condiga com o respeito moral necessário à passeata<sup>413</sup>.

Nessa representação, é possível identificar a reprodução da fala dos componentes do Regime Militar de necessidade de ordem nas manifestações de rua. No entanto, na construção da matéria, as autoridades aparecem nomeadas, enquanto os universitários tornam-se visíveis apenas de maneira indireta, através do relato do jornalista.

A repercussão da passeata dos bixos de 1967 destacava-se na matéria:

A maioria das Faculdades adotou temas livres, com críticas marcadas ao aumento do custo-de-vida, espancamento de estudantes em Brasília. Um cartaz anunciava o DOPS como Departamento Organizado de Pancadas e Surras. Outro anunciou a presença em Brasília de um novo bibliotecário o sr. K. Cetete. O pessoal da PUC criticou as condições da cidade universitária<sup>414</sup>.

Dessa maneira, na lógica da neutralidade, a representação tornava visíveis as críticas dos universitários presentes na passeata<sup>415</sup>.

<sup>412</sup> *“Estudantes Tratam da Passeata dos Calouros”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 12 abr. 1967, quarta-feira. Sobre a passeata dos bixos de 1967, ganhava visibilidade ainda a matéria: *“Calouros reúnem-se hoje para preparar passeata”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 19 abr. 1967, quarta-feira.

<sup>413</sup> *“Passeata dos calouros em preparativo para domingo”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 20 abr. 1967, quinta-feira. A realização da passeata dos bixos de 1967, apesar das rivalidades entre as lideranças situacionistas e oposicionistas, com relação ao Regime Militar, ganhava visibilidade ainda conforme matéria: *“Amanhã Tem Parada Dos Bixos”*, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 22 abr. 1967, sábado.

<sup>414</sup> *“Bixos Fizeram Protesto”*, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 24 abr. 1967, segunda-feira; *“Ninguém Escapou dos Bixos”*, *Id.*, *ibid.*, p. 2.

<sup>415</sup> Destacando as rivalidades entre as lideranças situacionistas e oposicionistas, com relação ao Regime Militar, ganhava visibilidade editorial apontando a cisão entre dois grupos de estudantes que prejudicava a qualidade do desfile: *“Bixos”*, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 25 abr. 1967, terça-feira. A rivalidade entre os universitários ganhava visibilidade na imprensa ainda na matéria: *“Passeata dos calouros é sucesso mais uma vez”*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 25 abr. 1967, terça-feira.

Em 1968, mais uma vez ganhava visibilidade a passeata dos bixos em matéria relatando os preparativos desta que deveria reunir os calouros das Faculdades de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Rio Grande<sup>416</sup>. Ainda sobre os preparativos da passeata destacava-se:

O tradicional desfile é promovido pelo Diretório Estadual de Estudantes que, com comissões montadas, está ultimando os trabalhos de organização da passeata. [...] O secretário de Segurança Pública, em palestra mantida ontem com a diretoria do DEE e com a Comissão de Organização da Passeata, disse – conforme relato dos estudantes – que não haveria censura prévia, e que os universitários têm liberdade para realizar a passeata. Frisou que a crítica política é livre mas, ao mesmo tempo, pediu moderação, sobretudo, nas que contenham ofensas pessoais ou atentem contra os costumes<sup>417</sup>.

Ou seja, a representação, descrevendo os preparativos para a passeata, privilegiava o depoimento do Secretário de Segurança Pública em detrimento dos universitários que ganhavam visibilidade apenas de maneira indireta, no relato do jornalista. Ainda nesta lógica destacava-se matéria relatando a função da comissão de censura, constituída pelos universitários:

Referida comissão deve eliminar todo material que não condiga com os objetivos da passeata e promete que o material que eliminar mas voltar a ser colocado para o desfile (como tem ocorrido em outros anos), será destruído e o encarregado da faculdade responsabilizado. [...] Espera-se também que a comissão atue vigorosamente, eliminando ainda os quadros e cartazes de mau gosto, grosseiros e imorais, que muitas vezes empenaram, em anos passados, o desfile<sup>418</sup>.

Através dessas representações, é possível perceber que os componentes da empresa jornalística possibilitavam a construção de uma imagem simbólica dos universitários como agressivos, uma vez que, segundo a matéria, havia necessidade de coibir as ofensas quanto às autoridades e aos costumes. Neste sentido, reproduzia-se ainda na matéria a fala dos componentes do Regime Militar.

O resultado da passeata ganhava visibilidade conforme matéria:

<sup>416</sup> “*BIXOS SAEM COM CENSURA PRÓPRIA*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 25 abr. 1968, quinta-feira.

<sup>417</sup> “*PASSEATA DE CALOUROS VAI A IBÁ*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 27 abr. 1968, sábado.

<sup>418</sup> “*Calouros desfilam hoje pelo centro da cidade*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12: Casas de Ensino, 28 abr. 1968, domingo.

A falta de entusiasmo dos “bixos” e a reduzida (comparada com anos anteriores) assistência de populares, caracterizou a passeata dos calouros do corrente ano, levada a efeito pelas ruas centrais da cidade no domingo. O tradicional desfile contou apenas com a participação das Faculdades e Escolas da URGs (com exceção de Ciências Econômicas e Odontologia) e da Escola Superior de Educação Física. [...] Os estudantes tiveram inteira liberdade para suas críticas, havendo, no entanto, a Comissão de Censura, constituída pelos universitários, deixado passar alguns cartazes imorais e de humorismo grosseiro. A crítica à situação internacional e à política brasileira foi a tônica característica da passeata, que igualmente criticou o atual estado de coisas da Universidade<sup>419</sup>.

A representação demonstrava uma crítica por parte dos componentes da empresa jornalística aos universitários participantes da passeata, uma vez que essa era desqualificada em trechos da matéria que apontam a pouca participação dos estudantes que eram ainda considerados imorais e grosseiros por criticarem a situação nacional e internacional. Assim, percebemos a utilização de uma estratégia de visibilidade diferenciada por parte dos componentes da empresa jornalística para abordar esse assunto.

Através da análise das representações construídas acerca das passeatas dos bixos porto-alegrenses percebemos a utilização privilegiada dos depoimentos das autoridades do novo Regime, enquanto os universitários apareciam apenas indiretamente, quando eram pelos primeiros, ou pelos jornalistas, referidos. Destacamos ainda a homogeneidade do discurso das diferentes empresas jornalísticas analisadas, com relação a este assunto.

#### *5.4 Reação estudantil local a acontecimentos nacionais*

A imprensa porto-alegrense conferia visibilidade ainda a manifestações dos universitários de Porto Alegre com relação a eventos ocorridos em outras partes do país, seja de oposição ou de apoio, dependendo do grupo de que se tratava:

---

<sup>419</sup> “Desfile dos Calouros Durou uma Hora e Não Despertou Entusiasmo”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 30 abr. 1968, terça-feira.

universitários opositoristas ou situacionistas. Estes eventos ou decisões governamentais de caráter nacional também ganhavam visibilidade na imprensa, conforme analisaremos a seguir.

As tentativas dos universitários porto-alegrenses de organizar passeata na cidade em apoio aos estudantes mineiros que haviam sofrido dura repressão policial em seu protesto contra o Regime Militar, destacava-se matéria<sup>420</sup>:

Um grupo de estudantes, desligando-se dos manifestantes foi parlamentar com o major Riet [superintendente dos serviços policiais] para saber das razões que determinaram a proibição sendo informados que a ação policial se devia ao fato de não ter sido solicitada à Secretaria de Segurança, a devida permissão para a realização da passeata de protesto, advertindo-os de que, no caso de insistirem na manifestação saindo à rua, seriam reprimidos. Não se conformando com o resultado do contato, os estudantes Adalberto Tatsch e Clóvis Grivot dirigiram-se ao gabinete do secretário de Segurança, onde foram informados pelo coronel Bermudez que a passeata não seria permitida enquanto não fosse formalizado um pedido de licença para ser examinado.<sup>421</sup>

A representação destacava, nomeando-os, os depoimentos dos componentes dos serviços policiais, no entanto, apesar de buscar tornar visível ainda o posicionamento dos universitários, na lógica da neutralidade, destacava-se a ação das lideranças situacionistas. Portanto, apesar de aparecerem, as negociações das lideranças universitárias envolvidas na manifestação de protesto contra ação repressiva das forças policiais em Minas Gerais, o destaque era dado à argumentação das autoridades de segurança, legitimando sua ação<sup>422</sup>.

A construção das representações da imprensa destacava ainda as opiniões das lideranças situacionistas, com relação ao posicionamento frente ao Regime Militar, conforme matéria que iniciava esclarecendo: “*Por solicitação do Estado maior*

<sup>420</sup> Este assunto ganhava visibilidade ainda nas matérias: “*Polícia Invadiu Igreja Para Dissolver Passeata*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 10, 14 mar. 1966, segunda-feira, chamada de capa: “*Belo Horizonte / Bombas Dissolvem Passeata*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 16 mar. 1966, sábado; “*Polícia Mineira Acaba Passeata com Bombas e Cerca Assembléia*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 16 mar. 1966, sábado.

<sup>421</sup> Chamada de capa: “*Passeata depende de ordem / Estudantes tentaram, mas polícia vetou: passeata só com ordem da Segurança*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 23 mar. 1966, sábado, “*Passeata Só com Ordem*”, *Id.*, *ibid.*, p. 12.

<sup>422</sup> Essas representações demonstravam ainda a importância da imprensa para aproximar manifestações ocorridas em diferentes pontos do país, envolvendo estudantes universitários, conforme analisado anteriormente.

do III Exército, publicamos a seguinte nota transcrevendo o manifesto do DCEUFRGS<sup>423</sup>. A matéria seguia:

“Em relação à propalada manifestação de solidariedade aos estudantes mineiros vilmente espancados pela Polícia, que realizaria hoje (ontem) frente à Reitoria, temos a esclarecer à opinião estudantil que: 1 — Se a realização da passeata tiver como objetivo a pacífica manifestação de solidariedade e apoio aos estudantes mineiros, cabe o nosso decisivo apoio<sup>424</sup>.”

Assim, ao contrário dos universitários oposicionistas que ganhavam visibilidade apenas de forma indireta, as lideranças universitárias situacionistas ganhavam destaque, através da publicação de seu manifesto. Além disso, a representação construída a partir de documento enviado pela liderança situacionista à empresa jornalística reproduzia a visão de manifestação deste grupo<sup>425</sup>.

No segundo semestre de 1966, os universitários oposicionistas de Porto Alegre organizavam-se em protesto contra a ação policial em outros estados do país<sup>426</sup>. A imprensa destacava a união das lideranças universitárias do DEE (Süffert, situacionista) e do DCE da UFRGS (Carlos Alberto Veira, oposicionista) na combinação com as autoridades para organizar o protesto. Destacava-se na imprensa o resultado da passeata, afirmando: “*com a polícia limitando-se a garantir a ordem, os universitários realizaram ontem vibrante passeata, sob aplausos do povo*”<sup>427</sup>. A representação afirmava que este protesto fora bem sucedido, apesar das pessoas oferecerem as casas para abrigar os jovens, frente ao grande contingente de policiais na Praça da Alfândega. Contudo, a mesma representação destacava

<sup>423</sup> “Manifesto Universitário”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 7, 23 mar. 1966, sábado.

<sup>424</sup> Id., *ibid.*

<sup>425</sup> Ainda sobre este assunto, ver: “*Passeata depende de ordem / Estudantes tentaram, mas polícia vetou: passeata só com ordem da Segurança*” (p. 1, 23 mar. 1966, sábado), “*Passeata Só Com Ordem*” (Id., *ibid.*, p. 12). A proibição da passeata ganhava visibilidade ainda em *Zero Hora*, na matéria: “*Passeata dá Inquérito*” (p. 5, 25 mar. 1966, sexta-feira).

<sup>426</sup> Conforme matéria: “*Estudantes acatam Bermudez / Passeata Hoje Com Proteção Policial*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 24, 16 set. 1966, sexta-feira.

<sup>427</sup> “*Protesto Não Foi Proibido*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 17 set. 1966, sábado e “*Passeata de dois mil é assim*”, Id., *ibid.*, p.3.

que “o temor não tinha fundamento, pois os policiais não tomaram qualquer atitude agressiva”<sup>428</sup>.

Dessa maneira, a representação reproduzia a lógica dos componentes do Regime Militar de necessidade de ordem. Podemos perceber a partir da leitura da matéria a lógica de que, como o protesto fora autorizado pelos componentes do Regime Militar, não ocorrera repressão violenta. Ou seja, as ações dos componentes do novo Regime eram legitimadas através da representação. Destacava-se ainda a união dos universitários opositores e situacionistas, na idéia de consenso.

A imprensa destacava ainda a crise estudantil no ano de 1966 em Porto Alegre. Na UFRGS, algumas faculdades protestavam com greve, apesar do reitor Milano afirmar que “a paralisação das aulas é ilegal”<sup>429</sup>. Ele seguia afirmando:

Não se cogita de expurgo de professores. Nem de alunos. E principalmente porque a maioria quer trabalhar, adotando a posição mais certa para servir à Pátria. Se a paralisação for executada, só resta à Reitoria um caminho: tomar as medidas cabíveis, mantendo a lei a qualquer preço, com a consciência tranqüila do dever cumprido<sup>430</sup>.

Esse trecho da representação destacava o depoimento privilegiado do reitor. Na reportagem aparecia ainda o depoimento de Süffert, liderança situacionista, afirmando que “a greve não é a solução”<sup>431</sup>, destacando só protestar com ordem. Já Vieira, liderança opositora com relação a este Regime, afirmava: “Foi o governo que abriu a luta [...]. Nós estamos respondendo à repressão policial”<sup>432</sup>. Ele afirmava ainda não acreditar em plano nacional de agitação, mas em “resposta nacional dos estudantes à violência lançada em todo o país”<sup>433</sup>. A reportagem seguia:

Para o presidente do DCE, seus companheiros não devem temer a intervenção, porque ela já está sendo executada e o governo não tem condições de torná-la mais forte. E se suas manifestações derem motivo à

---

<sup>428</sup> Id., *ibid.*

<sup>429</sup> “Três Faculdades Estão em Greve”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 22 set. 1966, quinta-feira.

<sup>430</sup> Id., *ibid.*

<sup>431</sup> Id., *ibid.*

<sup>432</sup> Id., *ibid.*

<sup>433</sup> Id., *ibid.*

decretação do estado de sítio, finaliza o líder estudantil, tanto pior para o governo “que verá então uma reação muito maior”.<sup>434</sup>

Percebemos que, na lógica da neutralidade, os componentes da empresa jornalística buscavam apresentar as falas dos grupos divergentes com relação a essa questão. Ou seja, a partir dos diferentes depoimentos utilizados para a construção da representação, o jornal conferia visibilidade às disputas e aos diferentes posicionamentos das lideranças divergentes em relação ao Regime Militar, atuando como um espaço de debate e reafirmando sua neutralidade. Apesar de aparentemente contraditória com o apoio ao Regime Militar, é importante destacar que a lógica da neutralidade dos jornais informativos modernos reforça esse posicionamento em função da utilização das estratégias diferenciadas de visibilidade adotadas pelos componentes das empresas jornalísticas para abordar o assunto em análise, sem abandonar o discurso de isenção e objetividade necessários para manter a credibilidade junto aos leitores dos jornais.

A repercussão do protesto planejado pelos universitários opositores também aparecia na imprensa, conforme matéria que afirmava: “*Filosofia e Direito não tomaram a sério o ‘Dia Nacional de Protesto contra a Ditadura’ e, por isso, a greve decretada para ontem nos meios estudantis deu em pouca coisa*”<sup>435</sup>. Nesse trecho, percebemos a desqualificação do protesto dos universitários opositores na representação. Em contraponto às ações dos universitários, a matéria destacava ainda a fala do reitor da UFRGS, afirmando que, naquela universidade, a greve fora: “*coisa de meia dúzia de arruaceiros*”<sup>436</sup>. Ou seja, conferia um espaço privilegiado de visibilidade para o reitor, enquanto os universitários não eram sequer nomeados.

---

<sup>434</sup> Id, ibid.

<sup>435</sup> “*Fracassou a Greve*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 23 set. 1966, sexta-feira.

<sup>436</sup> Id., ibid., p. 12.

A representação do protesto construída pela imprensa destacava ainda que, ao contrário de outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, em Porto Alegre a polícia não precisara intervir para conter as manifestações dos universitários. Na mesma matéria, o reitor da UFRGS, professor Milano afirmava ainda que a punição dos estudantes seria tomada pelos diretores das faculdades. Destacava ainda a diferença do posicionamento das lideranças universitárias, exemplificados no posicionamento das lideranças do Diretório Acadêmico Ferreira Viana e o Diretório Acadêmico XXII de Março. O primeiro era posicionado contra a UNE e pela tranqüilidade dos estudantes, ou seja, de posição situacionista frente ao Regime Militar, uma vez que condenava a entidade responsável pela representação dos estudantes no período anterior ao Regime Militar e que se posicionava contra este. Além disso, a fala da liderança reproduzida na reportagem legitimava a lógica do Regime Militar de manutenção da ordem, expressa na idéia de tranqüilidade.

Já o segundo Diretório, apresentava posicionamento de oposição frente ao Regime Militar, uma vez que expressava sua defesa da UNE. Ou seja, reclamava o direito de posicionamento contrário ao Regime Militar por parte dos estudantes universitários. Assim, o jornal apresentava-se como espaço de visibilidade dos diferentes posicionamentos entre os grupos de universitários representantes do movimento estudantil universitário, reafirmando sua neutralidade e expressando seu papel de espaço de discussão<sup>437</sup>, conforme analisamos anteriormente.

A entidade situacionista de representação estudantil, o DNE, organizada a partir dos representantes do Regime Militar, também buscava, através da imprensa,

---

<sup>437</sup> Ainda sobre a passeata de apoio aos estudantes de MG, destacamos matéria construída com publicação de resolução distribuída à imprensa e assinada pelo reitor e pelos diretores de Escolas e Faculdades da UFRGS que suspendia as atividades na Universidade: *"Pacíficamente realizada passeata estudantil de apoio aos mineiros"*, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 24 mar. 1966, quinta-feira.

tornar visível seu posicionamento com relação à atuação dos colegas, conforme segue na representação da imprensa construída a partir de manifesto enviado pelas lideranças do DNE ao jornal:

Torna-se claro face aos últimos acontecimentos que existe, hoje como em outras épocas, uma sistemática tentativa de distorção dos projetos e objetivos dos universitários. Ninguém mais pode acreditar na sinceridade de certos movimentos de massa, supostamente realizados em solidariedade aos estudantes vilmente agredidos em Belo Horizonte<sup>438</sup>.

Nesta representação, privilegiava-se material enviado pelas lideranças universitárias situacionistas, deixando o posicionamento dos opositoristas invisível, estes aparecem apenas indiretamente, quando são referidos pelos situacionistas<sup>439</sup>.

Ainda para protestar contra os acontecimentos com universitários em outros estados brasileiros, os universitários porto-alegrenses buscavam organizar passeatas. No entanto, a imprensa afirmava a rivalidade existente entre os grupos, ao destacar a realização de passeatas diferentes, como forma de protestar pelo fechamento de Diretórios Acadêmicos na Guanabara e em São Paulo e pela prisão de estudantes paulistas, convocadas por entidades rivais, o Diretório Estadual de Estudantes, entidade situacionista, e o Diretório Central de Estudantes da UFRGS:

As duas passeatas estão sendo consideradas por observadores da política estudantil como o começo da luta que deverão travar o DEE e o DCE-URGS para conseguir a liderança efetiva dos universitários de Porto Alegre. As duas entidades realizaram recentemente eleições para renovar suas diretorias, ficando o DEE em mãos consideradas antiesquerdistas e o DCE-URGS no domínio da esquerda<sup>440</sup>.

Através da reportagem, percebemos a reprodução do discurso dos componentes do Regime Militar, com a identificação dos universitários opositoristas com a esquerda. O jornal, buscando tornar-se espaço de debate, na lógica da

<sup>438</sup> “DNE toma posição diante da agitação promovida no meio universitário”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 29 mar. 1966, terça-feira.

<sup>439</sup> O posicionamento dos universitários situacionistas ganhava visibilidade ainda na matéria: “CASTA Não Apóia Passeatas”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.9, 30 mar. 1966, quarta-feira. A repercussão local do que ocorria em outros estados aparecia ainda na matéria: “DCE convoca assembléia dos estudantes da URGs”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16: Casas de Ensino, 13 set. 1966, terça-feira.

<sup>440</sup> “DCE da URGs promove passeata e aprova programa de luta da UNE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15: Casas de Ensino, 15 set. 1966, quinta-feira.

neutralidade, tornava visíveis propostas e ações dos dois grupos de universitários em conflito, no entanto, refere-se aos opositoristas pejorativamente, em um contexto no qual a denominação de esquerda era vista desta forma.

O resultado das ações dos universitários também ganhava espaço na imprensa com o relato da transferência pelo DCE da UFRGS da sua passeata para o mesmo horário da manifestação do DEE, em vista de a Secretaria de Segurança não ter dado a permissão para a realização de duas passeatas estudantis. Sobre as manifestações, a representação afirmava:

A passeata do DCE, ao que tudo indica, deverá ter um tom mais radical, exprimindo certas teses caras aos estudantes de esquerda, como o apoio à UNE etc. Na passeata do DEE, estarão presentes, além de estudantes da UFRGS, alunos da PUC e de Faculdades isoladas<sup>441</sup>.

Através da reportagem, é possível identificar novamente a lógica de neutralidade da empresa jornalística, uma vez que a representação busca mostrar a disputa entre as lideranças situacionistas e opositoristas, com relação ao Regime Militar. Mais uma vez também se percebe o tratamento depreciativo conferido ao posicionamento dos universitários opositoristas, considerados radicais e identificados com tendências de esquerda. A repercussão da passeata, reprimida pelas forças policiais também aparecia nas páginas da imprensa:

Os objetivos da passeata, segundo foi divulgado pelos líderes estudantis, seriam de solidariedade aos colegas da Guanabara e São Paulo, em face da ação policial. Entretanto, notou-se uma radical dissonância nos dizeres que cada um dos grupos apresentou nos cartazes e faixas que conduziam. Enquanto o DEE fazia somente algumas acusações à violência policial, manifestando-se contra a UNE, contra a agitação e pedindo maiores verbas para o ensino, os estudantes que seguiam a orientação do DCE-UFRGS mostravam-se a favor da UNE e criticavam o Governo, pedindo liberdade<sup>442</sup>.

A representação, construída na lógica de neutralidade, buscando mostrar a disputa entre os grupos divergentes no interior do movimento estudantil universitário,

---

<sup>441</sup> “Secretaria de Segurança Permite / Passeatas estudantis vão hoje até o centro”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 16 set. 1966, sexta-feira.

<sup>442</sup> “Passeata dos universitários foi dissolvida no centro pela polícia”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 17 set. 1966, sábado.

destacava a diferença dos cartazes de cada grupo, criticando o posicionamento dos universitários oposicionistas, com relação ao Regime Militar. A divergência entre os grupos de estudantes tornava-se visível ainda na avaliação dos incidentes pelas lideranças estudantis situacionistas que responsabilizavam o presidente do DCE-UFRGS pelos incidentes verificados na passeata, através de nota oficial publicada na imprensa:

“O Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul, tendo em vista os lamentáveis acontecimentos ocorridos no dia de hoje, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, envolvendo universitários que participavam de uma passeata de protesto, com a polícia, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos: [...] 4º) Fica desta forma caracterizada perfeitamente a má vontade, e a intenção de parte dos elementos que foram responsáveis pelo evento de jamais procurar uma realização positiva e honesta, senão que sistematicamente faltam à palavra empenhada, com fins escusos de autopromoção e agitação estéril e improdutiva”<sup>443</sup>.

Assim, podemos perceber mais uma vez a visibilidade privilegiada, conferida pelas empresas jornalísticas, às lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar. Ou seja, as lideranças universitárias oposicionistas ganhavam apenas visibilidade indireta, quando eram referidas pelos componentes do Regime Militar ou pelas lideranças universitárias situacionistas<sup>444</sup>.

Na mesma lógica, o DEE, entidade situacionista, com relação ao Regime Militar, de representação dos universitários, utilizava-se do espaço da imprensa para publicar nota criticando as ações do Regime Militar e a atuação dos colegas oposicionistas:

... O Diretório Estadual de Estudantes, perante a opinião pública e estudantil, presta os seguintes esclarecimentos: 1) repudia toda a atitude que venha a ferir a autonomia universitária, bem como atingir a integridade do universitário brasileiro; 2) denuncia que elementos não identificados com as aspirações estudantis estão procurando conturbar através de atitudes negativistas, e de auto-destruição, como greves, passeatas não autorizadas, desrespeito às

<sup>443</sup> Id., *ibid.*

<sup>444</sup> A representação da passeata ganhava visibilidade ainda na matéria: “*Estudante autuado pelo DOPS por infração à Lei de Segurança Nacional*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 17 set. 1966, sábado. A preocupação com o que os integrantes do Regime Militar identificavam com a “*desordem estudantil*” ganhava visibilidade ainda na matéria: “*Governo Enquadrará Agitadores na Lei de Segurança Nacional*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 20 set. 1966, terça-feira.

autoridades, o movimento universitário brasileiro; 3) não reconhece na extinta União Nacional de Estudantes condições morais para liderar os universitários brasileiros<sup>445</sup>.

Através da análise da representação da imprensa é possíveis identificar a visibilidade privilegiada do documento produzido pelas lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar, e a relação feita por estas das lideranças ligadas à UNE com a agitação, ou seja, ocorre a reprodução do discurso dos componentes do Regime Militar de necessidade de manutenção da ordem. A ação das lideranças e universitários oposicionistas, com relação ao Regime Militar, era condenada e relacionada com a desordem. Realizavam ainda crítica à UNE enquanto entidade de representação.

A repercussão da passeata dos universitários destacava-se ainda na matéria:

A Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da URGs, divulgou na imprensa vespertina de ontem, com Apedido, um “Esclarecimento” em que afirma que o presidente da entidade “não assumiu qualquer compromisso quanto a pronunciamentos após a passeata, comunicando mesmo que eles seriam efetuados”. Afirma, por outro lado, que o lamentável incidente do ferimento do comandante da Guarda Civil, bem como de estudantes, foi originado quando aquele policial retirou das mãos do acadêmico José Pedro Conceição, Assessor Político da Presidência do DCE<sup>446</sup>.

Na construção da representação, podemos perceber, que ao contrário das matérias construídas com reprodução integral do material produzido pelas lideranças universitárias situacionistas, nesse caso a utilização do “Apedido” produzido por lideranças oposicionistas em relação ao Regime Militar, ocorria parcialmente, com comentários dos componentes da empresa jornalística intercalando-o. Portanto, identificamos a diferenciação da visibilidade conferida, privilegiando a fala das lideranças universitárias situacionistas<sup>447</sup>.

---

<sup>445</sup> Id., *ibid.*

<sup>446</sup> “DNE condena atuação do DCE da URGs na passeata”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 20 set. 1966, terça-feira.

<sup>447</sup> Sobre as passeatas reprimidas pela polícia, ganhava visibilidade ainda o artigo: TORRES, João Camillo de Oliveira. “A Crise Estudantil”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 11 out. 1966, terça-feira.

O presidente da república também se manifestava acerca desta problemática em pronunciamento feito em João Pessoa, ao receber o diploma de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba, reafirmando seu desejo de dialogar com a classe estudantil:

“... O importante, porém, é que, libertado de qualquer influência estranha à própria vida universitária, se revista o movimento estudantil de uma nota nítida de autenticidade. [...] No particular, aliás, não tem variado minhas idéias, quanto à medida em que precisam os estudantes participar, livremente, da vida política do país. [...] Se ao professor não cabe fazer proselitismo com o objetivo de impor idéias ou ideologias, ao estudante compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo, por vezes, de joguete nas mãos dos que desejam a subversão”<sup>448</sup>.

Essa representação da imprensa, construída a partir de reprodução do discurso presidencial reafirmava o caráter democrático deste, privilegiando o depoimento de um componente do Regime Militar. A representação tornava visível, apenas de maneira indireta o grupo de estudantes universitários opositores. Ou seja, apesar de apresentar representações que tornavam visíveis ações e falas dos representantes dos diferentes grupos do movimento estudantil e de componentes do Regime Militar, muitas delas tornando visíveis conflitos entre os grupos, e reafirmando seu discurso de neutralidade, percebemos uma visibilidade diferenciada para cada grupo, com crítica à ação dos opositores do novo Regime.

Relatando protesto dos estudantes, ganhava visibilidade ainda a matéria:

Quando tudo – sob a mediação do Arcebispo – estava para ser resolvido, apareceram no local alguns deputados do MDB, tendo à frente o sr. Flávio Ramos e sra. Terezinha Chaise, que interromperam a sessão na Assembléia Legislativa e protestaram vivamente pelos fatos que estavam ocorrendo, de novo os estudantes ficaram agitados. O Arcebispo e deputados que chegaram posteriormente – Pedro Simon, Ariosto Jaeger, Ary Delgado, entre outros – conseguiram, no entanto, acalmar os ânimos [...]”<sup>449</sup>.

<sup>448</sup> “Castelo aos Estudantes: Atividades Universitárias Precisam Ser Libertadas da Ação dos Facciosos”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 3 maio 1966, terça-feira.

<sup>449</sup> “Violenta Repressão Policial Dissolve Passeata Estudantil”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22: contracapa, 12 maio 1967, sexta-feira.

Nessa representação, ganhava visibilidade uma crítica à ação dos deputados do MDB, acusados de agitar os estudantes reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar.

Em 1968, as mobilizações de solidariedade pela morte do estudante Édson Luís, na Guanabara, ganhavam destaque na imprensa. Em Porto Alegre, além da crise enfrentada por diversos cursos da UFRGS, a repercussão deste acontecimento aumentava a mobilização dos universitários opositores. Em função disso o reitor suspendia as atividades desta Universidade, conforme matéria:

A decisão do reitor, ao que tudo indica deverá esvaziar a crescente crise na Universidade e que ontem, inclusive, ameaçava agravar-se, adquirindo também aspectos políticos, em vista da repercussão dos acontecimentos no Rio de Janeiro em que um estudante foi morto pela polícia<sup>450</sup>.

Dessa maneira, a imprensa criticava a mobilização dos universitários opositores, condenando a ação política destes e, dessa forma, reproduzindo a lógica dos componentes do Regime Militar de conferir aos universitários a legitimidade somente da preocupação com questões especificamente do âmbito da Universidade.

Ainda com relação à morte de Edson Luis, a imprensa publicava transcrição de telefonema do ministro Gama e Silva, da Justiça ao governador Peracchi Barcellos prevenindo-o com relação às manifestações de rua que poderiam ser promovidas por estudantes<sup>451</sup>. Ou seja, as representações privilegiavam o depoimento das autoridades do Regime Militar e tornavam invisíveis as ações dos universitários opositores. Assim, era construída a imagem simbólica do estudante enquanto ingênuo e influenciado pela ameaça comunista internacional, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional do Regime Militar.

---

<sup>450</sup> "Reitor suspende por uma semana as atividades docentes da UFRGS", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 30 mar. 1968, sábado.

<sup>451</sup> "Alerta do Ministro da Justiça / Governador Afirma Que Não Permitirá Quebra da Ordem", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22: Contracapa, 2 abr. 1968, Terça-feira.

As mobilizações estudantis em Porto Alegre apareciam ainda na matéria que relatava a reunião de universitários no centro da cidade:

Grupos de estudantes universitários, secundaristas e elementos não ligados aos meios estudantis, mas que se aproveitaram da situação para incrementar a desordem, formando pequenos contingentes realizaram uma série de manifestações no centro da cidade. [...] Dando uma mostra de que suas intenções eram completamente alheias aos problemas estudantis, os manifestantes queimaram o retrato do Marechal Costa e Silva, que a Prefeitura Municipal havia mandado colocar num grande painel na Av. Borges, parte defronte à “Casa Guaspari”, enquanto outros, portando grandes bandeiras vietcongs, tentavam realizar ataques relâmpagos<sup>452</sup>.

Dessa maneira, a representação reproduzia o discurso dos componentes do Regime Militar de identificação das manifestações de oposição com elementos alheios à classe estudantil. Assim, ocorria a condenação das atividades políticas dos estudantes. Na representação estava presente ainda manifesto dos universitários da PUCRS:

Por sua vez, o Executivo do Diretório Central de Estudantes da PUC distribuiu uma nota protestando pelo assassinato do estudante Edson Souto e afirmando que sua morte “vem demonstrar mais uma vez a incompetência dos representantes do Ministério da Educação e Cultura, encarregado de manter o diálogo com os estudantes e atender as reivindicações justas e necessárias para reformar as estruturas arcaicas”. No final, pede a modificação dos atuais representantes do MEC, mas também conclama os estudantes para que “não se deixem levar pelos extremistas que nessas ocasiões se aproveitam do idealismo estudantil para promover agitações estereis e intranqüilizar a nação”<sup>453</sup>.

Dessa forma, apesar de mostrar a ação dos universitários oposicionistas, a representação da imprensa desqualificava essa ação e conferia visibilidade privilegiada ao depoimento de lideranças universitárias situacionistas. Os universitários oposicionistas apareciam apenas de maneira indireta, sem que ganhassem voz ou fossem nomeados, nessa estratégia de visibilidade diferenciada<sup>454</sup>.

<sup>452</sup> “*Governo e Forças Armadas Advertem / Ordem Será Mantida a Qualquer Preço*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20: Contracapa, 3 abr. 1968, quarta-feira.

<sup>453</sup> Id., *ibid.*

<sup>454</sup> As mobilizações estudantis ganhavam visibilidade ainda em editorial: “*Severidade para com os desordeiros*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 4 abr. 1968, quinta-feira. A mobilização dos estudantes porto-alegrenses aparecia ainda na matéria: “*Detidos Estudantes e Líderes Sindicalistas*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24: Contracapa, 4 abr. 1968, quinta-feira.

Ainda sobre as manifestações dos universitários porto-alegrenses em solidariedade aos colegas e outras regiões do Brasil, aparecia representação construída a partir de manifesto lançado pelos componentes do DCE-Livre “*de solidariedade aos estudantes espancados na Guanabara*”. Afirmavam que:

...nossa Universidade sofre os mesmos problemas. Nossa luta é a mesma de todos os estudantes brasileiros: 1) mais verbas para a educação; 2) pelo ensino gratuito; 3) contra a transformação das universidades em Fundação; 4) pela participação dos estudantes na elaboração dos currículos e em todas as decisões de modificações na Universidade<sup>455</sup>.

Essa representação conferia visibilidade às críticas das lideranças universitárias oposicionistas ao Regime Militar, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas<sup>456</sup>.

Com relação aos incidentes decorrentes da invasão da Universidade de Brasília pelas forças policiais, em 1968, destacava-se matéria:

Após o resultado das eleições [do Diretório Acadêmico], o ex-presidente Carlos Augusto de Souza e o novo, Eduardo Aydos, lançaram manifesto condenando “a invasão da Universidade de Brasília por policiais que, além de agredirem, espancaram e prenderem professores, alunos, funcionários e parlamentares, atingiram-nos com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de armas de fogo”. Afirmam que “a aviltante agressão sofrida pelos colegas e Brasília vem demonstrar, na prática, os termos com que o governo pretende ‘dialogar’ com os estudantes e encaminhar sua ‘reforma universitária’.”<sup>457</sup>.

Ou seja, na lógica de neutralidade das empresas jornalísticas, ganhava visibilidade a crítica ao Regime Militar por parte das lideranças estudantis universitárias através de representação construída a partir de manifesto produzido pelas lideranças estudantis<sup>458</sup>.

<sup>455</sup> “*Os Estudantes Continuam no seu protesto*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 21, 24 jun. 1968, segunda-feira.

<sup>456</sup> As manifestações dos universitários porto-alegrenses ganhavam visibilidade ainda nas matérias: “*Faraco quer o diálogo*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 25 jun. 1968, terça-feira; “*Protesto Hoje na Reitoria*”, *Id.*, *ibid.*, p. 9. Reagindo à repressão policial ocorrida na Universidade de Brasília ainda no ano de 1968, universitários porto-alegrenses mobilizavam-se, conforme matéria: “*Movimento em Brasília com Repercussões Aqui*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 31 ago. 1968, sábado.

<sup>457</sup> “*Situação manteve-se no Diretório da UFRGS*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 19, 2 set. 1968, segunda-feira.

<sup>458</sup> Sobre esse assunto, ver ainda: “*DCE-UFRGS toma posição*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 17, 5 set. 1968, quinta-feira.

As manifestações de apoio dos universitários porto-alegrenses se realizavam também na solidariedade aos colegas presos após a invasão policial do XXX Congresso da UNE, ganhando visibilidade na matéria que relatava entrevista à imprensa da capital, convocada pelo secretário de segurança:

Com referência às passeatas estudantis o general Ilha Moreira assim se expressou: “Política se faz nos partidos políticos, as escolas são para estudar, o povo já está farto de agitações estudantis”. E frisou, “não autorizo passeatas e se elas forem realizadas, serão reprimidas”<sup>459</sup>.

Contrariando orientação do secretário de segurança, ganhava visibilidade matéria relatando organização de assembléia para preparação de passeata pelas lideranças universitárias oposicionistas, com relação ao Regime Militar:

A Assembléia contou com a presença de 500 estudantes e desde o início foram firmadas duas posições a respeito da espécie de manifestação que deveria se realizar hoje. A posição defendida pelo DCE-Livre era de serem fitos comícios relâmpagos no centro da cidade e a dos secundaristas e diretoria de centros acadêmicos, que estavam representados, era a de ser efetuada uma passeata<sup>460</sup>.

Ou seja, na lógica de neutralidade dos jornais informativos modernos, buscava-se publicar o depoimento de um componente do Regime Militar e ação dos universitários. O resultado da passeata organizada por estas lideranças ganhava visibilidade na matéria:

A manifestação de protesto dos estudantes, ontem à tarde, não obteve sucesso. O policiamento agiu rapidamente. Houve apenas correrias e uma tentativa de comício-relâmpago. Sete pessoas foram detidas pela B.M.<sup>461</sup>.

Dessa maneira, apesar de tornar-se visível, a ação dos universitários oposicionistas era desqualificada<sup>462</sup>.

Portanto, ao analisarmos as matérias referentes às passeatas de protesto dos estudantes universitários de Porto Alegre com relação aos acontecimentos de outros

<sup>459</sup> “*Ibá critica deputados e avisa que não vai permitir passeatas*”, Zero Hora, Porto Alegre, p. 27, 16 out. 1968, quarta-feira.

<sup>460</sup> “*Estudantes Decidem por Passeata Hoje*”, Zero Hora, Porto Alegre, p. 21, 17 out. 1968, quinta-feira.

<sup>461</sup> “*Passeata Fracassou*”, Zero Hora, Porto Alegre, p. 1, 18 out. 1968, sexta-feira.

<sup>462</sup> A passeata de solidariedade aos universitários presos no XXX Congresso da UNE ganhava visibilidade ainda na matéria: “*Fracassou a passeata dos estudantes*”, Folha da Tarde, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 18 out. 1968, sexta-feira.

estados brasileiros, percebemos a visibilidade privilegiada conferida ao posicionamento dos componentes do Regime Militar e às lideranças universitárias situacionistas com relação a este Regime. Na maior parte das matérias, os universitários opositoristas ganhavam visibilidade apenas de maneira indireta quando eram referidos pelas lideranças universitárias situacionistas ou pelos componentes do novo regime.

Ou seja, mesmo quando há espaço de visibilidade para as ações da oposição, é no sentido de legitimar as ações do Regime Militar. Notamos ainda neste aspecto a homogeneidade das representações dos diferentes jornais analisados, conforme destacamos anteriormente.

### *5.5 A Questão da UNE*

No início do Regime Militar, a UNE, entidade máxima de representação dos universitários brasileiros, é colocada na ilegalidade. A imprensa destacava as ações do novo regime na tentativa de impedir a reorganização desta entidade e a reação dos estudantes opositoristas contra esta medida, organizando os congressos anuais da entidade, apesar das proibições<sup>463</sup>.

As tentativas dos representantes do Regime Militar de impedir a organização da UNE ganhavam visibilidade nos anos seguintes do período de instalação do Regime Militar. Em janeiro de 1965, destacava-se matéria referente ao destino da antiga sede da UNE:

---

<sup>463</sup> Sobre o processo de tentativa de desarticulação da UNE, em junho, *Zero Hora* destacava as matérias: “*Justiça Entrega Sede da UNE ao Governo Carioca*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 jun. 1964, quinta-feira, p. 4; “*Ministro Propõe Extinção da UNE a Castelo Branco*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 5 jun. 1964, sexta-feira. Na lógica de necessidade de fechamento da entidade máxima de representação dos estudantes para evitar o envolvimento político dos estudantes destacava-se matéria: “*UNE extinta*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 4 jul 1964, sábado.

O presidente da República assinou decreto destinando o prédio anteriormente ocupado pela UNE ao Serviço Nacional de Teatro, onde passarão a funcionar o Conservatório, e o museu do SNT, além do museu Vila Lobos. Nos fundos do prédio será instalado um restaurante pelos estudantes. O prédio, que foi incendiado durante os primeiros dias da revolução democrática continuará propriedade da Campanha de Assistência do Estudante do Brasil, do Ministério da Educação<sup>464</sup>.

A construção desta representação se dá utilizando-se os termos empregados pelos componentes do Regime Militar, como “*revolução democrática*”, ou seja, os componentes da empresa jornalística reproduziam a lógica do novo Regime em matéria, espaço que deveria expressar a neutralidade presente na fala dos jornais informativos modernos. Na mesma linha, destacava-se:

Depois de servir durante anos à subversão e ao comunismo internacional, a antiga sede da União Nacional dos Estudantes – UNE – na raia do Flamengo, vai passar por uma reforma geral a fim de ser ocupada por diversos órgãos do Ministério da Educação e Cultura e da Campanha de Assistência aos Estudantes<sup>465</sup>.

Essa representação reproduzia em matéria, espaço que deveria apresentar-se como neutro, a lógica dos componentes do Regime Militar de desmobilizar a entidade máxima de representação estudantil quanto à justificativa por esses apresentada, remetendo mais uma vez à lógica da subversão da ordem, que impedia o desenvolvimento do Brasil, e do inimigo externo, o comunismo.

Após a decisão de extinção da UNE, permaneciam ganhando espaço de visibilidade nos jornais os inquéritos que a investigavam:

Dentro de 30 dias, deverá estar concluído o IMP que investiga as atividades subversivas da UNE, UBES e demais filiadas à extinta organização estudantil, estando os trabalhos do inquérito em fase de tomada de depoimentos dos indiciados, cuja relação foi publicada no “Diário Oficial” do dia 30 de agosto. Essa fase trouxe novas revelações em torno da trama subversiva que dominava as entidades estudantis do País, inclusive a origem de altas somas em dinheiro, provenientes dos países da “cortina de ferro” e da China comunista<sup>466</sup>.

<sup>464</sup> “Da UNE para o SNT”. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 11 jan. 1965, segunda-feira.

<sup>465</sup> “Sede da UNE vai ter nova função”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10: Casas de Ensino, 16 abr. 1965, sexta-feira.

<sup>466</sup> “Estará concluído em 30 dias o IPM da UNE-UBES”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 7 set. 1965, terça-feira.

Nessa representação, percebemos a reprodução da lógica da Doutrina de Segurança Nacional do Regime Militar de identificação da oposição com a ameaça comunista internacional.

Estavam presentes nas representações da imprensa também matérias referentes à relação da Igreja com o movimento estudantil<sup>467</sup>. É importante salientar que a Igreja não agia com um bloco único, mas segmentada. As representações tornavam visível a divisão da Igreja entre o apoio ao Regime Militar e condenação das manifestações estudantis e dos religiosos que davam apoio aos estudantes oposicionistas, em sua ala conservadora, e o apoio ao movimento estudantil universitário, em sua ala progressista. Esta última tornava-se visível no momento em que as representações da imprensa demonstram a ação dos religiosos que abrigavam os estudantes universitários nos conventos para a realização dos Congressos clandestinos da UNE, o uso das missas pelos universitários como instrumento de protesto com a realização de discursos de protesto no espaço da Igreja e presença de religiosos nas passeatas de protesto contra o Regime Militar.

Nessa lógica, congresso da UNE ganhava visibilidade ainda através de matérias relacionado o movimento estudantil universitário aos religiosos, através das atividades da Ação Popular<sup>468</sup>:

Na fase de depoimentos que estão sendo tomados dos indiciados nesses IPMs [de investigação das atividades da UNE], foi possível constatar que a Ação Popular nada mais era do que uma nova frente do Partido Comunista. [...] Existem documentos que comprovam as ligações do grupo com órgãos

<sup>467</sup> A relação dos religiosos com os estudantes destacava-se nas matérias: “Padres Franciscanos Dizem Que Não Autorizaram o Congresso da UNE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 31 jul. 1966, domingo; “UNE realizou reunião no Convento dos Franciscanos”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 30 jul. 1966, sábado; “Padres Franciscanos Dizem Que Não Autorizaram o Congresso da UNE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 31 jul. 1966, domingo; “Prisão de religiosos: Ministro não fala”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 3 ago. 1967, quinta-feira; “D. Jaime Câmara e os estudantes”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4: Editoriais e Colaborações, 5 ago. 1967, sábado; “D. Vicente Discorda dos Padres Que Favoreceram Congresso Ilegal da UNE”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24: contracapa, 8 ago. 1967, terça-feira; “D. Vicente Não vê Como Legitimar Violências Contra os Estudantes”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 9 abr. 1968, terça-feira.

<sup>468</sup> Surgida da Juventude Universitária Católica. Quando os componentes da Igreja proibiram a JUC de realizar atividades políticas, os universitários dissidentes organizaram a Ação Popular.

do comunismo internacional, inclusive correspondência em que são acusadas remessas de dinheiro, instruções, métodos de agitação e tudo mais que define a técnica vermelha de agitação e infiltração. Os que faziam parte da Ação Popular, em seus depoimentos alegam serem adeptos do socialismo, do bem do homem, expressa muito usada nos relatórios do Partido Comunista, que fazem parte da documentação que instrui o IPM da UNE e da UBES<sup>469</sup>.

Na representação, identificamos a reprodução da Doutrina de Segurança Nacional do Regime Militar de identificação dos opositores com a ameaça comunista<sup>470</sup>. Ou seja, a matéria legitimava a fala dos componentes do novo Regime.

O congresso da UNE também era assunto que promovia a visibilidade da existência de grupos divergentes no interior do movimento estudantil universitário, conforme representação a seguir:

Presidente do DCE da PUC, UFRGS e algumas cidades do interior, enviaram mensagens a ZH dizendo que não vão participar do encontro de Minas "por não reconhecerem a extinta UNE como entidade representativa dos estudantes brasileiros"<sup>471</sup>.

A representação tornava visível o depoimento privilegiado das lideranças universitárias situacionistas, com relação ao Regime Militar, enquanto os

<sup>469</sup> "Estará concluído em 30 dias o IPM da UNE-UBES". *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 7 set. 1965, terça-feira.

<sup>470</sup> Apesar de ilegal, a entidade máxima dos estudantes, UNE, permanecia se reunindo na clandestinidade. Seus congressos ganhavam visibilidade na imprensa, conforme as matérias: "Congresso da UNE repudia Lei Suplicy", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 27 jul. 1965, terça-feira; "UNE prepara bancada gaúcha ao congresso". *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 2, 1º jul. 1966, sexta-feira.

<sup>471</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 18: coluna mundo estudantil, 25 jul. 1966, segunda-feira. O Congresso da UNE ganhava visibilidade ainda nas matérias: "Sul participa do congresso da UNE". *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 19 jul. 1966, terça-feira; "UNE: famílias querem abrigar congressistas", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 25 jul. 1966, segunda-feira; "Congresso da UNE: polícia de Minas intimida estudantes", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 27 jul. 1966, quarta-feira; "Congresso da UNE tem cem gaúchos", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 28 jul. 1966, quinta-feira; "UNE: cinco mil policiais tentam impedir congresso", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 29 jul. 1966, sexta-feira; "BH: estudantes iludem polícia", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 30 jul. 1966, sábado; "UNE: estudantes iludem a polícia e fazem congresso", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, mesma data; "Novo presidente quer UNE legal para representar" *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 17, 1º ago. 1966, segunda-feira; "Polícia mineira fecha UEE e efetua prisões", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13: Casas de Ensino, 27 jul. 1966, quarta-feira; "Previstos incidentes em B. Horizonte", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 28 jul. 1966, quinta-feira; "DNE verbera atentado de Recife", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9: Casas de Ensino, 29 jul. 1966, sexta-feira; "Fundos Vêm de Fora: Reunião da UNE Será Impedida Até Pela Força", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 29 jul. 1966, sexta-feira. Ainda sobre as repercussões do Congresso da UNE, ganhava visibilidade matéria: "UNE realizou reunião no Convento dos Franciscanos", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 30 jul. 1966, sábado.

universitários oposicionistas apareciam apenas de forma indireta, quando pelos primeiros eram referidos.

As ações promovidas pelos integrantes da UNE também era assunto presente na imprensa porto-alegrense:

Por determinação da União Estadual de Estudantes (UNE), entidade que continua atuando em certos meios estudantis, embora tenha sido extinta pelo governo federal por atividades consideradas atentatórias à segurança nacional, universitários de tendência esquerdista de todo o país estão promovendo hoje o que chamam “Dia Nacional Contra a Ditadura”. Este “Dia” pelo que determinou a UNE deve ser celebrado com uma greve geral de todos os universitários brasileiros e com manifestações de rua, como passeatas, comícios, etc<sup>472</sup>.

A representação reproduzia a fala dos componentes do Regime Militar em matéria, espaço que deveria ser neutro, ao afirmar a “*tendência esquerdista*” dos oposicionistas ao Regime Militar. Ou seja, legitimava-se, através da representação da imprensa, o novo Regime.

Outro grupo social que conferia visibilidade ao movimento estudantil universitário de Porto Alegre era a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. As representações construídas a partir da fala dos integrantes da TFP tornavam visível a divisão entre os universitários. Estavam presentes nas matérias referentes a essa Sociedade, as críticas aos estudantes oposicionistas, com relação ao Regime Militar, e o apoio aos estudantes universitários situacionistas, com relação a este Regime, alguns deles integrantes desta Sociedade. Nesse sentido, destacava-se matéria relatando a distribuição de um manifesto “*repudiando a penetração da mentalidade esquerdista no meio estudantil*” pelos universitários católicos militantes da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, em plano nacional:

O manifesto, com o título – “Uma força nova a serviço do Brasil” – afirma que é oportuna uma tomada de posição perante a contínua penetração da mentalidade esquerdista nos meios universitários, tendo em vista que, “além

<sup>472</sup> “*Dividida a Classe Universitária Gaúcha em Torno da Greve da UNE*”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12: Casas de Ensino, 22 set. 1966, quinta-feira.

da crescente pressão internacional do comunismo da Ásia e na África, vem ele procurando disseminar guerrilhas em toda a América Latina, infelizmente contando com a colaboração e a omissão de tantos dos que, por suas tradições cristãs, devem ser os mais irreconciliáveis inimigos do marxismo". [...] Ao final, diz o manifesto: "Ao nos dirigirmos aos nossos colegas desta Faculdade, vimos pedir-lhes o apoio para evitar as contínuas desordens que o comunismo progressista procura lançar nos meios universitários deste Estado"<sup>473</sup>.

Ou seja, através da representação, ganhava visibilidade, através de transcrição de parte do manifesto, a crítica aos estudantes universitários opositoristas com relação ao Regime Militar<sup>474</sup>. A matéria, deixava invisível a reação destes, ou seja, legitimava a ação dos componentes da TFP em defesa do novo Regime.

Sobre o Congresso da UNE em 1968<sup>475</sup>, destacava-se ainda matéria:

O encontro regional preparatório ao XXX Congresso Regional dos Estudantes da ex-UNE objetiva, segundo seus organizadores, "fazer um levantamento do movimento estudantil no Rio Grande do Sul; analisar a estrutura e o encaminhamento de uma entidade de luta a partir das discussões e estudar as formas de aplicá-lo; tirar uma posição do Rio Grande do Sul quanto ao encaminhamento do Congresso Nacional e debater as teses apresentadas"<sup>476</sup>.

Essa representação conferia visibilidade indireta aos estudantes opositoristas, com relação ao novo Regime, uma vez que as ações destes eram descritas sem apresentar seus depoimentos ou nomear os universitários. Também se buscava desqualificar a entidade representativa dos universitários opositoristas.

Ainda desqualificando esta entidade, destacava-se matéria:

...A maioria do povo brasileiro está à margem de quaisquer tentativas de agitação, de quaisquer colorações; ação enérgica do governo em São Paulo, acaba de demonstrar quão mítico era o poderio da chamada cúpula da extinta

<sup>473</sup> "TFP lança manifesto no meio universitário contra o comunismo", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11: Casas de Ensino, 11 maio 1968, sábado.

<sup>474</sup> A ação dos universitários pertencentes à TFP ganhava visibilidade ainda na matéria: "Universitários lançam manifesto denunciando pressão esquerdista", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 12 maio 1968, domingo; "Estudantes da TFP difundem livros anticomunistas", *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 28 maio 1968, terça-feira.

<sup>475</sup> Sobre a preparação para o Congresso da UNE de 1968, ganhavam visibilidade as matérias: "Universitários voltaram, pensando na UNE", *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 2 ago. 1968, sexta-feira; "Aqui também se prepara o Congresso da UNE", *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16, 7 ago. 1968, quarta-feira; "UNE vai a S.C.", *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 15: Colégios e Universidades, 10 ago. 1968, sábado; "Congresso da UNE", *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16: Colégios e Universidades, 13 set. 1968, sexta-feira.

<sup>476</sup> "O que pretende a ex-UNE", *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 13, 19 set. 1968, quinta-feira.

UNE. Configurado o quadro ora exposto, uma posição tem que ser a de todos os brasileiros que desejam sinceramente a estabilidade política indispensável ao desenvolvimento: união em torno do governo e das instituições do regime da Carta de 1967. Para que minorias agressivas não venham a impor suas vontades à maioria<sup>477</sup>.

Ainda nessa lógica, destacava-se matéria com o depoimento de liderança universitária situacionista, com relação ao Regime Militar, o presidente do DEE, Antônio Carlos de Avelar Bastos:

“Estamos assistindo à radicalização progressiva das forças que atuam no cenário brasileiro. Ainda que uma minoria de estudantes e não estudantes se reúnam no interior de uma granja em São Paulo e realizem um congresso vazio e clandestino para que a polícia se movimente e prendendo dê o realce, a motivação de que necessitam os extremistas da ex-UNE para mobilizar seus asseclas espalhados por todo o país e estes envolverem parte da juventude universitária e da população em manifestações de protesto cujo saldo negativo todos conhecem. [...] A prisão dos participantes do XXX Congresso da ex-UNE está conseguindo a repercussão que o Congresso em si não jamais conseguiria<sup>478</sup>”.

Assim, percebemos que, na lógica da neutralidade presente no discurso dos componentes das empresas jornalísticas analisadas, os universitários opositores conquistavam visibilidade. No entanto, esta se dava somente de maneira indireta, quando se desqualificar suas ações<sup>479</sup>.

Analisando as matérias referentes à UNE, percebemos que as representações da imprensa conferem visibilidade privilegiada aos universitários situacionistas e são espaço de crítica aos opositores, privilegiando a fala primeiros e dos componentes deste Regime nas matérias. O posicionamento dos universitários opositores ganhava visibilidade apenas de maneira indireta, quando por outros atores sociais eram referidos.

<sup>477</sup> “*União*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 15 out. 1968, terça-feira.

<sup>478</sup> “*Prisão promoveu o Congresso*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 14, 19 out. 1968, sábado.

<sup>479</sup> Ainda sobre o Congresso da UNE, ganhavam visibilidade as matérias: “*Congresso da ex-UNE hoje*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 21 set. 1968, sábado; “*UNE regional: nem todos aderiram*”, *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 14: Colégios e Universidades, 21 set. 1968, sábado; “*Fim do congresso clandestino / Presos 1200 estudantes*”, *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1, 14 out. 1968, segunda-feira; “*Presos todos os líderes e mais 1240 estudantes*”, *Id.*, *ibid.*, p. 8.

Ou seja, as representações da imprensa legitimavam as ações do Regime. Destacamos ainda a homogeneidade do discurso das diferentes empresas jornalísticas analisadas, com relação a este assunto.

## Conclusão

Para a realização deste trabalho, partimos de uma reflexão teórica na qual apontamos a importância da imprensa enquanto espaço fundamental de visibilidade do movimento estudantil universitário. Trabalhando com a realidade da imprensa porto-alegrense, buscamos analisar as representações presentes nos jornais informativos modernos *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora* a fim de perceber como estas representações construíam simbolicamente a realidade do movimento estudantil universitário de Porto Alegre.

A existência deste movimento social para as pessoas que não participavam do movimento estudantil ou não presenciavam suas manifestações dependia do espaço de visibilidade conquistado na imprensa. Nesse sentido, no contexto analisado, percebemos o papel fundamental desempenhado pela imprensa na representação dos diferentes grupos sociais envolvidos no processo de instalação do Regime Militar Brasileiro. Através das representações da imprensa a problemática dos universitários tornava-se conhecida dos leitores do jornal e a representação simbólica do movimento estudantil universitário de Porto Alegre era construída.

No entanto, é necessário salientar as diferentes formas de visibilidade, conquistadas pelos diferentes grupos envolvidos com o movimento estudantil universitário, nas empresas jornalísticas. Ao analisarmos as diferentes

representações presentes nos jornais informativos modernos, caracterizamos estratégias diferenciadas de visibilidade do movimento estudantil universitário na construção das matérias por parte dos componentes das empresas jornalísticas: as formas de visibilidade direta ou indireta, a visibilidade de depoimentos privilegiados e a incorporação da linguagem dos componentes do Regime Militar pelos componentes das empresas jornalísticas nas reportagens, espaço em que deveria predominar o caráter de neutralidade, conforme discurso dos componentes das empresas jornalísticas.

Essas estratégias permitiam a manutenção do discurso de neutralidade, com a visibilidade conferida aos diferentes grupos em conflito neste contexto, com relação ao movimento estudantil universitário. Ao mesmo tempo, demonstram o posicionamento dos componentes das empresas jornalísticas em apoio ao Regime Militar no contexto analisado, através da desqualificação das manifestações de oposição dos estudantes universitários opositoristas a este Regime.

Percebemos que, através das diferentes estratégias de visibilidade, os jornais informativos modernos posicionavam-se em apoio ao Regime Militar, desqualificando as manifestações de oposição dos estudantes universitários opositoristas a este Regime, no contexto analisado. Assim, as estratégias utilizadas favoreciam a construção de determinada representação simbólica do movimento estudantil universitário pelos leitores dos jornais.

O discurso de neutralidade era elemento importante para a manutenção da credibilidade dos jornais informativos modernos frente aos leitores consumidores, portanto a lógica de neutralidade e a defesa do Regime Militar não eram aspectos contraditórios, pois seguiam à lógica das empresas jornalísticas enquanto empresas capitalistas que buscavam o lucro com a venda de seu produto, a informação. Da

mesma maneira, o posicionamento a favor do novo Regime também era fundamental para a permanência das empresas jornalísticas nessa conjuntura.

Ao contextualizar a questão para análise, identificamos a existência de grupos divergentes no interior do movimento estudantil universitário, nomeados na imprensa como situacionistas ou democratas e opositores ou esquerdistas. Os universitários opositores se organizavam na contestação do Regime Militar e os situacionistas trabalhavam a partir das modificações realizadas no âmbito educacional. Estes últimos, ainda que contestassem algumas modificações realizadas pelo novo Regime, não contestavam o Regime Militar em si.

Outros grupos divergentes com relação à reestruturação da educação proposta pelo Regime Militar, como as autoridades do Ministério da Educação e Cultura ou os representantes das Universidades e estudantes universitários, ganhavam espaço de visibilidade. Estes grupos divergentes também buscavam utilizar a imprensa enquanto fórum de discussão, enviando notas, apedidos, depoimentos e respostas a estes por parte do grupo em conflito. Muitas vezes a discussão nas páginas da imprensa seguia por vários dias, conforme demonstramos ao longo deste trabalho.

No entanto, através das estratégias de visibilidade diferenciada, destacamos a ênfase conferida pelos autores dos jornais informativos modernos ao grupo de universitários situacionistas e às autoridades do Regime Militar. Apesar de conquistarem visibilidade, na lógica da neutralidade das empresas jornalísticas, os universitários opositores não eram representados na imprensa da mesma maneira que os situacionistas. As estratégias de visibilidade diferenciada favoreciam a construção de representações simbólicas diferenciadas de cada grupo, demonstrando o apoio da empresa jornalística ao novo Regime.

A análise das representações da imprensa permitiu a identificação de um discurso muito semelhante entre os diferentes jornais em função da concorrência entre as empresas jornalísticas. Ou seja, os assuntos referentes ao movimento estudantil universitário apresentaram representações discursivas homogêneas uma vez que, quando um jornal conferia visibilidade a determinada manifestação o concorrente apressava-se em mostrá-la também. Além disso, os três jornais analisados apresentavam discurso de neutralidade e imparcialidade com relação a questões políticas, portanto, preocupavam-se em conferir espaço de visibilidade aos grupos em conflito no período, com relação às questões educacionais.

As representações da imprensa neste contexto conferiam espaço de visibilidade, através da publicação das manifestações dos universitários ou da publicação dos materiais por estes enviados bem como de seus depoimentos, mas também de invisibilidade no caso das ações não publicadas. Nesse último caso, percebemos indiretamente, através das representações da imprensa, a existência de determinada problemática pela resposta dada por parte dos representantes do Regime Militar e não pela visibilidade da manifestação. Assim, apesar da invisibilidade de determinadas manifestações ou reivindicações, ainda é possível perceber a dinâmica das representações da imprensa de conferir espaço de visibilidade e invisibilidade ao movimento estudantil universitário.

Percebemos ainda nas representações da imprensa, ao longo do período destacado para análise, a permanência de assuntos referentes à reestruturação pela qual passava a educação nacional e, decorrente desta, das atividades políticas dos estudantes universitários. Desta maneira, a tentativa por parte das autoridades do Regime Militar de extinguir a UNE, os acordos com os Estados Unidos através dos convênios MEC-USAID, a polêmica da Reforma Universitária com o conflito entre a

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)